

"A FEA e a USP respeitam os direitos autorais deste trabalho. Nós acreditamos que a melhor proteção contra o uso ilegítimo deste texto é a publicação online. Além de preservar o conteúdo motiva-nos oferecer à sociedade o conhecimento produzido no âmbito da universidade pública e dar publicidade ao esforço do pesquisador. Entretanto, caso não seja do interesse do autor manter o documento online, pedimos compreensão em relação à iniciativa e o contato pelo e-mail bibfea@usp.br para que possamos tomar as providências cabíveis (remoção da tese ou dissertação da BDTD)."

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO



**ANÁLISE DO COMPORTAMENTO DAS PRINCIPAIS CONTAS DOS
CONGLOMERADOS FINANCEIROS NO BRASIL, DO PLANO REAL
AO GOVERNO LULA**

ALUNO: ALCIDES DOMINGUES LEITE JUNIOR
ORIENTADOR: PROF. DR. ALBERTO BORGES MATIAS

AGOSTO
2004

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO



ANÁLISE DO COMPORTAMENTO DAS PRINCIPAIS CONTAS DOS
CONGLOMERADOS FINANCEIROS NO BRASIL, DO PLANO REAL
AO GOVERNO LULA

ALUNO: ALCIDES DOMINGUES LEITE JUNIOR
ORIENTADOR: PROF. DR. ALBERTO BORGES MATIAS

DISSERTAÇÃO APRESENTADA NO CURSO
DE MESTRADO DE ADMINISTRAÇÃO DE
EMPRESAS DA FEA/USP COMO REQUISITO
PARCIAL EXIGIDO PARA A OBTENÇÃO DO
TÍTULO DE MESTRE EM ADMINISTRAÇÃO DE
EMPRESAS.

USP - FEA - SBD

DATA DA DEFESA 18,10,04

AGOSTO
2004

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1 – O PROBLEMA DA PESQUISA

1.1-	INTRODUÇÃO.....	1
1.2-	FORMULAÇÃO DA SITUAÇÃO-PROBLEMA.....	3
1.3-	OBJETIVOS DA PESQUISA.....	10
1.4-	DEFINIÇÕES TEÓRICAS E OPERACIONAIS DAS VARIÁVEIS.....	11
1.5-	PRESSUPOSTOS DO ESTUDO.....	15
1.6-	LIMITAÇÕES DO ESTUDO.....	16

CAPÍTULO 2 – METODOLOGIA DE PESQUISA

2.1-	MÉTODO DE PESQUISA.....	19
2.2-	DEFINIÇÃO DO UNIVERSO PESQUISADO.....	21
2.3-	MODELO DE PESQUISA.....	22

CAPÍTULO 3 – FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

3.1 -	FUNDAMENTOS DE POLÍTICA MACROECONÔMICA.....	23
3.2-	POLÍTICA MACROECONOMICA DO PLANO REAL AO GOVERNO LULA E SEUS IMPACTOS NO SISTEMA FINANCEIRO.....	33
3.3-	EVOLUÇÃO DO SISTEMA FINANCEIRO NO BRASIL E OS CONGLOMERADOS FINANCEIROS.....	53

CAPÍTULO 4 – RESULTADOS.....56

CAPÍTULO 5 – CONCLUSÕES.....81

CAPÍTULO 6 - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....126

GLOSSÁRIO.....131

ANEXOS.....133

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

GRÁFICO 1 – VARIAÇÃO DA TAXA DE CÂMBIO NOMINAL.....	6
GRÁFICO 2 – SALDO DA BALANÇA DE CAPITAIS.....	7
GRÁFICO 3 – RISCO – PAÍS DO BRASIL.....	8
GRÁFICO 4 – CRÉDITO AO SETOR PRIVADO	31
GRÁFICO 5 – TAXA DE INFLAÇÃO IPCA-IBGE.....	35
GRÁFICO 6 – VOLUME DE IMPORTAÇÕES E EXPORTAÇÕES	41
GRÁFICO 7 – TAXA DE DESEMPREGO ABERTA DO IBGE VOLUME DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO EM %	41
GRÁFICO 8 – RENDIMENTO MÉDIO DO TRABALHO.....	42
GRÁFICO 9 – ÍNDICE DE INADIMPLÊNCIA NO COMÉRCIO.....	42
GRÁFICO 10 – SALDO DA BALANÇA DE TRANSAÇÕES CORRENTES.....	43
GRÁFICO 11 – TAXA SELIC NOMINAL ANUALIZADA.....	44
GRÁFICO 12 – TAXA REAL DE JUROS.....	44
GRÁFICO 13 – DÍVIDA LÍQUIDA DO SETOR PÚBLICO CONSOLIDADO.....	45
GRÁFICO 14 – INFLAÇÃO ACUMULADA 12 MESES PASSADOS, INFLAÇÃO ACUMULADA 12 MESES FUTUROS, SELIC NOMINAL, SELIC REAL.....	73
QUADRO 1 – OPERAÇÕES DE CRÉDITO.....	38
QUADRO 2 – OPERAÇÕES DE CRÉDITO EM RELAÇÃO AO ATIVO.....	39
QUADRO 3 – RENTABILIDADE DO SETOR FINANCEIRO: PAÍSES.....	46
QUADRO 4 – RENTABILIDADE DOS PRINCIPAIS BANCOS NO BRASIL.....	47
QUADRO 5 – VINTE MAIORES BANCOS POR VOLUME DE CRÉDITO.....	48
QUADRO 6 – PERFIL DA CONCENTRAÇÃO BANCÁRIA NO BRASIL.....	49
QUADRO 7 – PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL POR VOLUME DE ATIVOS DOS SEGMENTOS DO MERCADO BANCÁRIO BRASILEIRO.....	50
QUADRO 8 - DISTRIBUIÇÃO DE RENDA NO BRASIL.....	51

LISTA DE SIGLAS

BANACRE – Banco do Estado do Acre
BANAP – Banco do Estado do Amapá
BANDERN – Banco do Estado do Rio Grande do Norte
BANDEPE – Banco do Estado de Pernambuco
BANER – Banco de Roraima
BANERJ – Banco do Estado do Rio de Janeiro
BANESPA – Banco do Estado de São Paulo
BANESTADO – Banco do Estado do Paraná
BANESTES – Banco do Estado do Espírito Santo
BANPARÁ – Banco do Estado do Pará
BANRISUL – Banco do Estado do Rio Grande do Sul
BDRN – Banco de Desenvolvimento do Estado do Rio Grande do Norte
BEA – Banco do Estado do Amazonas
BEC – Banco do Estado do Ceará
BEG – Banco do Estado de Goiás
BEM – Banco do Estado do Maranhão
BEMAT – Banco do Estado do Mato Grosso
BEMGE – Banco do Estado de Minas Gerais
BEP – Banco do Estado do Piauí
BERON – Banco do Estado de Rondônia
BESC – Banco do Estado de Santa Catarina
CAIXEGO – Caixa Econômica do Estado de Goiás
COPOM – Comitê de Política Monetária do Banco Central
COSIF – Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro
DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócios-Econômicos
EMGEA-Empresa Gestora de Ativos
FGC – Fundo Garantidor de Crédito
FGV – Fundação Getúlio Vargas
FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
FIPE-Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas
FMI – Fundo Monetário Internacional

IBGE-Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IPCA – Índice de Preços ao Consumidor Ampliado do IBGE

MINASCAIXA – Caixa Econômica do Estado de Minas Gerais

ONU – Organização das Nações Unidas

PARAIBAN – Banco do Estado da Paraíba

PIB – Produto Interno Bruto

PROEF - Programa de Fortalecimento das Instituições Financeiras Federais

PROER – Programa de Reestruturação e Saneamento do Sistema Financeiro
Nacional

SELIC-Sistema Especial de Liquidação e Custódia

SISBACEN – Sistema de Informações do Banco Central do Brasil

RESUMO

O trabalho trata da análise do comportamento das principais contas dos conglomerados financeiros do Brasil, do início do Plano Real até o primeiro ano do governo Lula. Para a análise, foram coletados os dados contábeis dos balanços publicados do conjunto agregado dos Conglomerados Financeiros e o comportamento dos principais indicadores macroeconômicos no período. Confrontando-se os resultados contábeis com os indicadores macroeconômicos, foi calculado o grau de correlação entre essas variáveis. O resultado do cálculo foi comparado com os resultados previstos pela teoria macroeconômica para verificar se havia correspondência entre eles. Os resultados indicaram que as altas taxas reais de juro restringem a atividade econômica, e esta restrição se dá com defasagem no tempo conforme o tipo de operação de crédito efetuada. Os depósitos a vista e os depósitos de poupança também sofrem alta influência do comportamento das taxas de juros. A correlação entre taxa real de juros e a conta patrimônio líquido e volume de operações de câmbio ao contrário do esperado, é negativa. Isto se deu devido ao fato da taxa real de juros caírem quando a inflação futura sobe. As correlações entre taxa real de câmbio e operações de crédito, empréstimos e títulos descontados, depósitos a vista, depósito interfinanceiros, patrimônio líquido e renda de operações de câmbio foram bastante altas, confirmando a teoria. Resultados mais controversos se deram em relação às correlações entre a taxa de desemprego e as contas analisadas. Na seção de conclusões esses resultados foram interpretados. Em relação ao crescimento do PIB, verificou-se, de acordo com a teoria, altas correlações com o volume de operações de crédito, financiamentos, depósitos a vista e patrimônio líquido. Verificou-se também alto grau de correlação entre a variação das taxas de juros reais e das taxas reais de câmbio com o crescimento do PIB. O resultado da pesquisa foi considerado satisfatório, pois atendeu ao objetivo proposto.

CAPÍTULO 1 – O PROBLEMA DA PESQUISA.

1.1- INTRODUÇÃO

Este trabalho, por meio da análise de correlações, analisa o comportamento das principais contas dos Conglomerados Financeiros atuantes no mercado brasileiro, perante a política macroeconômica do governo, no período de 1995 a 2003. O trabalho situa-se dentro do campo de gestão estratégica de negócios, na área financeira, e estuda a influência do ambiente macroeconômico no resultado das organizações,

O período escolhido para estudo, de 1995 a 2003, deu-se devido as grandes transformações estruturais que ocorreram no ambiente econômico-financeiro nesta época. O ano de 2003 também foi incluído na análise, pelo fato de ser o primeiro ano de um novo governo federal que foi eleito com um programa de governo fortemente crítico em relação ao governo anterior, quanto à política macroeconômica adotada e o suposto favorecimento do Setor Financeiro em relação aos outros setores da economia.

Vários trabalhos já foram realizados nesta área, porém, sempre com período de análise e enfoque diversos deste. Halfeld (1996), por exemplo, busca em seu trabalho compreender o grau de exposição de alguns bancos brasileiros ao risco de taxas de juros. Puga (1999), aborda a vulnerabilidade do Sistema Financeiro Brasileiro à variação cambial e ao risco de crédito. Bader (1991), trata das rendas de prestação de serviços bancários. Nakane & Takeda (2002) analisam o impacto da política monetária nos ativos e nos passivos dos bancos brasileiros, principalmente em relação ao volume de créditos concedidos e tomados pelas Instituições Bancárias. Matias e Martelanc (1995) estudam a relação empírica entre rentabilidade dos bancos e seu grau de alavancagem.

No primeiro capítulo deste trabalho, será abordado, de forma mais precisa, o problema da pesquisa, seus determinantes e seus desdobramentos. Serão analisados, também, os objetivos principais e secundários da pesquisa, seus pressupostos e suas limitações.

No segundo capítulo, serão apresentadas a metodologia empregada na pesquisa, com a descrição do método utilizado e as classificações sugeridas pelos diversos autores no campo da metodologia aplicada. Serão definidos o universo analisado e suas justificativas, a estratégia de coleta de dados, a técnica da análise e tratamento dos dados e o modelo de pesquisa adotado.

No terceiro capítulo, será apresentado um resumo bibliográfico a respeito dos Fundamentos de Política Macroeconômica, do Histórico da Política Econômica do Período pós Plano Real e da Constituição e Evolução do Sistema Financeiro Nacional.

No quarto capítulo serão apresentados os resultados da pesquisa, suas representações gráficas e seus comentários.

No quinto capítulo serão apresentadas as conclusões da pesquisa conforme o modelo de pesquisa proposto.

No sexto capítulo serão mostradas as Referências Bibliográficas que sustentam o trabalho.

Após as Referências Bibliográficas será apresentado um anexo com os fundamentos de Contabilidade Bancária.

1.2- FORMULAÇÃO DA SITUAÇÃO-PROBLEMA.

Segundo Lakatos & Marconi (1985), problema é uma dificuldade, teórica ou prática, no conhecimento de alguma coisa de real importância, para a qual deseja-se encontrar uma solução.

Um problema recorrente que vem inquietando a sociedade brasileira é a dificuldade de chegar-se a uma análise conclusiva a respeito do desempenho financeiro dos bancos no Brasil, e a relação desse desempenho com a política macroeconômica do governo. O que mais aflige os diversos setores da sociedade é a percepção de que pode estar ocorrendo uma disfunção microeconômica, qual seja – o desequilíbrio concorrencial entre os vários setores da atividade econômica, com benefício do setor financeiro sobre outros setores de atividade, devido à política econômica do governo. Como também é conhecida a necessidade de um setor financeiro robusto para que o país possa desenvolver um ambiente econômico maduro, as questões não parecem tão simples. O meio acadêmico, sobretudo na área de Administração de Empresas, não deve furtar-se à tarefa de dar uma resposta à sociedade a respeito desses questionamentos.

Abrucio & Costa (1998) mostram que, após o período de grave crise na economia mundial, que vai de 1929 até o fim da Segunda Grande Guerra em 1945, iniciou-se no mundo ocidental um novo ciclo global de desenvolvimento. Este ciclo é fruto de um modelo baseado no Estado Democrático de Direito, no Regime Capitalista de Produção e na Organização Sindical dos Trabalhadores. O Acordo de *Bretton Woods*, com a criação da Organização das Nações Unidas (ONU), do Banco Mundial (BIRD) e do Fundo Monetário Internacional (FMI), marcou a fundação deste novo modelo.

O sistema implementado floresceu nos países industrializados e influenciou o desenvolvimento de vários países periféricos que assumiram a

condição de emergentes, como é o caso do Brasil. O apogeu deste modelo econômico foi atingido na década de 70.

Porém, após esse período de prosperidade sem precedentes na história do capitalismo, como podemos ver em Hobsbawn (1995), apoiado sob aspecto econômico na orientação Keynesiana, sob o aspecto social no *Welfare State* e no âmbito da administração pública, no sistema burocrático Weberiano, inicia-se a trajetória de esgotamento do modelo.

A crise tem duas raízes principais: A primeira, econômica, gerada pelos choques do petróleo de 1973 e 1979. A segunda, administrativa, causada pela perda do poder do Estado, devido às transformações estruturais do sistema produtivo capitalista, especialmente com a ampliação da competição industrial e intensificação dos fluxos financeiro e comercial em escala global. Muitos autores, entre eles Stiglitz (2002), Rodrik (1997) e Kurz (1992), afirmam, inclusive, que o vigente modelo econômico precisa ser revisto, sob pena de falência.

A chamada Revolução Tecnológica, que trouxe grandes ganhos de produtividade às empresas e impulsionou a globalização financeira, com possibilidade de transferências instantâneas de grandes volumes de capital entre qualquer ponto do mundo, levou ao descolamento do setor financeiro da economia real. As crises econômicas no México, na Rússia, no Sudeste Asiático, no Brasil e na Argentina; a duradoura estagnação econômica, até o período final deste trabalho (dezembro de 2003), da Europa, dos Estados Unidos e do Japão; a posição política anglo-americana na guerra do Iraque e o desequilíbrio na balança de pagamentos entre os principais blocos econômicos são alguns sintomas do esgotamento do modelo (*Survey "Flying on one engine"*, revista The Economist de set/2003).

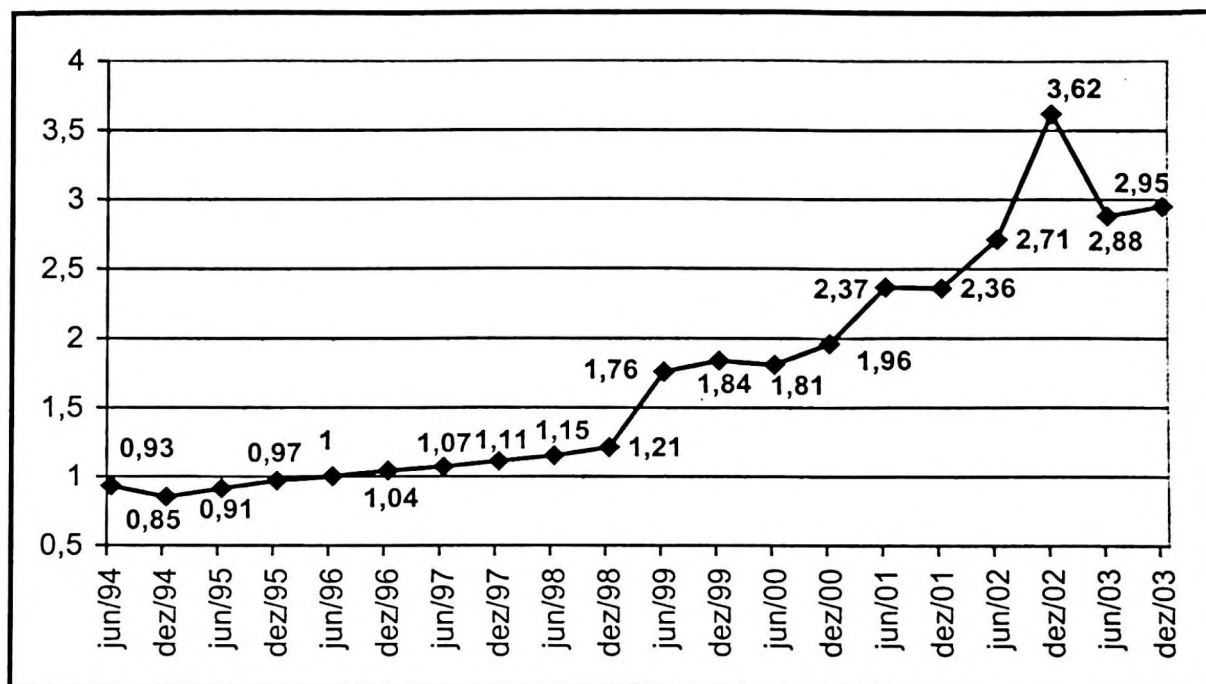
O trabalho de Batista Jr. (2002) mostra que os países dependentes do capital internacional, como é o caso do Brasil, tornaram-se especialmente

vulneráveis diante deste ambiente de forte instabilidade econômica mundial. O Plano Real conseguiu reduzir os níveis de inflação, mas persistiram os problemas históricos brasileiros, como o desemprego e a concentração de renda, como mostram Immervoll et alli (2003), chegando mesmo a aumentar a vulnerabilidade da nossa economia em relação ao capital internacional.

Segundo Sayad (1997), os executores do Plano Real optaram por manter a taxa de câmbio sobrevalorizada, com receio de que uma desvalorização gerasse pressões inflacionárias. A taxa cambial também permaneceu sobrevalorizada em consequência das elevadas taxas de juros praticadas nos momentos iniciais do Plano, taxas que chegaram a 8% ao mês. Os seis primeiros meses do Plano geraram rendimentos em aplicações financeiras de 80% ao ano em dólares.

Neste contexto, ocorreram grandes oscilações nas variáveis macroeconômicas. Entre julho de 1994 e dezembro de 1999, houve um período de taxa de câmbio controlada, também denominado de câmbio semifixo, onde prevaleceu o sistema de bandas cambiais. De janeiro de 1999 até o encerramento deste trabalho, prevalecia a política de câmbio flutuante com intervenções do Banco Central, através da compra e venda de dólares e de títulos cambiais (gráfico 1).

GRÁFICO 1- VARIAÇÃO DA TAXA DE CÂMBIO NOMINAL (R\$/US\$)



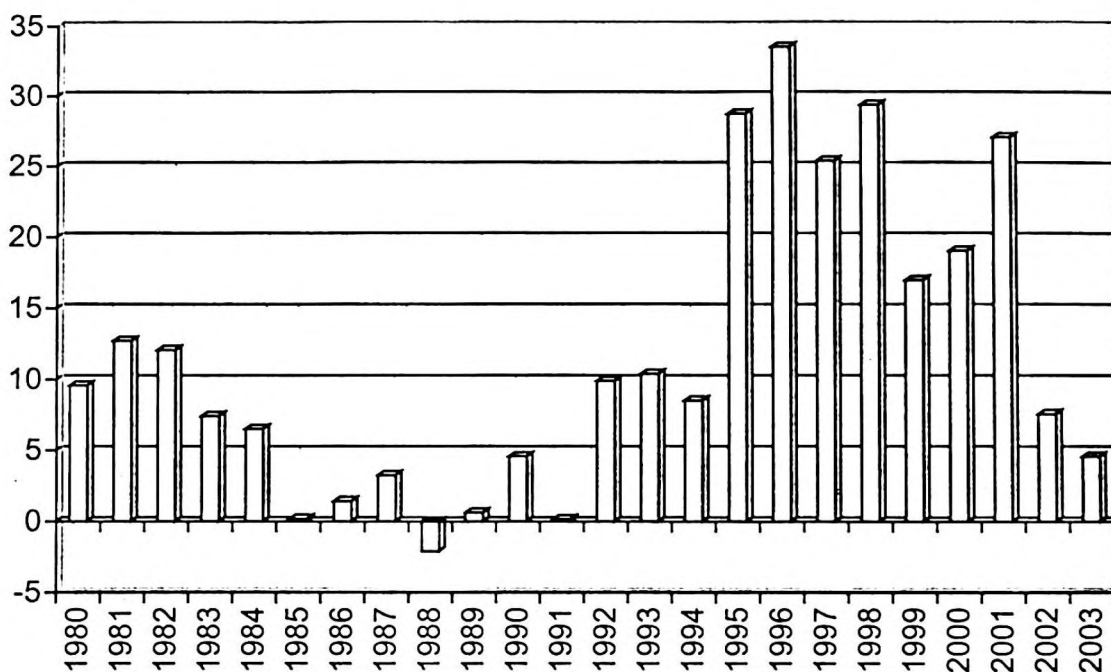
FONTE: BANCO CENTRAL DO BRASIL

Nos primeiros dois anos do Plano Real, mostra-nos Netto (1997), ocorreu uma forte expansão no volume de crédito. O governo, na tentativa de ajustar a oferta à demanda, valorizou a moeda interna trazendo como consequência um aumento do volume de importação e queda no volume de exportação. Esta situação gerou o crescimento da taxa de desemprego, a queda gradual da renda real do trabalhador e o aumento do índice de inadimplência no comércio. O volume de crédito então começou a se retrair.

A Taxa Básica de Juros (taxa Selic), também sofreu fortes oscilações. Os resultados negativos da Balança de Serviços, devido aos altos encargos gerados pelo Serviço da Dívida Externa e os resultados negativos da Balança Comercial, tornaram a Balança de Transações Correntes altamente deficitária.

Para equilibrar o Balanço de Pagamentos, foi necessário gerar um alto superávit na Balança de Capitais. No início do Plano Real, com a confiança internacional no governo brasileiro e com o alto volume de privatizações de ativos estatais, a Conta de Capitais compensou amplamente o déficit em Conta Corrente (gráfico 2).

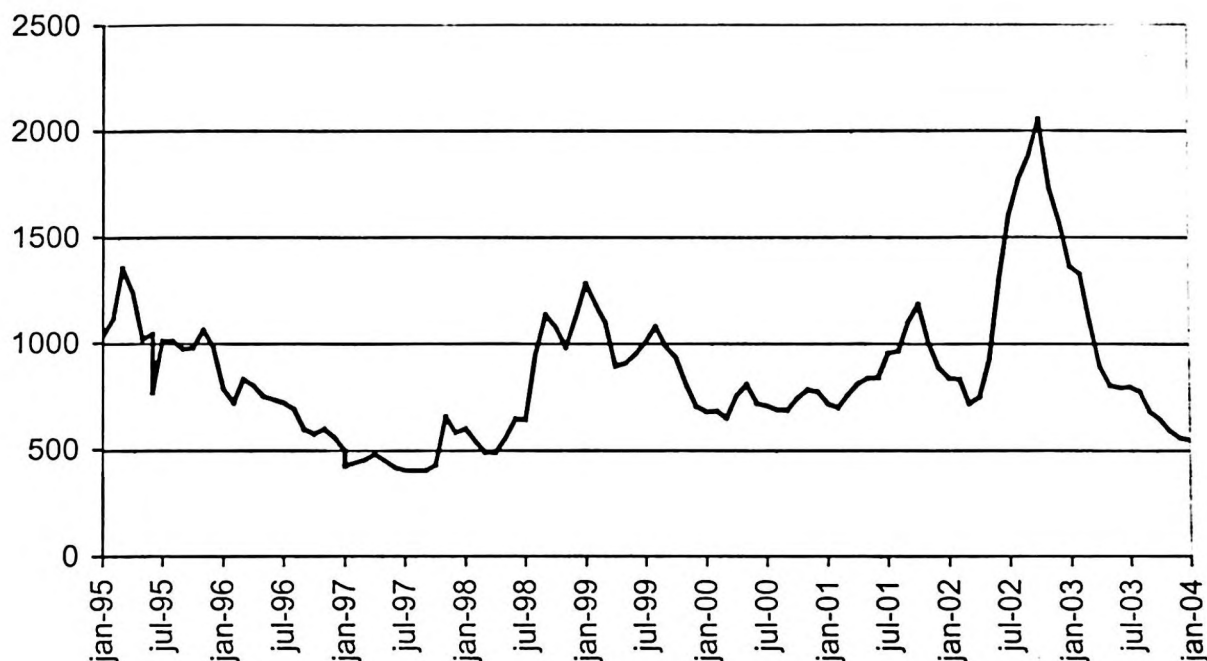
GRÁFICO 2 – SALDO DA BALANÇA DE CAPITAIS (US\$ bilhões)



FONTE: BANCO CENTRAL DO BRASIL

Porém, com as constantes crises financeiras dos países em desenvolvimento e o aumento da avaliação de risco do Brasil (gráfico 3), o fluxo de capital internacional voltou-se para os países centrais.

GRÁFICO 3 – RISCO PAÍS DO BRASIL - PONTOS



FONTE: J P MORGAN

Na tentativa de segurar o capital necessário ao fechamento das contas externas, o governo brasileiro, como mostra-nos Singer (1997), aumentou a taxa básica de juros, elevando a dívida pública, o que Sayad (1997) afirma ter sido o imposto antiinflacionário que a sociedade pagou para obter a estabilidade monetária.

No mesmo período, houve incentivos aos investimentos estrangeiros no mercado bancário brasileiro, graças, principalmente, ao Programa de Reestruturação e Saneamento do Sistema Financeiro Nacional (PROER). No ano 2002 devido à crise na Argentina, as eleições no Brasil, e os problemas com a confiabilidade dos balanços das grandes corporações americanas, a taxa de

câmbio sofreu forte evolução, como nos mostra Cardoso (2003). Todas estas mudanças geraram um ambiente de turbulência, que trouxe grandes impactos aos resultados das empresas bancárias atuantes no mercado doméstico.

A compreensão do comportamento dos resultados das principais contas dos Conglomerados Financeiros num período de alta volatilidade macroeconômica ajuda-nos a formar um juízo crítico a respeito do grau de solidez desse importante setor da economia nacional, uma vez que a solidez do mercado financeiro é condição indispensável para o desenvolvimento sustentado de um país capitalista. Carneiro de Matos (2002) mostra, por meio de resultados empíricos, a existência de impactos diretos e unidirecionais do desenvolvimento financeiro sobre o crescimento econômico do Brasil.

1.3- OBJETIVOS DA PESQUISA.

O objetivo deste trabalho é buscar, através de um estudo exploratório e descritivo, baseado na análise estatística dos dados contábeis disponíveis, indícios sobre o impacto que a política econômica do governo causou nas contas dos Conglomerados Financeiros atuantes no mercado brasileiro durante o período que abrange os anos de 1995 até 2003. Estes indícios serão observados através do índice de correlação entre o comportamento da taxa básica real de juros, da taxa real de câmbio, do crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e do índice de desemprego aberto do IBGE com os citados resultados, utilizando-se de técnica adequada Lapponi (2000) para tratamento estatístico dos dados. A comparação de períodos será feita com defasagens de 1 a 12 meses, para verificar, além do grau de correlação entres as variáveis analisadas, o período de defasagem onde se dá a melhor correlação. Isto é importante, pois sinaliza um possível mecanismo de previsão que poderá ser estudado posteriormente.

Como o Brasil pode ter-se tornado um caso especial de prática administrativa no campo da gestão das Instituições Financeiras, devido às condições particulares do ambiente político e econômico e os resultados auferidos pelos bancos privados, este trabalho também pode oferecer subsídios para um estudo a este respeito.

1.4- DEFINIÇÕES TEÓRICAS E OPERACIONAIS DAS VARIÁVEIS

- Variáveis Macroeconômicas

As variáveis macroeconômicas estudadas serão:

a) Taxa Básica Real de Juros da economia (taxa Selic Real).

Segundo Assaf (2001), a taxa Selic é a taxa média praticada pelo mercado no comércio de títulos da dívida pública do governo federal. Esta taxa é considerada como taxa básica de juros do mercado, pois se admite que os títulos do governo federal apresentam baixo nível de risco, e qualquer outra taxa de juros praticada no mercado é calculada tendo a taxa Selic como referência. A meta para a taxa Selic é definida mensalmente de forma ordinária pelo Comitê de Política Monetária do Banco Central do Brasil (COPOM), ou de forma extraordinária, a qualquer momento, pelo mesmo comitê. O COPOM é formado pelos diretores do Banco Central com direito a voto e por alguns assessores da diretoria e chefes de Departamento que têm a função de analisar o comportamento das principais variáveis que compõem a conjuntura econômica nacional e internacional. O nome Selic deve-se às iniciais do Sistema Especial de Liquidação e Custódia, local onde os títulos públicos são registrados e custodiados.

As taxas Selic adotadas estão expressas em valores reais, isto é, expurgada a inflação acumulada nos doze meses seguintes à data analisada. Isto é importante, pois quando se estabelece a meta para a taxa Selic, ela é feita para um período anualizado. Isto é, os próximos 12 meses acumulados.

b) Índice oficial de inflação (IPCA-IBGE).

Segundo Dornsbuch & Fisher (1991) a taxa de inflação é a taxa percentual do aumento do nível de preços durante um dado período.

Neste trabalho usaremos o Índice de preço ao consumidor ampliado (IPCA), divulgado mensalmente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. Este índice foi usado como referência para a política de metas de inflação implantado no Brasil em 1999. O índice escolhido para esta pesquisa será o IPCA fechado de cada mês, e não seus resultados quadrissemanais, ou sua média anual móvel.

c) Taxa real de câmbio (comercial/venda).

Cotação da moeda americana, divulgada diariamente pelo Banco Central do Brasil, através do Sistema de Informações do Banco Central (SISBACEN) na transação PTAX. Sobre esta taxa, foi descontada a diferença de inflação entre o Brasil e os Estados Unidos no período analisado. A inflação no Brasil foi indicada pelo IPCA-IBGE e a dos Estados Unidos foi indicada pela variação do índice de preços ao consumidor das regiões metropolitanas (CPI), divulgado mensalmente pela Secretaria do Trabalho do Governo dos Estados Unidos.

d) Índice de desemprego aberto mensal (IBGE).

Divulgado mensalmente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), através da Pesquisa Mensal de Emprego. A série adotada na pesquisa foi encerrada em dezembro de 2002, quando foi implantada pelo IBGE uma nova metodologia de pesquisa do nível de desemprego.

e) Taxa de crescimento oficial do Produto Interno Bruto (PIB).

Segundo Blanchard (2001), o Produto Interno Bruto – PIB – pode ser definido por três modos. (1) o PIB é o valor de todos os bens finais e serviços produzidos na economia em um dado período de tempo. (2) O PIB é a soma do valor adicionado na economia em dado período. (3) A PIB é a soma das rendas na economia em determinado

período. Qualquer um dos três modos de cálculo oferecerá o mesmo resultado. No Brasil, o índice oficial de crescimento do PIB é divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O índice escolhido foi o crescimento trimestral do PIB em relação ao trimestre anterior.

- Receita com operações de crédito.

É a receita obtida com a principal atividade das instituições bancárias, que é a intermediação entre os agentes superavitários e os agentes deficitários, isto é, entre aqueles que querem emprestar recursos e aqueles que necessitam tomar recursos emprestados. Segundo Niyama & Amaro (2000), contabilmente, as operações de créditos são classificadas em:

a) Empréstimos, que são operações realizadas sem destinação específica ou vínculo à comprovação da aplicação de recursos.

b) Títulos descontados, que são as operações de desconto de títulos, quer sejam duplicatas que tenham por lastro transações mercantis, quer sejam, notas promissórias.

c) Financiamentos, que têm destinação específica, vinculada à comprovação da aplicação de recursos.

- Receita com operações de títulos e valores mobiliários.

É a receita obtida com as operações que os bancos fazem para financiar a dívida mobiliária do governo federal. Niyama & Amaro (2000) afirmam que a compra e venda de títulos são de extrema importância para as instituições financeiras, constituindo-se em uma das principais fontes de captação dos recursos e como opção de investimento de curto, médio e longo prazo. De acordo com a remuneração, os títulos são classificados como de renda fixa ou de renda variável.

- Receita com operações de câmbio.

É a receita obtida com transações em moeda estrangeira, principalmente o dólar.

- Conglomerados Financeiros.

Segundo o Cosif, conglomerados financeiros são:

Conjunto de entidades financeiras vinculadas diretamente ou não, por participação acionária;

O conjunto de entidades financeiras vinculadas por controle operacional efetivo, caracterizado pela administração ou gerência comum, ou pela atuação no mercado sob a mesma marca ou nome comercial.

1.5- PRESSUPOSTOS DO ESTUDO

Os dados contábeis do setor bancário foram obtidos do banco de dados do Banco Central do Brasil, disponíveis no *site* oficial desta Instituição na internet <www.bcb.gov.br>. Este banco de dados é composto por informações contábeis fornecidas mensalmente pelas Instituições Financeiras. Esses dados são oficiais e enquadram-se dentro das normas gerais de contabilidade, obedecendo às regras do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro (COSIF). Portanto, não se entrou no mérito sobre o grau de precisão ou de transparência das informações, o que exigiria um estudo à parte.

Os indicadores macroeconômicos são os oficiais. Embora esses indicadores sejam calculados por várias Instituições, como por exemplo, os índices de preços ao consumidor da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE-USP), da Fundação Getúlio Vargas (FGV), do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos (DIEESE). Foram escolhidos os indicadores oficiais para facilitar a padronização dos resultados.

1.6- LIMITAÇÕES DO ESTUDO

Ander-Egg (1978) propõe três níveis de limitações de pesquisa:

- Quanto ao objeto, deve-se determinar o número de variáveis que intervém no fenômeno estudado.
- Quanto ao campo de investigação define-se o limite no tempo e no espaço
- Quanto ao nível de investigação, a pesquisa pode ser exploratória, investigativa ou de comprovação de hipóteses.

Para o estudo do resultado das contas do setor analisado, serão utilizados os balanços anuais publicados. Esses números baseiam-se exclusivamente em dados contábeis e, portanto, não levam em conta a criação de valor para os acionistas (valor de mercado menos o valor atualizado dos investimentos colocados no negócio). Para tanto, verificar o trabalho de Bastos (1999). O trabalho também não busca dar tratamento algum para o risco associado à incerteza com relação a resultados futuros.

Para a análise do ambiente macroeconômico durante o período 1995 a 2003, serão utilizados indicadores oficiais de inflação (IPCA – IBGE), de taxa básica de juros (SELIC), de taxa de câmbio (Dólar Comercial) e de crescimento do PIB (IBGE). Esses indicadores têm limitações que são inerentes à sua própria metodologia de cálculo e à sua base de coleta de dados. A forma pela qual os indicadores foram transformados de nominais para reais, também é a forma mais utilizada pelos pesquisadores.

O estudo é feito sobre o segmento dos Conglomerados Financeiros atuantes no mercado brasileiro ao longo do período analisado. Portanto as conclusões dirão respeito a todo o segmento estudado, independente da heterogeneidade do perfil gerencial, da multiplicidade de carteiras comerciais, da capilaridade da rede de captação, da origem do capital majoritário, e de inúmeras

outras características que imprime a cada Instituição Financeira um traço de caráter particular. As conclusões da pesquisa não poderão ser aplicadas a qualquer Instituição individualmente. Da mesma forma as conclusões do estudo não poderão estender a todo o setor bancário brasileiro, uma vez que foram excluídos da base de cálculo os resultados das Caixas Econômicas e dos Bancos de Desenvolvimento.

O estudo é restrito ao período que vai de dezembro de 1995 a dezembro de 2003.

A pesquisa tem caráter exploratório e descritivo, e baseia-se em dados primários oficiais. Não foi feito nenhum contato com os gestores das empresas do segmento analisado.

A pesquisa visa verificar se há correlação entre as variáveis analisadas, e não pode depreender-se da mesma nenhuma relação de causa e efeito entre as variáveis, pois segundo afirma Martins (2001): “A interpretação do Coeficiente de Correlação como medida da intensidade de relação linear entre duas variáveis é puramente matemática e está completamente isenta de qualquer implicação de causa e efeito. O fato de duas variáveis aumentarem ou diminuírem simultaneamente, não implica que uma delas tenha algum efeito direto ou indireto sobre a outra. Ambas podem ser influenciadas por outras variáveis de maneira que dê origem a uma forte correlação entre elas”.

Martins (2001) também afirma que: “Um indicador da força de uma relação linear entre duas variáveis intervalares, é o Coeficiente de Correlação do Produto de Momentos de Pearson, ou simplesmente, Coeficiente de Pearson. Trata-se de uma medida de associação que independe das unidades de medidas das variáveis. Essa medida varia de -1 a $+1$. Quanto maior a qualidade do ajuste, mais próximo de -1 ou $+1$ estará o coeficiente de correlação (r). Na prática, se

$r > 0,7$ ou 70% ou $r < -0,7$ ou -70% , e $n \geq 30$, diremos que há uma forte correlação linear entre as variáveis.

2 – METODOLOGIA DE PESQUISA

2.1-MÉTODO DE PESQUISA

Gil (1988) nos mostra, que as pesquisas podem ser classificadas, quanto aos seus objetivos, em exploratórias, descritivas e explicativas. As exploratórias têm como principal objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, as descritivas têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de associação entre variáveis. As pesquisas explicativas buscam identificar fatores que determinam ou contribuem para a ocorrência dos fenômenos.

Ainda segundo Gil (1998), as pesquisas podem ser classificadas, quanto aos seus procedimentos técnicos utilizados, em: pesquisa bibliográfica, pesquisa documental, pesquisa experimental, pesquisa ex-post facto, levantamento e estudo de caso.

Portanto, baseado nestes conceitos, esta pesquisa pode ser classificada como **descritiva** -embora tenha também objetivos exploratórios - e pesquisa **documental** - embora tenha fundamento bibliográfico.

Ander-Egg (1978) afirma que, os documentos de fonte primária são aqueles de primeira mão, inclusive os provenientes de órgãos que realizam observações. Portanto, segundo esse autor, a pesquisa seria feita com dados de fonte primária, porém como os dados não foram levantados exclusivamente para esta pesquisa, vimos por bem classificá-los como dados **secundários** colhidos de fonte primária.

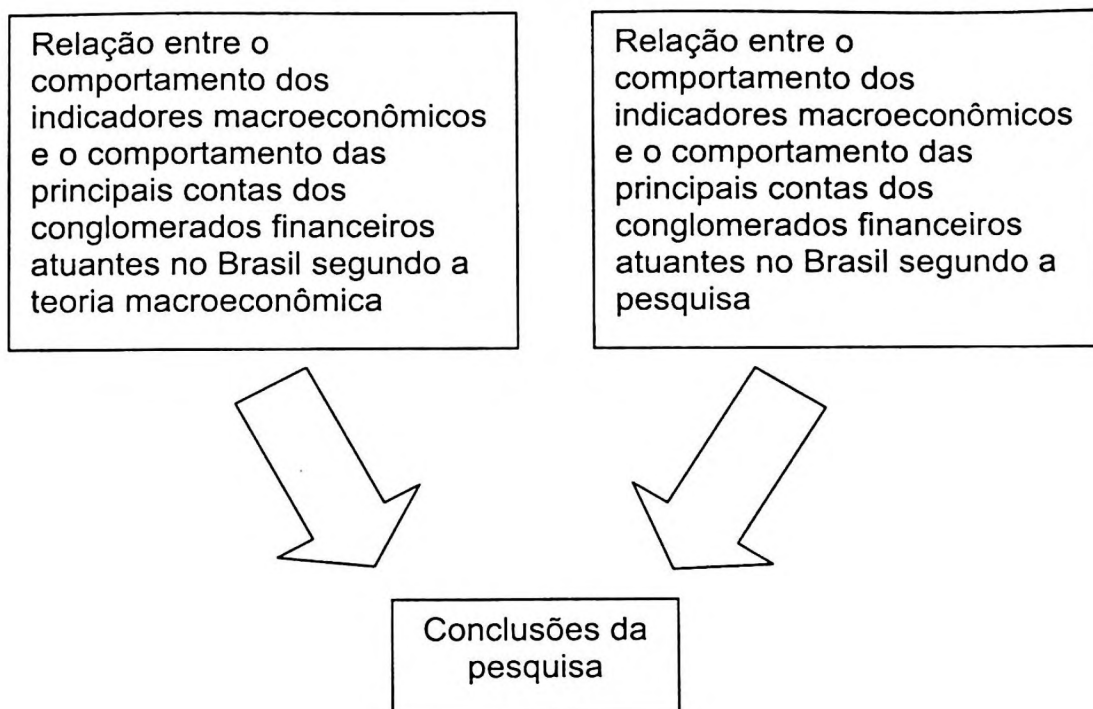
Bickman, Rog & Hendrick (1997) também sustentam teoricamente a classificação apresentada acima.

Ainda segundo Sieber (1997) a pesquisa pode ser caracterizada como pesquisa do tipo corte-transversal, uma vez que estuda o comportamento das mesmas variáveis ao longo de um determinado período de tempo.

2.2- DEFINIÇÃO DO UNIVERSO PESQUISADO

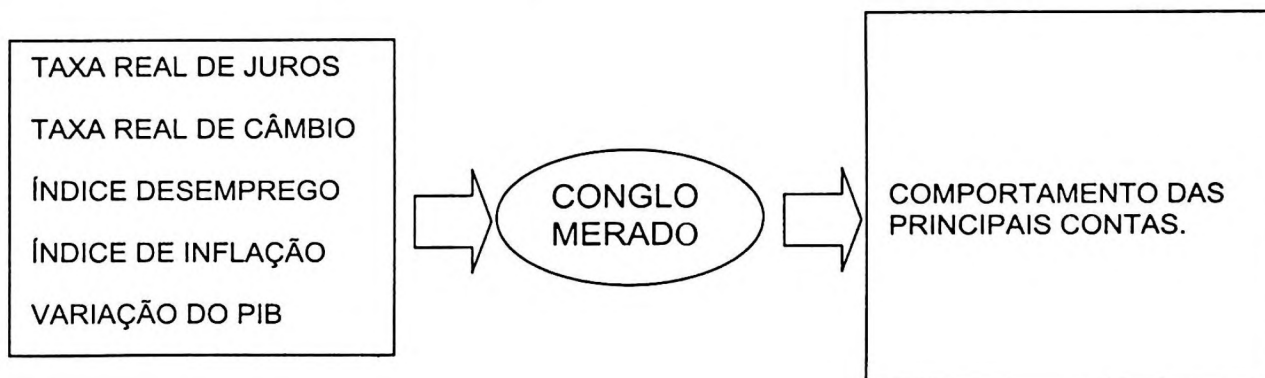
A pesquisa abrange os Conglomerados Financeiros atuantes no mercado bancário brasileiro no período 1995 a 2003. Foram excluídos da base de cálculo as Caixas Econômicas e os Bancos de Investimentos, que possuem características diversas das demais instituições financeiras. Os Bancos de Desenvolvimento trabalham com financiamentos dirigidos a projetos de grande escala e cobram taxas subsidiadas conforme a política setorial do governo. No Brasil o principal agente de financiamento das indústrias e dos governos é o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES. As Caixas Econômicas também se dirigem principalmente ao financiamento habitacional e de saneamento básico. A Caixa Econômica Federal, além desses programas, ainda gerencia o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS -, o Fundo de Apoio ao Trabalhador – FAT-, as loterias federais e os depósitos judiciais na esfera federal.

2.3- MODELO DE PESQUISA



VARIÁVEIS MACROECONÔMICAS

CONTAS DOS CONGLOMERADOS



3 – FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

3.1 – POLÍTICA MACROECONOMIA

3.1.1 – Fundamentos de Política Econômica

Como mostra Assaf (2001), o governo atua na área econômica por meio de elaboração e execução de políticas econômicas, que são: Política Monetária, Política Fiscal, Política Cambial e Política de Rendas.

Através da Política Monetária, o governo controla a expansão da base monetária e a liquidez do sistema. No Brasil, o governo utiliza o Banco Central como executor de política monetária, que dispõe, para tal, dos seguintes instrumentos:

- a) Recolhimento Compulsório;
- b) Operações de Mercado Aberto – Open Market;
- c) Políticas de Redescontos Bancários e Empréstimos de Liquidez.

Os Recolhimentos Compulsórios representam o percentual incidente sobre os diferentes tipos de depósitos captados pelos bancos comerciais que devem ser retidos pelo Banco Central. Por meio da fixação do valor da taxa desse recolhimento o Banco Central modifica o multiplicador bancário e “enxuga” ou “irriga” o mercado monetário expandindo ou retraindo a base monetária. Uma redução na taxa de depósito compulsório libera recursos para a atividade econômica, aumentando o fluxo dos meios de pagamentos e reduzindo o custo do crédito. Um aumento na taxa de depósito compulsório restringe a atividade econômica, diminuindo o fluxo dos meios de pagamentos e aumentando o custo do crédito.

Por meio das Operações do Mercado Aberto, o Banco Central pode emitir ou comprar títulos, e com isso expandir ou retraindo a base monetária. Este é um instrumento muito utilizado devido a sua agilidade, uma vez que promove efeitos imediatos na base monetária.

O Redesconto Bancário e o Empréstimo de Liquidez servem como uma linha de crédito, que o Banco Central fornece aos bancos em momentos de necessidade - uma espécie de cheque especial que os bancos múltiplos têm no Banco Central. As taxas cobradas são superiores às do mercado. Diminuindo a taxa de redesconto o Banco Central facilita o crédito aos bancos e ajuda a expandir a base monetária e vice-versa.

A Política Fiscal é também um instrumento muito eficaz que o governo conta para expandir ou retrain a atividade econômica. Como agente econômico fundamental, o governo pode aumentar ou diminuir seus gastos e investimentos ou aumentar ou diminuir sua arrecadação tributária.

O governo pode também incentivar a atividade econômica através de sua Política de Transferência de Rendas, como por exemplo, seus programas de proteção social e principalmente através do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS). Embora alguns estudos, como o da Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda SPE-MF (2003), mostrem que os gastos sociais no Brasil não são eficazes para a redução da pobreza, esta política efetivamente transfere rendas para uma parcela significativa da população.

Por fim, o governo conta com a Política Cambial para estimular o comércio exterior e controlar a inflação, dentre outros objetivos. Para tanto o governo pode adotar um regime cambial fixo, semifixo ou de bandas cambiais e o câmbio livre ou flutuante.

Como se vê, a política econômica do governo influencia fortemente a atividade econômica e causa forte impacto no setor financeiro. Minella (2001) mostra, através de uma estimação VAR (vector autoregressive), que os choques monetários têm significativos efeitos no Produto Interno Bruto (PIB) de um país.

3.1.2 – As Contas Externas

As contas externas do país são representadas por meio do Balanço de Pagamentos, que registra o saldo de todas as transações do país com o exterior, sempre expresso em dólares americano.

O esquema seguinte mostra a composição tradicional do Balanço de Pagamentos:

BALANÇO DE PAGAMENTOS	
BALANÇA DE TRANSAÇÕES CORRENTES	BALANÇA DE CAPITALS
1) Balança Comercial + Exportação (fob) - Importação (cif)	- Investimentos diretos; - Reinvestimentos; - Empréstimos; - Financiamentos; - Amortizações; - outros
2) Balança de Serviços . Viagens internacionais; . Fretes de transporte; . Seguros; . Rendas de capital: juros, lucros e dividendos; . Serviços governamentais; . Serviços diversos.	
3) Transferências Unilaterais	
Saldo da Balança de Transações Correntes	Saldo da Balança de Capitais
Saldo do Balanço de Pagamentos	
Necessidade de Financiamento do Setor Público	
Reservas Cambiais	

A Balança Comercial registra o saldo das contas exportação menos importação. Os valores considerados para a exportação são os preços FOB (Free on Board), isto é, preço do produto, incluindo os custos de transporte do produtor até o porto, do armazenamento no porto e do embarque no navio. Os valores considerados para importação são os preços CIF (cost of insurance and freight), ou seja, preço do produto incluindo frete, seguro e movimentação do navio no porto.

Na Balança de Serviços são registrados os saldos das transações que envolvem gastos com viagens internacionais (dinheiro, cartão de crédito e cheque de viagem); gastos com fretes e seguro das importações; custos de representações internacionais do país no exterior; valores remetidos para o exterior por conta do pagamento de royalties e dividendos de empresas multinacionais e principalmente o custo do serviço da dívida externa pagos em forma de juros. Devido sua alta dívida externa, o Brasil tem elevados déficits na Balança de serviços.

As transferências unilaterais registram o saldo do envio de recursos de brasileiros residentes no exterior para o Brasil e de estrangeiros residentes no Brasil para o exterior. Devido ao elevado número de brasileiros trabalhando no exterior, principalmente Estados Unidos e Japão, o nosso saldo da conta transferências unilaterais tem sido positivo nos últimos anos.

A soma dessas três contas: (balança comercial, balança de serviços e transferências unilaterais) resultam no saldo da Balança de Transações Correntes ou de Conta Corrente, que registra as transações de mercadorias e serviços entre o Brasil e o exterior.

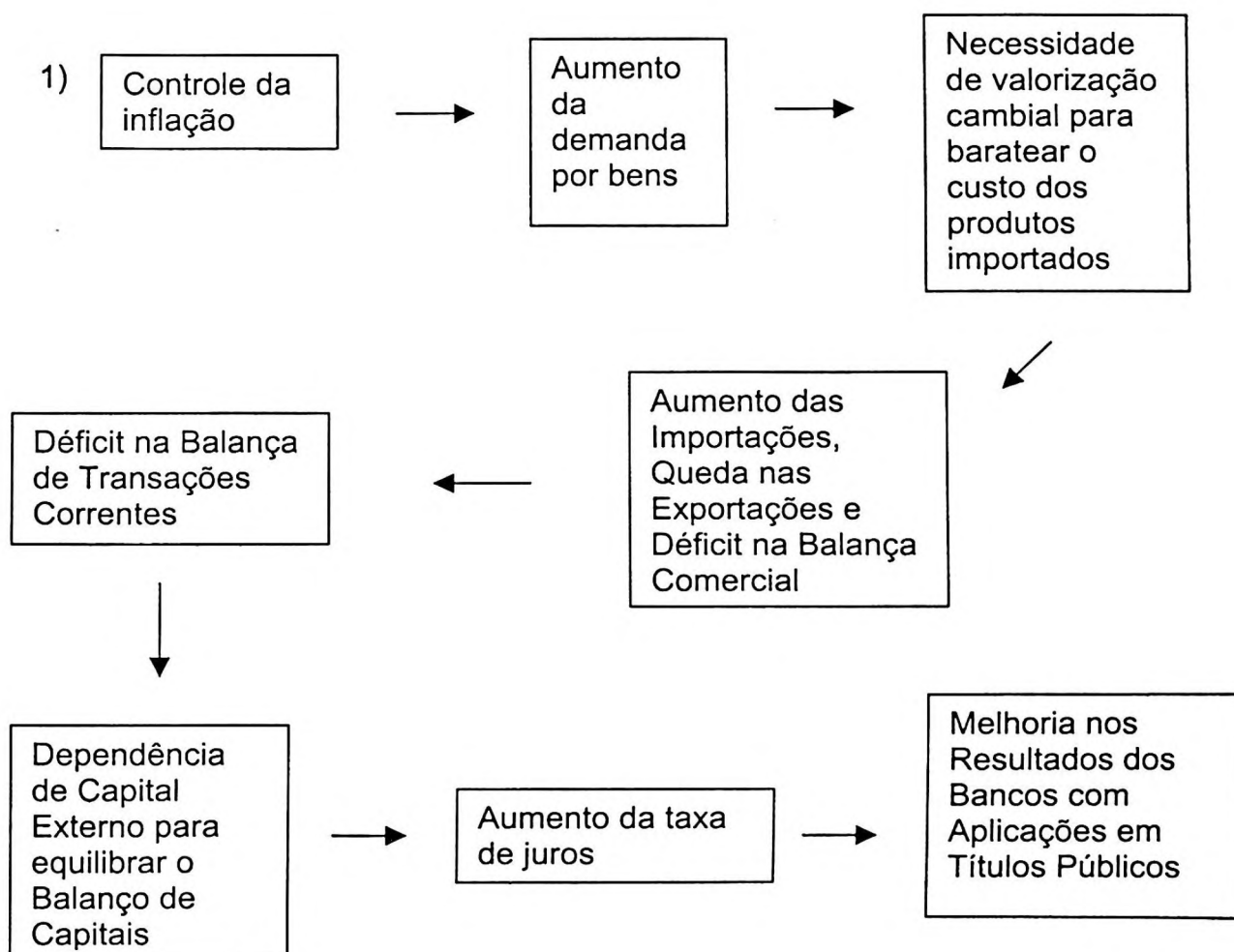
Do outro lado do Balanço de Pagamentos, são registradas as transações com capital. Como os investimentos diretos estrangeiros (IDE), que geralmente se dão via implantação ou ampliação de plantas de multinacionais no Brasil ou

compra de ativos nacionais por estrangeiros, como foi o caso das privatizações no período analisado por este trabalho. Os novos empréstimos internacionais tanto de origem privada como de órgãos públicos estatais e não estatais, também são considerados como transações com capital.

Se o saldo do Balanço de Pagamentos for negativo, surge a necessidade de financiamento deste déficit através das reservas em moeda estrangeira administradas pelo Banco Central. Quando estas reservas atingem um nível mínimo de segurança, o país necessita reequacionar seu Balanço de Pagamentos sob pena de desonrar seus compromissos internacionais, situação conhecida nos meios financeiros como "Default".

3.1.3 A Política Econômica e suas Inter-relações

A seguir é apresentado, baseado em Blanchard (2001), Mankiw (2003) e em estudos da Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda (2003), fluxogramas mostrando o comportamento provável das principais variáveis macroeconômicas durante a execução de um plano de estabilização, como o Plano Real, num país com endividamento externo e desequilíbrio fiscal, como o Brasil.



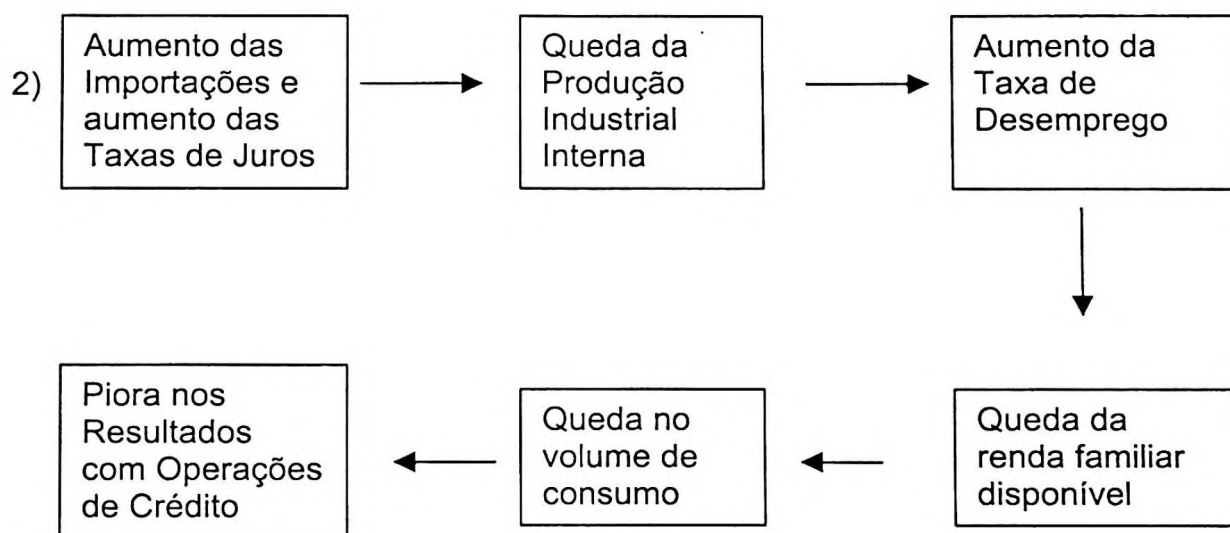
Segundo a teoria econômica e a experiência prática em muitos países, a inflação corrói o poder de compra da população, sobretudo da parcela mais pobre, que não tem acesso a mecanismos de proteção de sua renda. A inflação, portanto, torna-se, na prática, um pesado imposto regressivo que ataca de forma mais cruel as classes de menor poder aquisitivo.

Quando é debelada, de maneira abrupta, uma espiral hiperinflacionária, aumenta-se o poder real de compra dos consumidores mais vulneráveis à corrosão inflacionária. Como a propensão marginal a consumir é inversamente proporcional ao tamanho da renda disponível, ocorre a tendência do aumento da demanda por produtos de consumo básicos. Como a oferta interna desses produtos não responde de maneira imediata ao aumento da demanda, devido à necessidade de investimento na produção, ocorre um desequilíbrio entre oferta e demanda, o que tende a pressionar os preços.

A fim de evitar o desabastecimento de produtos e suas conseqüências perversas, o governo busca equilibrar a oferta via aumento das importações. Para que o produto importado não gere um choque de oferta, pressionando a taxa de inflação, valoriza-se a moeda doméstica. Naturalmente, esta situação leva ao aumento das importações e à queda no volume de exportações, gerando altos déficits na Balança Comercial.

Num país, com histórico de endividamento externo, como o Brasil, a Balança de Serviços, devido ao custo do serviço da dívida, é altamente negativa. As Transferências Unilaterais, mesmo sendo superavitárias, como no caso brasileiro, não compensa os saldos negativos da Balança Comercial e de Serviços. O resultado desta situação é um déficit na Balança de Transações Correntes, que leva o país a uma dependência de capital externo para equilibrar o Balanço de Pagamentos.

Caso da ocorrência de uma tendência de fuga de capitais, dentro da lógica da relação risco-retorno e do perfil tradicional do investidor internacional, o país necessita elevar as taxas de juros para tornar o investimento do capital atrativo. Com o aumento das taxas de juros, surge a oportunidade de ganhos com o financiamento da dívida pública, que são refletidos nos resultados com títulos e valores mobiliários dos conglomerados financeiros.

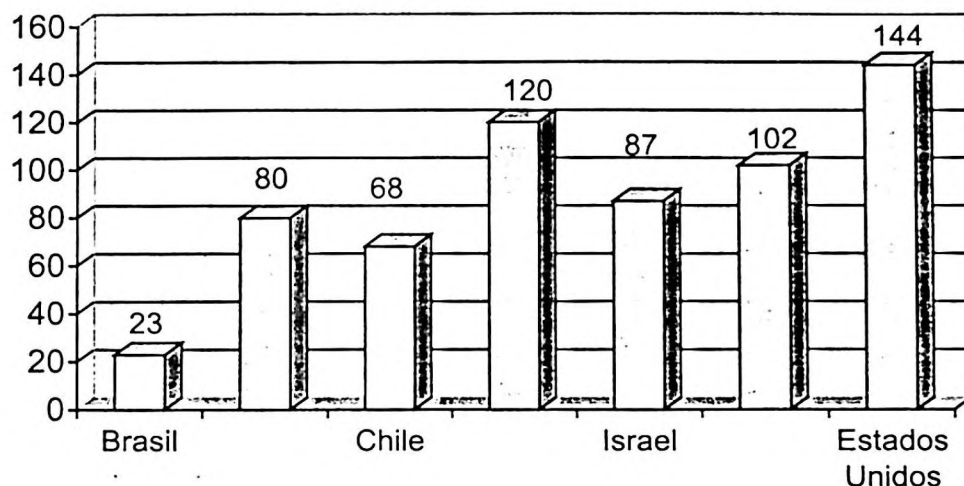


O aumento do volume de importação e a necessidade de aumento da taxa de juros vistos no fluxograma anterior levam à queda no volume de produção industrial interna, o que traz como consequência o aumento da taxa de desemprego e a queda da renda familiar disponível ao consumo.

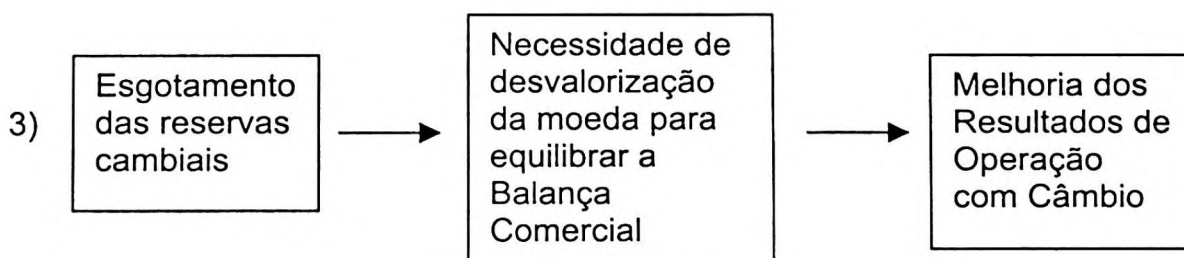
Esta situação recessiva inibe o volume de operações de crédito, principalmente financiamento de bens de consumo duráveis e semiduráveis, e leva à queda nos resultados dos bancos com operações de crédito. O gráfico 4 mostra o percentual de crédito privado em relação ao PIB do Brasil comparado com diversos países.

GRÁFICO 4: CRÉDITO AO SETOR PRIVADO EM PERCENTUAL DO PIB

Dados de 2002

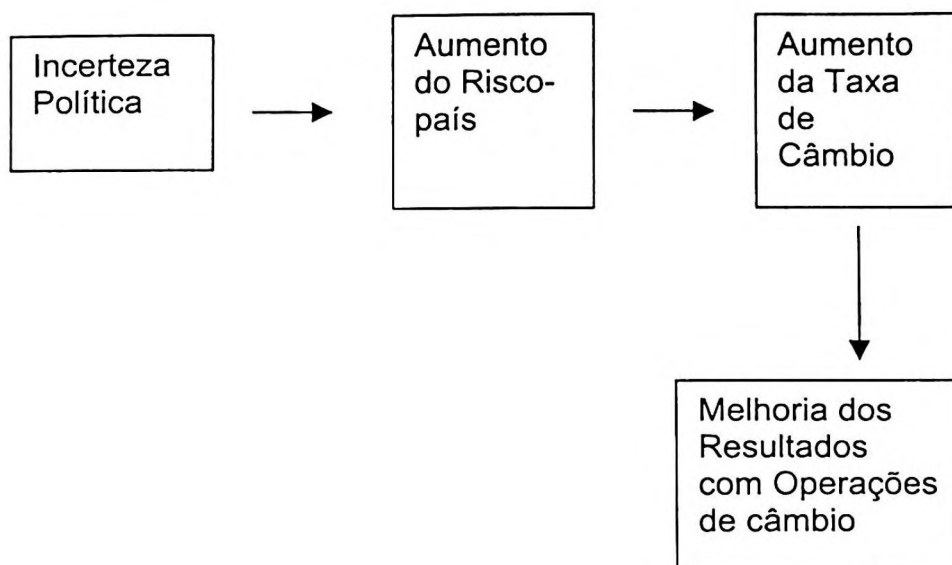


FONTE: BANCO MUNDIAL, WORLD DEVELOPMENT INDICATORS, 2002.



O déficit em Transações Correntes gera a dependência do capital externo para equilibrar o Balanço de Pagamentos. Na falta deste capital externo em quantidade suficiente, é necessário usar as reservas cambiais. O esgotamento das reservas cambiais impõe a necessidade de alteração da política cambial para corrigir o déficit na Balança Comercial. A desvalorização da moeda gera a oportunidade de ganhos para o setor financeiro com operações cambiais.

4)



As incertezas políticas, como, por exemplo, o ocorrido em 2003, com a eleição de Luis Inácio Lula da Silva para a Presidência da República, são percebidas internacionalmente e refletidas no cálculo do risco-país, uma vez que este índice mede a diferença entre a rentabilidade exigida pelo mercado para adquirir um título da dívida pública brasileira e um título da dívida pública americana - considerado de risco zero.

O aumento do risco-país inibe os investimentos estrangeiros no país e conseqüentemente diminui a oferta de dólares internamente. Isto leva ao aumento da taxa de câmbio, o que gera a oportunidade de ganhos com operações cambiais.

3.2- A POLÍTICA MACROECONÔMICA DO PLANO REAL AO GOVERNO LULA E SEUS IMPACTOS NO SISTEMA FINANCEIRO BRASILEIRO

3.2.1 O Plano Real

Segundo Bacha (1997), o Plano Real foi um programa de estabilização bem sucedido em acabar com a crônica inflação brasileira, utilizando um programa de reforma monetária de origem genuinamente doméstica. O Plano, apresentado ao país em 7 de dezembro de 1993, foi estabelecido em três estágios. O primeiro estágio apresentava um mecanismo de equilíbrio orçamentário por meio de profundos cortes na proposta orçamentária para o ano de 1994, e com a criação do Fundo Social de Emergência, que permitia a liberação de 20% do orçamento. O segundo introduzia uma unidade de conta estável para alinhar os preços relativos mais importantes da economia. Para tanto, foi criada a URV ou unidade real de valor, cuja taxa cambial informal era de 1 URV = US\$ 1,00, que era reajustada diariamente de acordo com a variação cambial e a inflação verificada. A partir daí, os contratos de preços e salários foram convertidos em múltiplos dessa unidade de valor, substituindo contratos estipulados segundo diferentes indexadores e períodos. O terceiro estabelecia a conversão desta unidade de conta na nova moeda do país, o Real. Quando a maioria dos contratos foi convertida para múltiplos da URV, esta unidade de conta passou a ser emitida sob o nome de Real, uma nova moeda não indexada com paridade de R\$ 1,00 = US\$ 1,00.

Netto (1997) afirma que os economistas formuladores do Plano Real conseguiram uma solução inédita, pois colheram os efeitos de uma hiperinflação sem tê-la. Isto é, inventaram um mecanismo capaz de reproduzir as condições de uma hiperinflação sem necessidade de sofrer todos os seus males. Esse mecanismo foi a URV. Com a URV foi possível realinhar a maioria dos preços relativos da economia e então introduzir a nova moeda ancorada ao dólar. Segundo o mesmo autor, o problema é que a estabilidade de preços não pode ser garantida sem que sejam resolvidas as distorções na economia, que são as causas reais da inflação. É necessário dar solução ao problema fiscal do governo,

eliminar as distorções do sistema de intermediação financeira, reduzir o chamado custo-Brasil e aperfeiçoar as estruturas do Estado.

No primeiro momento, com a âncora cambial, a inflação cai e o consumo aumenta devido ao ganho do poder de compra e à oportunidade que os consumidores vêm de adquirir bens, enquanto duram os efeitos da baixa inflação. No entanto, nesta situação, o país passa a financiar o déficit público com recursos externos, via déficit em Transações Correntes. Quando a situação externa começa a piorar, esta solução torna-se insustentável. O governo é obrigado a fazer um estrangimento do consumo, uma vez que o crescimento da economia levaria a um aumento no déficit em Conta Corrente, pois devido à valorização do câmbio a exportação encontra-se restrita. O crescimento tem de ser estrangido via aumento na taxa de juros, fato este que leva a uma recessão. A grande armadilha do Plano é que cada vez que a economia ameaça a crescer o déficit em Conta Corrente aumenta, e o governo tem que abortar o crescimento. Consegue-se uma estabilidade de preços, porém, gera-se uma recessão. Muitas empresas que, animadas com a expansão inicial do consumo, e o baixo preço do dólar, investem em ampliação de sua capacidade produtiva, são pegas no contrapé, quando o governo precisa segurar o crescimento econômico. O mesmo ocorre com os Bancos, que aumentam seus empréstimos para as empresas e depois devido às dificuldades de seus clientes passam a acumular grande volumes de créditos de baixa qualidade. Neste caso a única saída é desvalorizar a moeda para gerar exportações e correr o risco da volta da inflação.

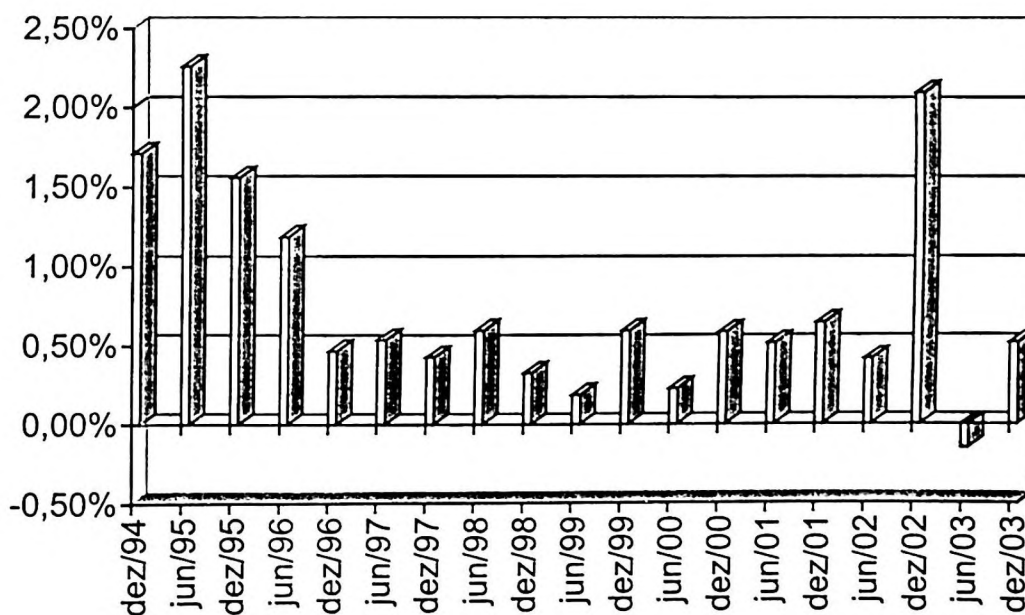
Esta situação ocorreu finalmente em janeiro de 1999. Devido à forte recessão e a valorização que a população atribuiu à estabilidade dos preços, a inflação não voltou como se esperava.

3.2.2. O Plano Real e os Bancos

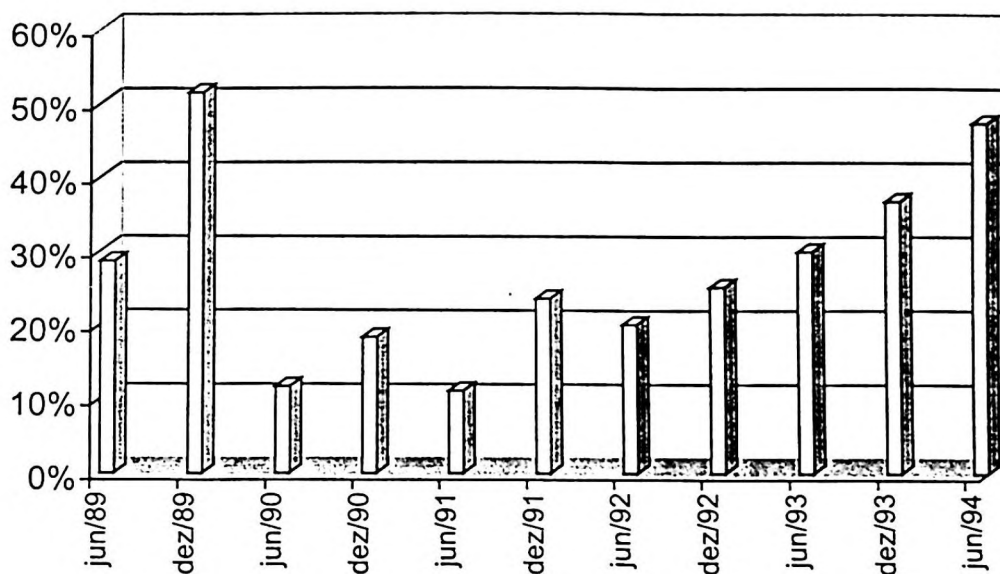
Puga (1999) mostra que antes do Plano Real, a principal fonte de recursos para os bancos era o ganho inflacionário. Isto é, o ganho referente à perda do valor real dos recursos captados dos clientes e disponibilizados em conta corrente. A aplicação desses recursos, devido à alta taxa de inflação, rendia aos bancos enormes receitas com pequenas despesas. Com o Plano Real a inflação foi controlada, atingindo taxas compatíveis com a dos países desenvolvidos (gráfico 5), no entanto afirma Carvalho (2001) que a lucratividade média dos bancos brasileiros não se alterou com a queda da inflação. A rápida adaptação dos bancos ao novo cenário trazido pelo Plano Real evidenciou sua capacidade de antecipar-se ao quadro de inflação baixa e às medidas do programa de estabilização.

GRÁFICO 5 - TAXA DE INFLAÇÃO MENSAL (IPCA-IBGE)

Período 1994 -2003



Período 1989-1994



Barros & Almeida (1997) mostram que, com o fim do ganho inflacionário, as agências bancárias foram obrigadas a expandir seu volume de crédito como novo instrumento de captação de recursos e a cobrar taxas de serviços que até então não eram cobradas. Bacha (1997) mostra que o crédito ao consumidor cresceu consideravelmente no período, apesar do depósito compulsório de 100% que no início do Plano Real, o Banco Central impusera sobre os depósitos a vista nos bancos comerciais. Entre junho e dezembro de 1994, os empréstimos do sistema financeiro aos consumidores expandiram-se nada menos que 150%.

As tarifas cobradas por serviços também sofreram grande aumento. Segundo Carvalho (2001), alguns bancos varejistas chegaram a elevar de 10% para 35% a parcela de sua receita bruta originada de cobrança de tarifas. Relatório do Banco Central mostra que, as receitas com cobrança de tarifas que

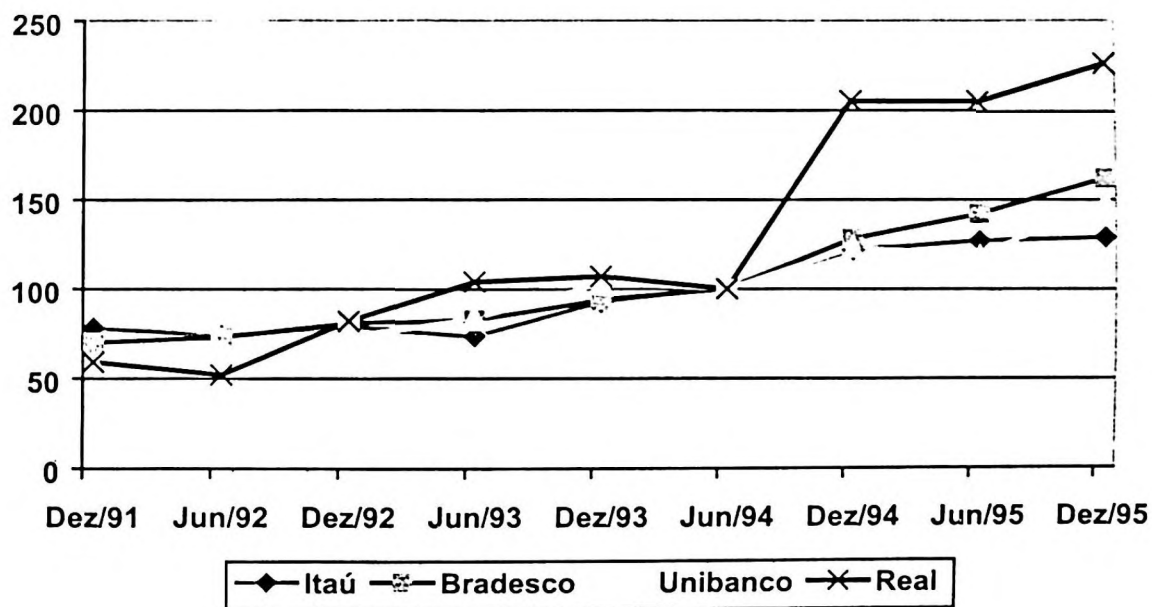
em 1994 cobriam 45% da folha de pagamento dos bancos no Brasil, chegaram a cobrir 95 % da mesma folha no final de 2002.

De julho de 1994 até dezembro de 1998 houve uma forte expansão na propensão marginal a consumir do povo brasileiro, principalmente das classes média e baixa (Banco Mundial 2002), gerando grande demanda por financiamento ao consumidor. Bacha (1997) afirma que as pressões de demanda originaram-se do aumento do poder de compra dos salários, acompanhada de um movimento de antecipação de compras, tanto de bens de consumo duráveis quanto de equipamentos, na expectativa de que a estabilização fosse temporária, sugerido pelo fracasso das experiências de estabilização anteriores. Esse aumento de demanda foi chancelado por uma expansão de 37% nos empréstimos do sistema financeiro para o setor privado, entre junho e dezembro de 1994.

Carvalho e Oliveira (2002) mostram o porte desta expansão, comparando o índice de operações de crédito dos principais bancos brasileiros no período de dezembro de 1991 a dezembro de 1995 (quadro 1) e a participação das operações de crédito em relação ao seus ativos (quadro 2)..

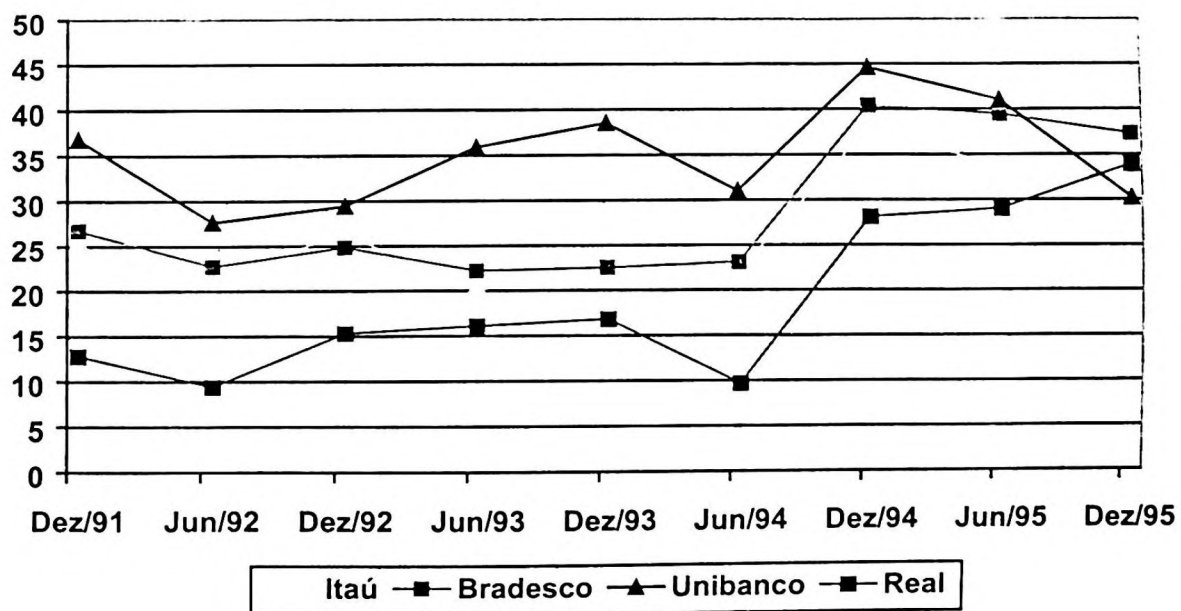
QUADRO 1- OPERAÇÕES DE CRÉDITO – índice base: jun/94 = 100

	Dez 91	Jun 92	Dez 92	Jun 93	Dez 93	Jun 94	Dez 94	Jun 95	Dez 95
Itaú	78	74	79	74	93	100	122	127	129
Bradesco	70	73	81	83	94	100	128	142	162
Unibanco	59	65	73	84	103	100	123	119	149
Real	59	52	82	104	107	100	205	205	226



QUADRO 2- OPERAÇÕES DE CRÉDITO EM RELAÇÃO AO ATIVO EM %

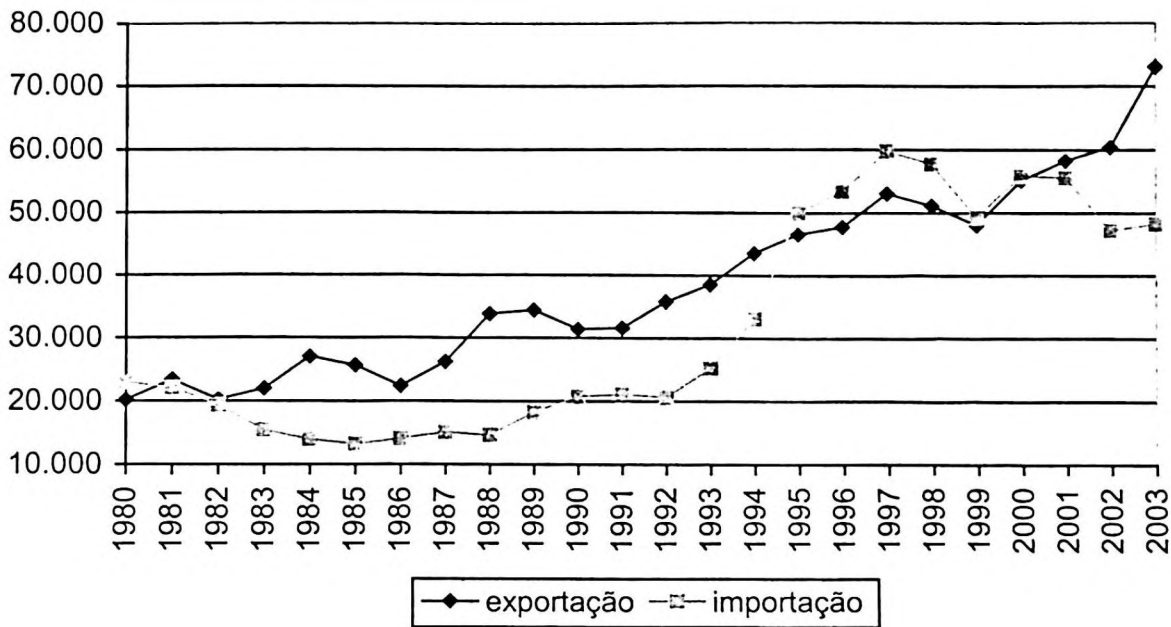
	Dez 91	jun 92	dez 92	Jun 93	Dez 93	Jun 94	Dez 94	Jun 95	Dez 95
Itaú	25,0	21,6	26,3	19,9	23,6	22,1	37,9	33,6	32,2
Bradesco	26,7	22,7	24,8	22,2	22,5	23,1	40,4	39,4	37,3
Unibanco	36,8	27,6	29,4	35,9	38,5	31,0	44,6	41,0	30,2
Real	12,8	9,4	15,3	16,1	16,8	9,7	28,1	29,0	33,9



Porém junto com o aumento do volume de crédito, ocorreu também o crescimento do índice de inadimplência. Bacha (1997) afirma que a desaceleração do nível de atividade econômica na segunda metade de 1995, acompanhada da elevação da taxa de juros e do aumento do poder de compra dos salários, agravou a situação financeira das firmas que haviam se endividado durante a expansão econômica do primeiro ano do Real. Além do mais, a apreciação do Real, e a liberalização comercial trouxeram dificuldades adicionais para as firmas mais frágeis dos setores diretamente afetados pela competição internacional, como bens de capital, autopeças, brinquedos e têxteis. Conseqüentemente o volume de atrasados creditícios e de falências cresceu significativamente. A parcela dos empréstimos do setor financeiro para o setor privado que estavam atrasados ou sob liquidação passou de 7,5% para 15,4%, de dezembro de 1994 para dezembro de 1995, e continuou a crescer até atingir o valor máximo de 19,8% em agosto de 1996.

Batista Jr. (2002), mostra que a valorização do Real frente ao Dólar, que no período de julho de 1994 até janeiro de 1999 oscilou de 0,85 a 1,20 Reais por Dólar, favoreceu as importações (gráfico 6) e levou a indústria local a uma forte recessão e ao conseqüente aumento na taxa de desemprego (gráfico 7), saltou de 4,5% para algo em torno de 7%, à queda da renda média real do trabalho (gráfico 8) e ao aumento da inadimplência no comércio (gráfico 9).

GRÁFICO 6 – VOLUME DE IMPORTAÇÕES E EXPORTAÇÕES (US\$ milhões)



FONTE: BANCO CENTRAL DO BRASIL

GRÁFICO 7 – TAXA DE DESEMPREGO ABERTA MENSAL DO IBGE

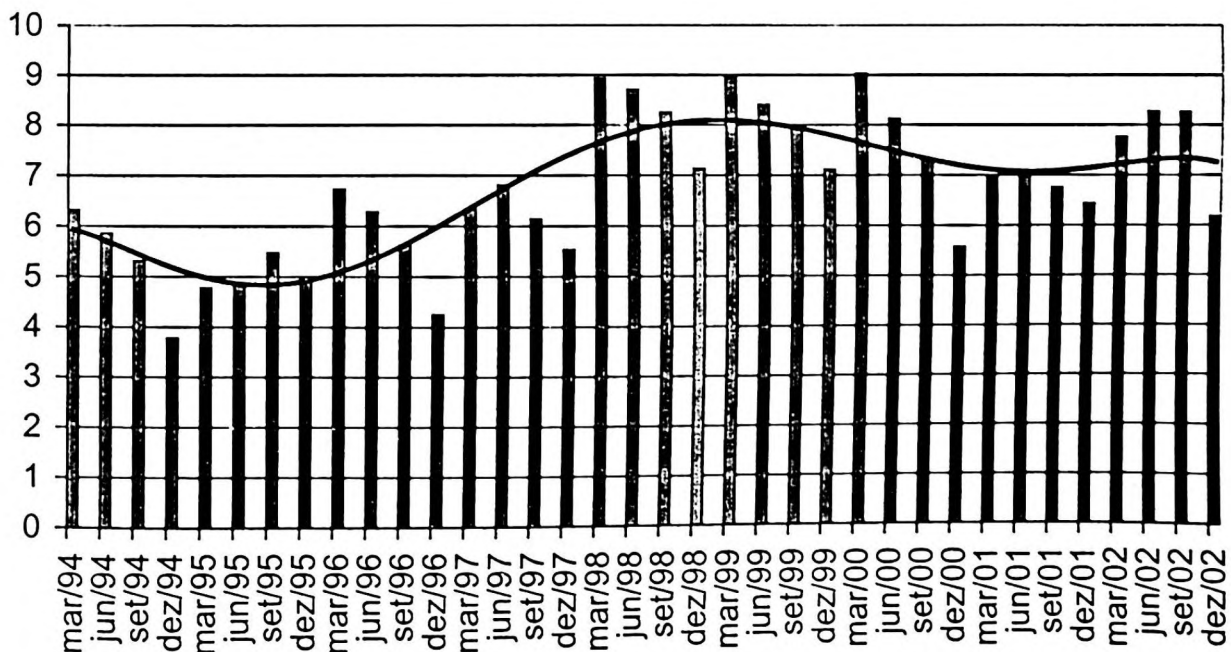
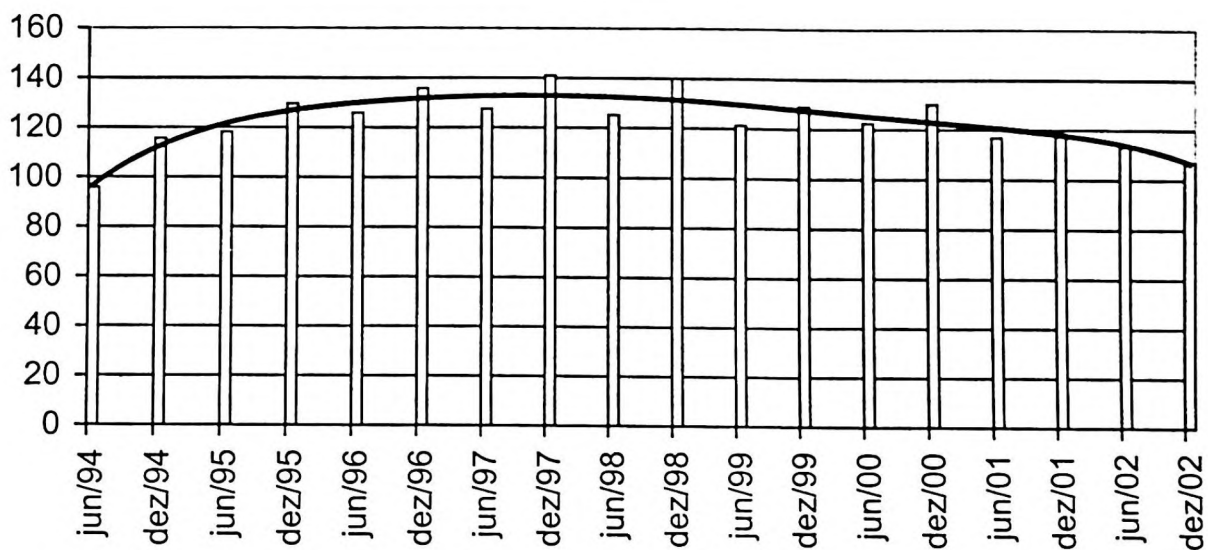
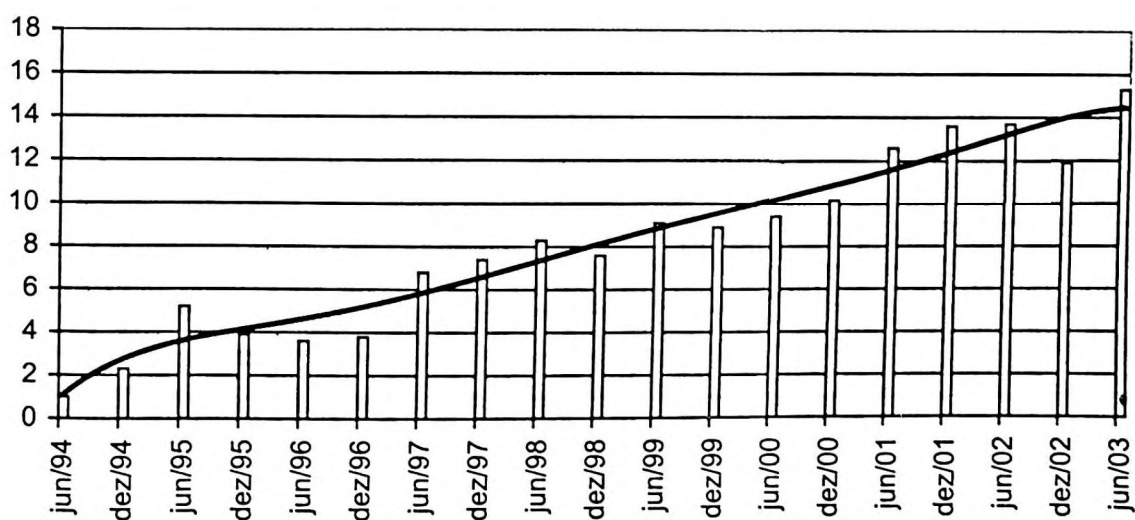


GRÁFICO 8. RENDIMENTO MÉDIO REAL DO TRABALHO: ÍNDICE (JUL/94 = 100)



FONTE: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE -

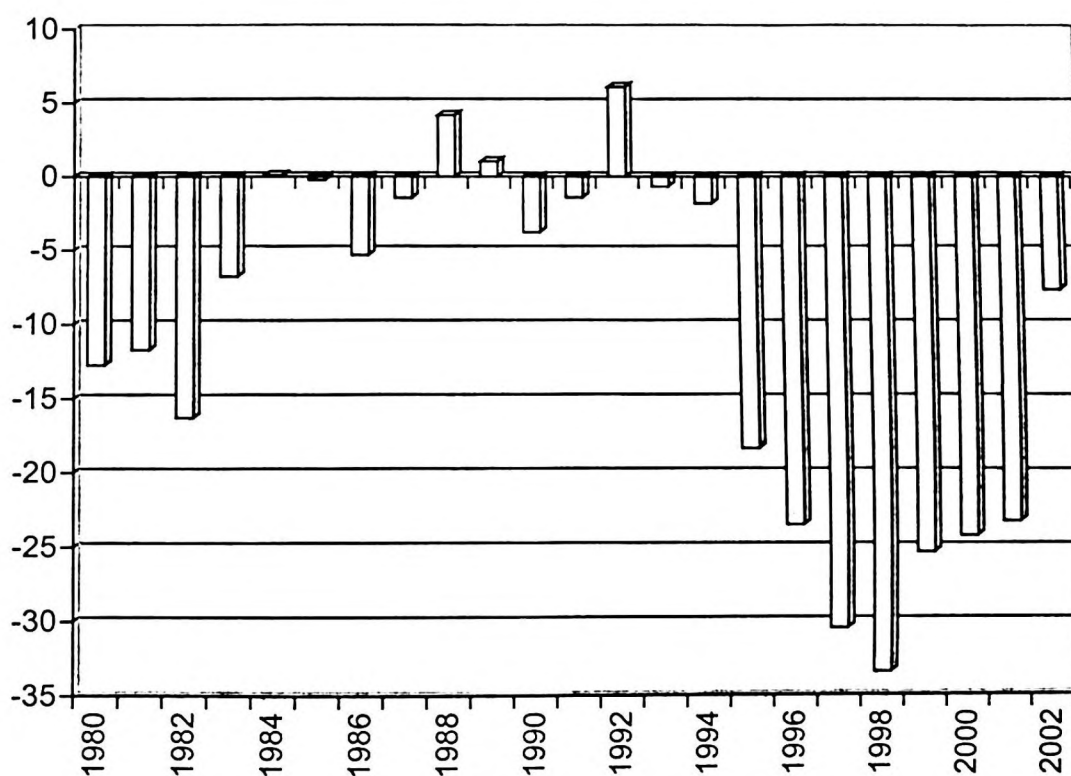
GRÁFICO 9. ÍNDICE DE INADIMPLÊNCIA NO COMÉRCIO – CHEQUES SEM FUNDOS (2ª DEVOLUÇÃO EM CADA 1000 CHEQUES COMPENSADOS)



FONTE: SERASA

Batista Jr. (2002), em seu estudo sobre a vulnerabilidade externa da economia brasileira, afirma que a prolongada sobrevalorização cambial combinada com a abertura precipitada do mercado interno às importações foi responsável pelo crescimento do déficit na Balança Comercial, deteriorando a Balança de Transações Correntes. Durante o período de 1995 a 2002, o déficit em Transações Correntes chegou a acumular US\$ 186 bilhões (gráfico 10) gerando a necessidade de atração de capitais para o seu financiamento.

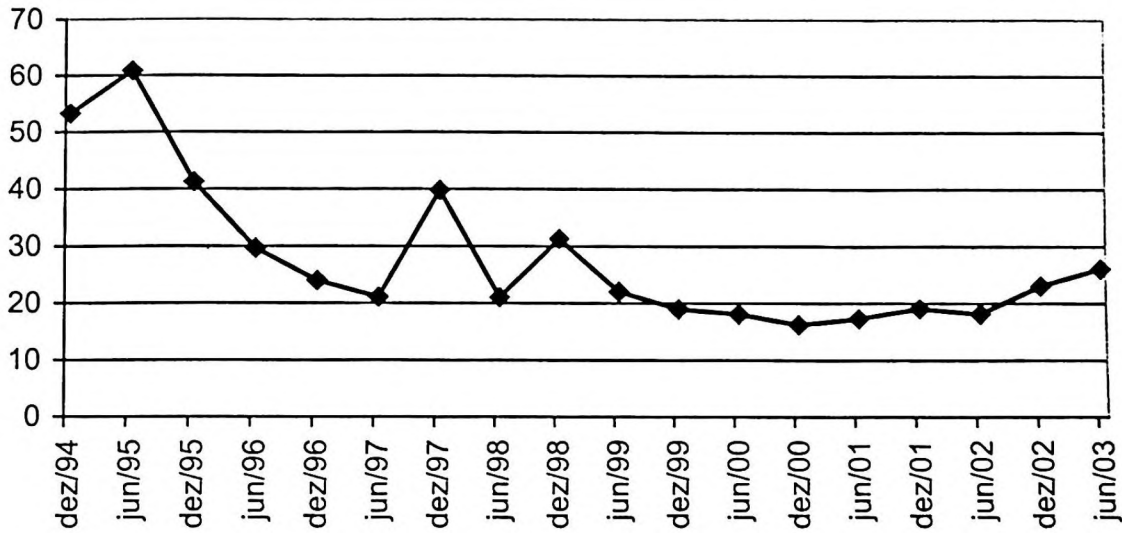
GRÁFICO 10. SALDO DA BALANÇA DE TRANSAÇÕES CORRENTES



FONTE: BANCO CENTRAL DO BRASIL

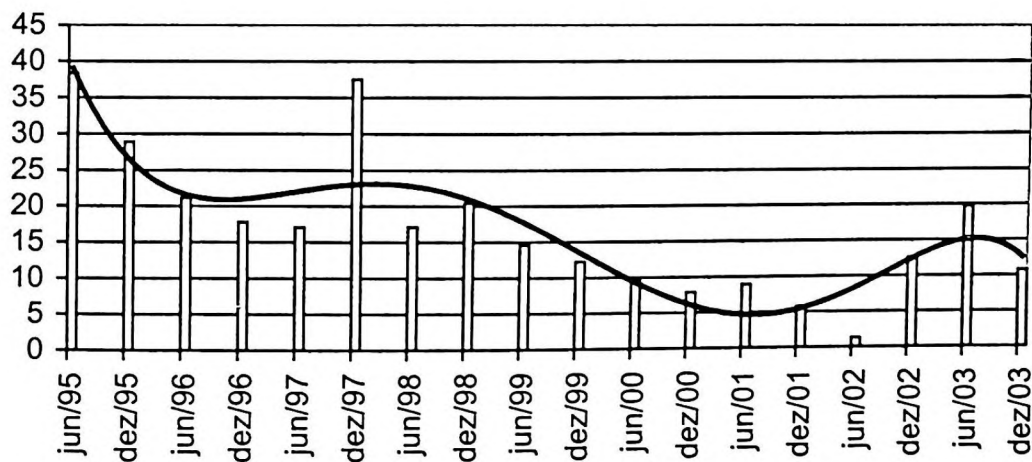
Em meio às crises internacionais, o governo brasileiro aumentou a taxa de juros (gráfico 11). A própria queda da inflação no período também causou a elevação da taxa de juros reais (gráfico 12). Surgiu então, uma outra grande oportunidade para os bancos: o financiamento do governo através da compra de títulos públicos, operações com grande retorno e inadimplência nula.

GRÁFICO 11 - VARIAÇÃO DA TAXA SELIC NOMINAL ANUALIZADA



FONTE: BANCO CENTRAL DO BRASIL

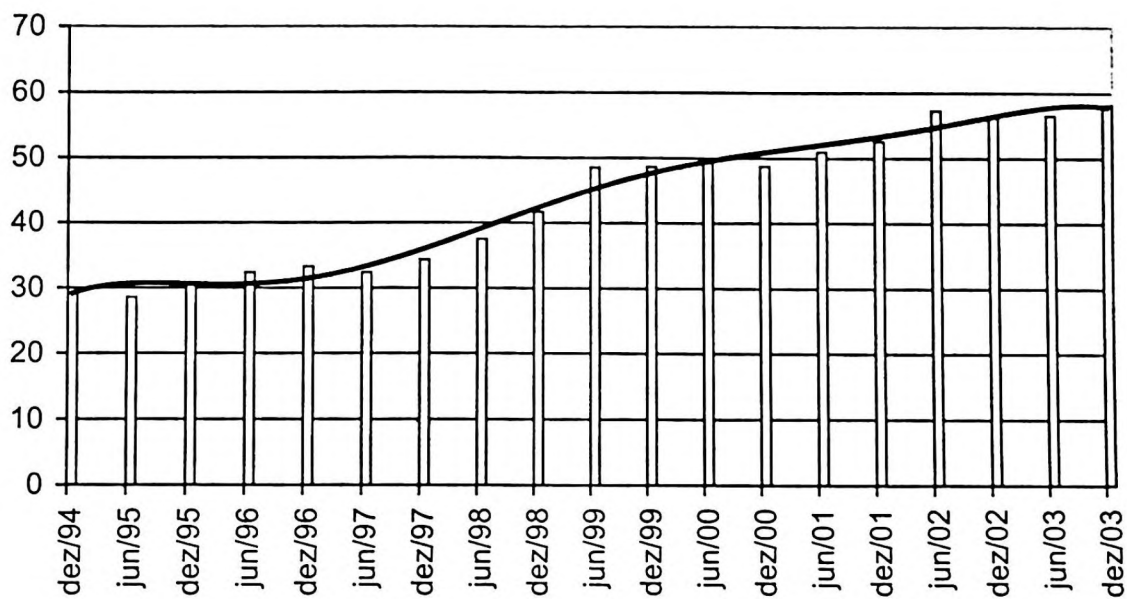
GRÁFICO 12: TAXA REAL DE JUROS (SELIC - IPCA)



FONTE: BANCO CENTRAL DO BRASIL

A dívida líquida do setor público (DLSP), que no início de 1994 era inferior a 30% do PIB, chegou próximo a 60% do PIB no final de 2002 (gráfico 13).

GRÁFICO 13. DÍVIDA LÍQUIDA DO SETOR PÚBLICO CONSOLIDADO (% do



PIB)

FONTE: BANCO CENTRAL DO BRASIL

Segundo Corazza (2001), o histórico de lucros substanciais do setor financeiro no Brasil (quadro 3) foi um forte atrativo para os bancos internacionais investirem no país.

QUADRO 3 – RENTABILIDADE DO SETOR FINANCEIRO EM ALGUNS PAÍSES (LUCRO/PATRIMÔNIO LÍQUIDO) EM % - 1997

PAÍSES	RENTABILIDADE
INGLATERRA	20,2
JAPÃO	13,8
ALEMANHA	13,6
CANADÁ	12,5
SUIÇA	12,4
BRASIL	12,3
FRANÇA	11,2
ESTADOS UNIDOS	9,7

FONTE: GENTIL CORAZZA

O quadro 4, à guisa de exemplo, mostra o retorno sobre o patrimônio dos principais bancos que atuaram no mercado brasileiro durante o ano 2002.

QUADRO 4 – RENTABILIDADE SOBRE O PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM % - 2002.
(Lucro líquido anual/patrimônio líquido médio)

INSTITUIÇÃO	RENTABILIDADE
Banco do Brasil	22,60 %
Caixa Econômica Federal	25,38 %
Bradesco	19,40 %
Itaú	13,61 %
Unibanco	15,86 %
ABN AMRO	15,34 %
Total dos bancos no Brasil	18,60 %

FONTE: BANCO CENTRAL DO BRASIL

Dados dos balanços publicados de 2003 mostram que os 20 maiores bancos tiveram uma média de retorno sobre o patrimônio de 30,0 % e os 100 maiores tiveram uma média de 19,7%.

O grau de concentração no Sistema Financeiro Brasileiro também é bastante alto. O quadro (5) mostra os 20 maiores bancos por volume de ativo em R\$ milhões, sua participação relativa e participação acumulada (situação em dezembro de 2003).

QUADRO 5- VINTE MAIORES BANCOS POR VOLUME DE ATIVOS EM DEZ/2003.

BANCO	ATIVO (R\$ bilhões)	PARTICIPAÇÃO NO SISTEMA FINANCEIRO (%)	PARTICIPAÇÃO ACUMULADA NO SISTEMA FINANCEIRO (%)
Banco do Brasil	228.467.736	21,48	21,48
Caixa Econômica Federal	145.803.910	13,71	35,19
Bradesco	129.806.372	12,20	47,39
Itaú	104.951.677	9,87	57,26
Unibanco	57.140.044	5,37	62,63
ABN AMRO	54.450.380	5,12	67,75
Santander	52.273.483	4,91	72,67
Safra	31.248.917	2,94	75,61
Nossa Caixa	26.077.969	2,45	78,06
HSBC	25.635.707	2,41	80,47
Citibank	20.172.411	1,90	82,36
Votorantim	20.041.777	1,88	84,25
Bankboston	18.331.834	1,72	85,97
BNB	12.692.456	1,19	87,17
Banrisul	11.800.775	1,11	88,28
Credit Suisse	6.262.679	0,59	88,86
Santos	6.138.615	0,58	89,44
Alfa	6.117.793	0,58	90,02
JPMorgan	6.092.658	0,57	90,59
Rural	5.992.494	0,56	91,15
Total dos bancos	1.063.600.543	100,00	100,00

FONTE: BANCO CENTRAL DO BRASIL

O Quadro 6 mostra o perfil da concentração bancária no Brasil desde 1994 até 2003

QUADRO 6 – CONCENTRAÇÃO BANCÁRIA NO BRASIL

Ano	Participação dos 10 maiores bancos no volume total de crédito	Participação dos 10 maiores bancos no volume total de depósito
1994	0,738	0,702
1995	0,753	0,737
1996	0,710	0,747
1997	0,723	0,733
1998	0,763	0,725
1999	0,744	0,745
2000	0,731	0,746
2001	0,636	0,751
2002	0,655	0,772
2003	0,763	0,800

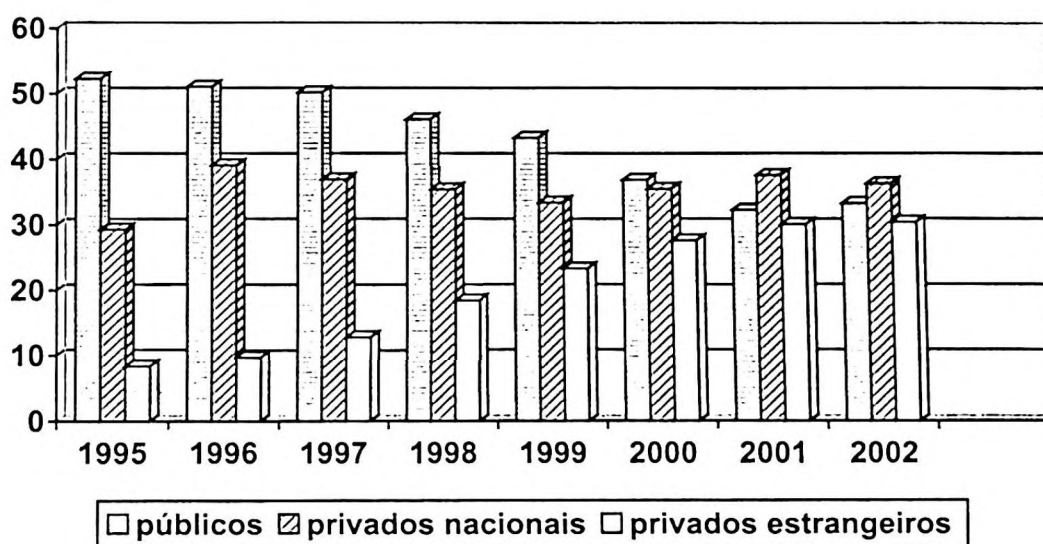
FONTE: Febraban (Federação Brasileira de Bancos)

Quanto à origem do capital dos bancos atuantes no mercado brasileiro, vê-se no quadro 7 e na sua representação gráfica seguinte, que houve uma expansão da participação dos bancos privados estrangeiros nos primeiros anos do Plano Real, devido às privatizações de bancos estaduais e ao incentivo de reestruturação do sistema dado pelo PROER. Após esse período a participação do capital estrangeiro se estabilizou.

QUADRO 7. PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL POR VOLUME DE ATIVO DOS SEGMENTOS DO MERCADO BANCÁRIO BRASILEIRO (posição em 31 de dezembro dos respectivos anos).

BANCOS	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002
Públicos	52,3	51,1	50,2	46,1	43,3	36,9	32,3	33,3
Privados Nacionais	39,3	39,1	36,9	35,4	33,4	35,5	37,6	36,3
Privados estrangeiros	8,4	9,8	12,9	18,5	23,3	27,6	30,1	30,4

FONTE: BANCO CENTRAL DO BRASIL



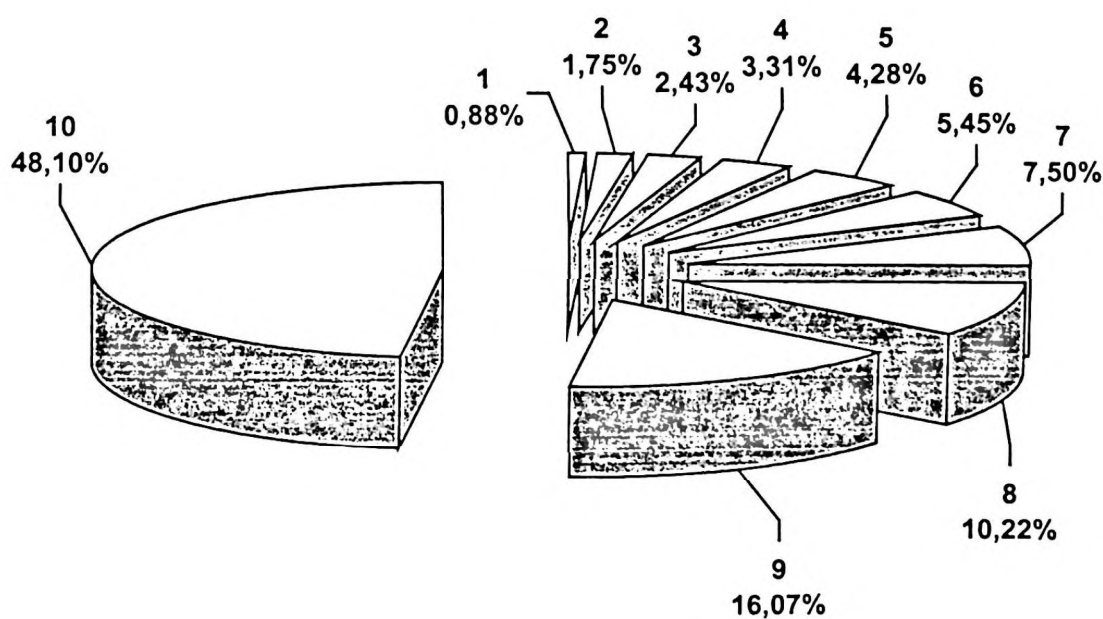
Segundo Beck (2000), o volume de crédito no Brasil é muito reduzido se compararmos a de países com PIB per capita semelhantes, e as taxas de juros reais praticadas para o consumidor estão entre as maiores do mundo. Há, portanto um grande potencial de crescimento do mercado financeiro brasileiro caso o mercado financeiro brasileiro consiga se assemelhar às condições do mercado internacional.

Immervoll et alli (2003) mostram que a concentração de renda no País também é absurdamente grande (quadro 8), o que impede a expansão do volume

de crédito que é um dos principais ingredientes para o crescimento do mercado bancário.

QUADRO 8 - DISTRIBUIÇÃO DE RENDA NO BRASIL: PARCELA APROPRIADA POR CADA GRUPO DE RENDA EM %

DECIL	RENDA DOMICILIAR %
1	0,9
2	1,8
3	2,5
4	3,4
5	4,4
6	5,6
7	7,7
8	10,5
9	16,5
10	46,6
TOTAL	100,0



Medidas de incentivo ao crédito popular e ao microcrédito, na esfera federal, estadual, e em alguns casos, municipal, como nos mostra o Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio (2003), também são importantes para promover a expansão do mercado de crédito e alavancar o setor financeiro no país.

3.3 - EVOLUÇÃO DO SISTEMA FINANCEIRO NO BRASIL E OS CONGLOMERADOS FINANCEIROS.

Como podemos ver em Puga (1999) e Andrezzo (2002), a Lei da Reforma Bancária de 1964 (Lei 4.595) criou para o Brasil, um modelo de Instituições Financeiras especializadas baseado no sistema americano. Nesse modelo, os Bancos Comerciais captariam depósitos a vista e ofereceriam empréstimos de curto prazo, os Bancos de Investimento e Desenvolvimento captariam depósitos a prazo e recursos no exterior e ofereceriam empréstimos de longo prazo. As Financeiras captariam recursos via emissão de letras de câmbio e forneceria crédito direto ao consumidor e empréstimos pessoais. Para atender ao financiamento habitacional foram criadas as instituições do Sistema Financeiro de Habitação que captariam recursos da poupança e poderiam emitir letras imobiliárias.

A Lei de Reforma Bancária (Lei 4.595 de 31/12/1964), estruturou o Sistema Financeiro Nacional, com a criação do Conselho Monetário Nacional, do Banco Central do Brasil e da Comissão de Valores Mobiliários e também com a definição do papel das demais Instituições Financeiras.

A Lei do Mercado de Capitais (Lei 4.728 de 16/07/1965), organizou o mercado de capitais no Brasil e regulamentou o funcionamento das bolsas de valores.

Em 1988, foi autorizada a unificação do plano de contas das instituições financeiras o que na prática gerou os bancos múltiplos, que passariam a conter entre duas e quatro operações das instituições especializadas.

Após o Plano Real em julho de 1994, como mostra-nos Puga (1999), o governo se viu na necessidade de atuar com mais rigor na área prudencial, a fim de se evitar, com a perda da receita com o “floating”, o risco sistêmico de quebra do Setor Financeiro Nacional. Por meio da Resolução 2.208, de 3 de novembro de

1995, o Banco Central criou o Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional (PROER), que fornecia uma linha especial de crédito para a finalidade de reestruturação do Sistema Financeiro. O Relatório de Atividades da Diretoria de Fiscalização do Banco Central do período 1995 a 2002 mostra que em agosto de 1995, o Banco Central interveio no Banco Econômico - primeiro grande banco privado a enfrentar regime especial após a introdução do Plano Real - e em novembro do mesmo ano foi decretada a intervenção no Banco Nacional - quinto maior banco em volume de depósito atuante no mercado brasileiro. As principais operações realizadas com financiamento do PROER foram:

- Venda do Banco Econômico para o Banco Excel
- Venda do Banco Nacional para o Unibanco
- Venda do Banco Mercantil de Pernambuco para o Banco Rural
- Venda do Banco Banorte para Banco Bandeirantes
- Venda do Banco Bamerindus para o Banco HSBC

Através da Resolução 2.211 de 16 de novembro de 1995, foi criado o Fundo Garantidor de Crédito (FGC), que estabeleceu garantias de até R\$ 20 mil sobre os depósitos a vista, a prazo e de poupança, além de investimento em letras de câmbio, imobiliárias e hipotecárias.

Dentro do mesmo espírito de prevenção a possíveis crises sistêmicas, o governo cria por meio da medida provisória 1.514 de 7 de agosto de 1996, o PROES, que tem o mesmo objetivo que o PROER, porém na área dos bancos públicos. Até setembro de 2002, o PROES já havia feito:

- Liquidação Ordinária dos Bancos Banacre (AC), Banap (AP), Bandern (RN), BDRN (RN), Bemmat (MT), Beron (RO), Caixego (GO), Minascaixa (MG) e Produban (AL) e Extinção do Banco Baner (RR).
- Privatização conduzida pelos estados dos bancos, Bandepe (PE), Baneb (BA), Banerj (RJ), Banestado (PR), Bemge (MG), Credireal (MG) e Paraiban (PB)

- Privatização conduzida pela união dos bancos, Banespa (SP), BEA (AM), BEC (CE), BEG (GO), BEM (MA), BEP (PI) e BESC (SC)
- Saneamento dos bancos, Banestes (ES), Banpará (PA), Banrisul (RS) e Nossa Caixa (SP)
- Criação de Agências de Fomento nos estados de Alagoas, Acre, Amapá, Amazonas, Bahia, Goiás, Mato Grosso, Minas Gerais, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Rondônia, Roraima, Santa Catarina e Paraná.

Em maio de 1997, o Conselho Monetário Nacional cria a Central de Risco de Crédito, que centraliza as informações sobre as operações de crédito realizadas pelas Instituições Financeiras. Como parte destas medidas prudenciais, o Banco Central aumenta a exigência de capital mínimo das Instituições Financeiras em relação a seus ativos ponderados pelo risco, e passa a exigir dessas Instituições a implantação de um sistema de controles internos, a fim de definir claramente as responsabilidades dentro da organização.

Em 22 de junho de 2001, o governo federal, por meio da medida provisória 2.155, o Programa de Fortalecimento das Instituições Financeiras Federais (PROEF) que objetivou o saneamento dos bancos federais. O Proef utilizou-se dos seguintes instrumentos;

- Transferência de risco de crédito para o Tesouro Nacional ou cessão de crédito para empresa não financeira vinculada ao Ministério da Fazenda, denominada Empresa Gestora de Ativos (Emgea), criada para administrar esses créditos.
- Troca de ativos de pouca liquidez e baixa remuneração por ativos líquidos, remunerados à taxa de mercado.
- Aumento de capital da Caixa Econômica Federal, Banco do Nordeste Brasileiro e Banco da Amazônia.

4- RESULTADOS

4.1 Total dos Consolidados Financeiros do Sistema Financeiro Nacional (valores nominais em Reais)

Data	1.3.1.00.00-7	1.6.0.00.00-1	1.6.1.00.00-4	1.6.2.00.00-7
	Títulos livres	Operações. de crédito	Empréstimos e títulos descontados.	Financiamentos
Dez/93	1.531.268.717	11.450.117.070	6.470.955.359	2.749.903.448
Dez/94	37.815.579.688	120.265.257.024	66.450.052.153	29.836.694.048
Dez/95	37.602.541.297	137.133.995.327	79.977.084.794	25.078.722.342
Dez/96	48.964.719.988	153.672.343.790	85.667.708.493	39.378.977.564
Dez/97	82.790.223.707	142.220.202.317	69.205.334.954	45.655.740.940
Dez/98	93.565.947.633	144.671.116.247	68.241.032.928	47.541.037.932
Dez/99	119.197.478.741	162.919.350.950	82.796.429.759	54.371.063.940
Dez/00	110.141.670.930	203.591.792.813	111.163.766.648	69.847.280.538
Dez/01	97.625.175.028	244.557.733.595	137.033.112.437	88.662.326.573
Dez/02	104.281.403.066	275.701.780.932	161.405.675.123	92.567.428.193
Dez/03	101.140.927.314	287.160.317.939	161.469.519.472	95.276.564.904

Data	1.6.3.00.00-0	1.6.4.00.00-3	3.0.3.00.00-0	4.1.1.00.00-0
	Financiamentos rurais	Financiamentos Imobiliários	Títulos e valores mobiliários registrados no selic	Depósitos a vista
Dez/93	1.224.321.357	804.536.799		1.047.651.394
Dez/94	14.755.313.833	10.199.774.305		15.890.198.145
Dez/95	20.026.590.274	14.832.308.646		18.210.213.614
Dez/96	17.727.718.520	13.848.971.756		16.577.210.052
Dez/97	20.934.876.554	13.056.565.549		29.362.750.880
Dez/98	21.566.966.762	13.048.824.811		29.224.741.436
Dez/99	19.267.015.018	11.880.498.362		37.338.541.205
Dez/00	24.259.269.555	10.706.494.810	1.675.271.090.716	45.000.310.350
Dez/01	22.777.787.628	9.648.611.742	664.086.931.597	50.635.802.002
Dez/02	29.382.349.999	8.961.205.379	904.015.831.463	69.926.933.581
Dez/03	40.359.436.496	8.862.487.168	515.894.316.890	70.052.656.096

Data	4.1.2.00.00-3	4.1.3.00.00-6	4.1.5.00.00-2	6.1.0.00.00-1
	Depósito de poupança	Depósitos interfinanceiros	Depósitos a prazo	Patrimônio líquido
Dez/93	2.622.327.112	2.979.449.123	6.025.797.464	4.067.415.869
Dez/94	32.943.390.504	31.250.053.924	72.586.278.414	41.843.885.195
Dez/95	45.159.237.149	36.294.404.864	97.013.807.400	40.596.511.094
Dez/96	49.891.638.180	37.598.819.127	92.194.728.449	57.501.514.061
Dez/97	67.727.165.899	36.250.277.430	99.813.090.719	62.225.308.444
Dez/98	75.566.374.434	42.612.072.850	106.142.553.239	76.480.512.009
Dez/99	76.709.716.576	39.493.998.688	116.643.552.292	92.479.275.545
Dez/00	75.885.826.496	47.890.926.977	110.198.813.048	104.196.289.858
Dez/01	78.647.227.622	52.306.858.171	128.881.890.839	122.233.007.047
Dez/02	91.402.597.458	68.161.162.176	168.133.992.196	150.153.320.924
Dez/03	92.819.587.645	129.219.689.968	177.575.288.733	175.874.118.359

Data	7.1.1.00.00-1	7.1.3.00.00-7	7.1.7.00.00-9	8.1.1.00.00-8
	Rendas de operações de créditos	Rendas de operações de câmbio	Rendas de prestação de serviços	Despesas de captação
Dez/93	6.924.271.434	5.376.672.154	111.109.259	10.400.813.637
Dez/94	28.637.319.547	42.649.193.710	3.161.381.782	33.202.990.818
Dez/95	30.570.734.019	7.265.939.070	4.483.359.641	36.556.699.308
Dez/96	22.393.545.117	3.489.832.401	5.610.534.729	25.685.498.205
Dez/97	29.634.388.225	4.239.991.453	6.522.952.801	30.035.301.672
Dez/98	23.915.832.956	5.762.131.794	6.445.894.641	31.092.718.734
Dez/99	22.304.151.224	16.906.458.365	7.437.039.771	23.791.104.640
Dez/00	24.701.688.768	12.680.766.715	8.212.721.674	26.117.692.553
Dez/01	33.752.165.086	29.900.431.325	9.020.766.504	33.579.661.033
Dez/02	44.466.777.403	61.181.889.163	9.949.161.999	48.129.699.464
Dez/03	34.590.002.419	15.768.050.595	9.603.125.098	37.747.198.258

Data	8.1.4.00.00-7	8.1.5.00.00-0	8.1.7.00.00-6
	Despesas de câmbio	Despesas com títulos e valores mobiliários	Despesas administrativas
Dez/93	5.367.384.679	320.902.717	1.041.033.452
Dez/94	41.830.922.146	16.333.343.990	14.241.425.432
Dez/95	4.516.958.505	4.671.138.140	16.121.966.397
Dez/96	1.783.128.699	4.178.885.421	17.571.747.476
Dez/97	2.744.433.526	17.973.913.526	18.636.660.708
Dez/98	3.962.450.162	17.629.885.263	18.433.174.992
Dez/99	13.271.067.093	26.781.433.887	20.762.157.896
Dez/00	10.009.316.083	23.892.812.836	21.193.174.766
Dez/01	26.045.507.781	84.609.996.628	22.101.485.531
Dez/02	47.457.604.027	261.502.367.082	24.441.342.227
Dez/03	12.525.904.723	91.734.993.316	23.162.370.745

4.2 Total dos Consolidados Financeiros do Sistema Financeiro Nacional (valores em R\$ descontados da inflação – IPCA – base dezembro de 1994=1)

Data	1.3.1.00.00-7	1.6.0.00.00-1	1.6.1.00.00-4	1.6.2.00.00-7
	Títulos livres	Operações. de crédito	Empréstimos e títulos descontados.	Financiamentos
Dez/93	15.564.318.470	116.382.752.822	65.772.916.859	27.950.922.363
Dez/94	37.815.579.688	120.265.257.024	66.450.052.153	29.836.694.048
Dez/95	30.718.801.812	112.029.450.107	65.336.015.401	20.487.665.853
Dez/96	36.509.277.777	114.581.810.894	63.875.912.426	29.361.916.719
Dez/97	58.665.286.392	100.777.465.334	49.039.012.255	32.351.731.856
Dez/98	65.221.151.598	100.844.559.836	47.568.147.028	33.138.992.556
Dez/99	76.269.447.757	104.245.232.845	52.977.949.204	34.789.754.485
Dez/00	66.501.964.573	122.925.810.719	67.119.091.339	42.172.788.343
Dez/01	54.744.030.070	137.137.535.660	76.842.318.855	49.718.047.323
Dez/02	51.965.150.096	137.386.763.188	80.431.120.867	46.127.882.428
Dez/03	46.111.822.860	130.921.142.064	73.616.626.592	43.438.162.970

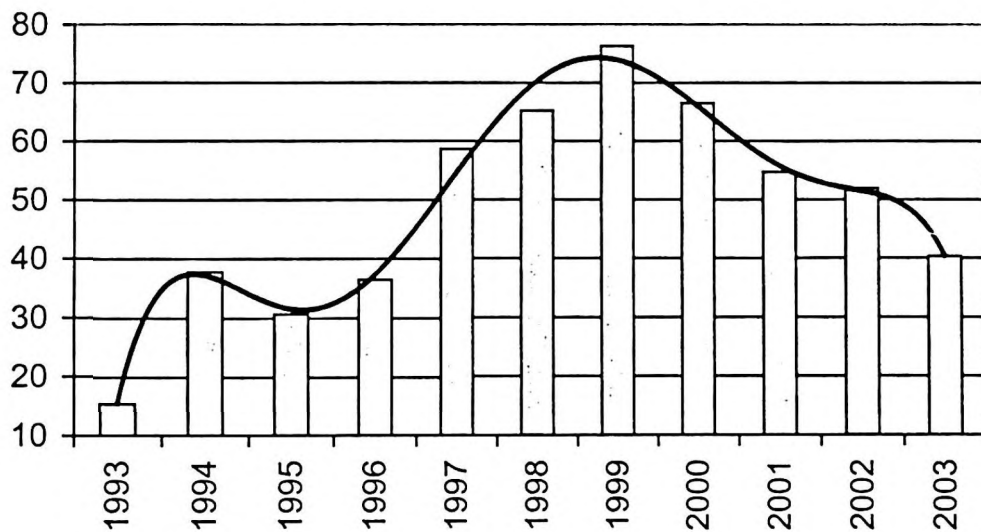
Data	1.6.3.00.00-0	1.6.4.00.00-3	3.0.3.00.00-0	4.1.1.00.00-0
	Financiamentos rurais	Financiamentos Imobiliários	Títulos e valores mobiliários registrados no selic	Depósitos a vista
Dez/93	12.444.404.629	8.177.576.425	-	10.648.673.065
Dez/94	14.755.313.833	10.199.774.305		15.890.198.145
Dez/95	16.360.406.408	12.117.020.127	-	14.876.546.203
Dez/96	13.218.215.073	10.326.127.810	-	12.360.368.174
Dez/97	14.834.487.378	9.251.903.461	-	20.806.492.754
Dez/98	15.033.486.480	9.095.823.884	-	20.371.420.798
Dez/99	12.328.151.660	7.601.830.666	-	23.891.360.353
Dez/00	14.647.399.762	6.464.428.336	1.011.504.708.294	27.170.543.350
Dez/01	12.772.810.809	5.410.529.519	372.391.598.190	28.394.395.878
Dez/02	14.641.711.590	4.465.517.042	450.486.059.740	34.845.749.026
Dez/03	18.400.535.133	4.040.554.593	235.204.758.221	31.938.165.435

data	4.1.2.00.00-3	4.1.3.00.00-6	4.1.5.00.00-2	6.1.0.00.00-1
	Depósito de poupança	Depósitos interfinanceiros	Depósitos a prazo	Patrimônio líquido
Dez/93	26.654.194.558	30.284.100.041	61.248.185.719	41.342.551.593
Dez/94	32.943.390.504	31.250.053.924	72.586.278.414	41.843.885.195
Dez/95	36.892.125.056	29.650.140.428	79.253.896.672	33.164.678.119
Dez/96	37.200.410.368	28.034.587.596	68.742.616.141	42.874.517.612
Dez/97	47.991.579.272	25.687.005.204	70.727.717.483	44.092.954.183
Dez/98	52.674.355.226	29.703.204.356	73.987.809.999	53.311.564.669
Dez/99	49.083.317.723	25.270.546.839	74.635.297.757	59.173.594.520
Dez/00	45.818.775.969	28.915.856.299	66.536.466.166	62.912.228.571
Dez/01	44.102.007.424	29.331.452.832	72.271.461.798	68.543.051.640
Dez/02	45.547.427.983	33.965.835.893	83.783.952.688	74.823.886.425
Dez/03	42.317.986.369	58.913.395.518	80.959.513.383	80.183.921.652

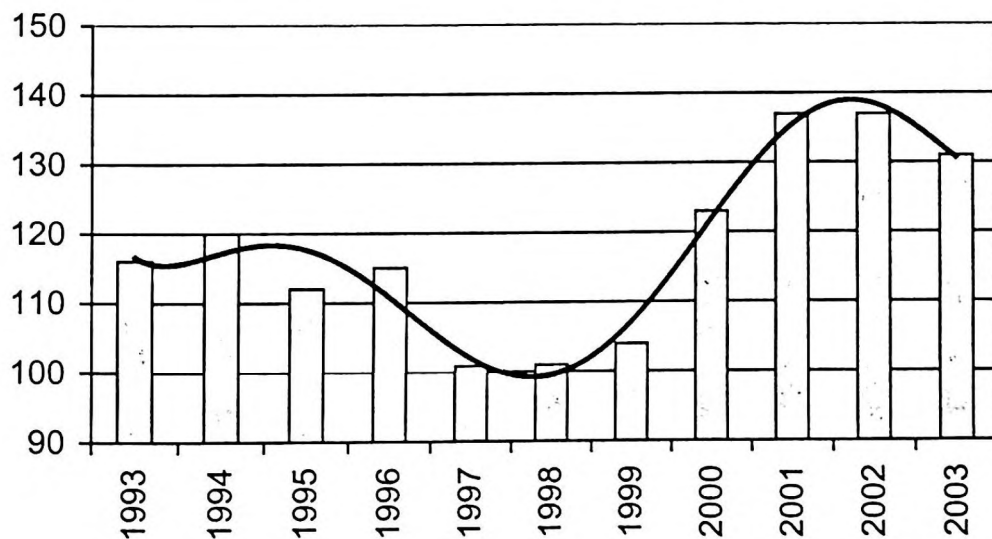
Data	7.1.1.00.00-1	7.1.3.00.00-7	7.1.7.00.00-9	8.1.1.00.00-8
	Rendas de operações de créditos	Rendas de operações de câmbio	Rendas de prestação de serviços	Despesas de captação
Dez/93	70.380.570.421	54.650.262.742	1.129.351.023	105.717.287.890
Dez/94	28.637.319.547	42.649.193.710	3.161.381.782	33.202.990.818
Dez/95	24.974.277.993	5.935.794.087	3.662.609.800	29.864.417.728
Dez/96	16.697.168.069	2.602.103.322	4.183.350.195	19.151.727.796
Dez/97	20.998.975.416	3.004.464.800	4.622.174.903	21.283.063.332
Dez/98	16.670.788.960	4.016.556.031	4.493.180.288	21.673.514.494
Dez/99	14.271.487.237	10.817.730.850	4.758.648.608	15.222.926.119
Dez/00	14.914.526.150	7.656.465.457	4.958.723.807	15.769.488.970
Dez/01	18.926.773.139	16.766.885.295	5.058.460.716	18.830.040.231
Dez/02	22.158.531.570	30.487.948.570	4.957.832.187	23.983.826.293
Dez/03	15.770.154.641	7.188.915.261	4.378.223.684	17.209.572.482

Data	8.1.4.00.00-7	8.1.5.00.00-0	8.1.7.00.00-6
	Despesas de câmbio	Despesas com títulos e valores mobiliários	Despesas administrativas
Dez/93	54.555.861.794	3.261.760.676	10.581.406.127
Dez/94	41.830.922.146	16.333.343.990	14.241.425.432
Dez/95	3.690.057.861	3.816.012.477	13.170.585.644
Dez/96	1.329.543.823	3.115.877.895	13.101.919.296
Dez/97	1.944.710.034	12.736.344.189	13.205.967.913
Dez/98	2.762.068.565	12.289.101.414	12.849.043.172
Dez/99	8.491.597.046	17.136.311.894	13.284.830.633
Dez/00	6.043.481.799	14.426.138.439	12.796.135.610
Dez/01	14.605.208.756	47.445.673.703	12.393.569.468
Dez/02	23.648.910.007	130.310.960.117	12.179.525.592
Dez/03	5.710.767.294	41.823.501.862	10.560.108.209

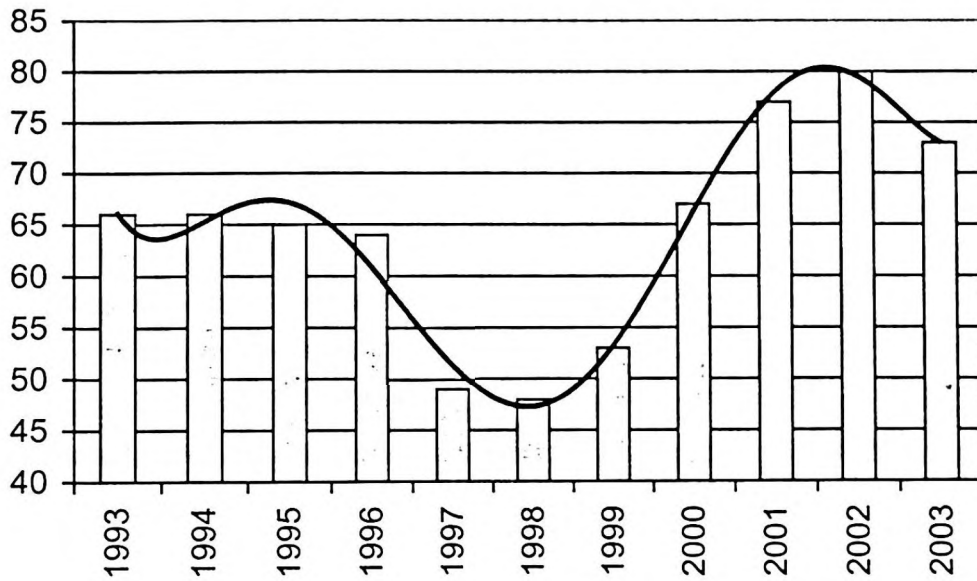
**consolidados financeiros (geral) - títulos livres
em R\$ bilhões**



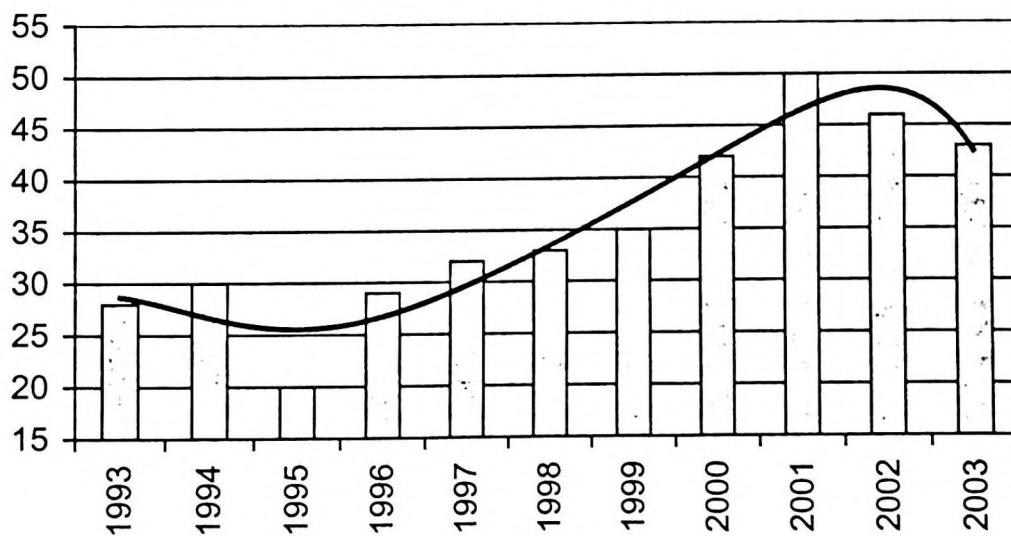
**consolidados financeiros (geral) - operações de
crédito em R\$ bilhões**



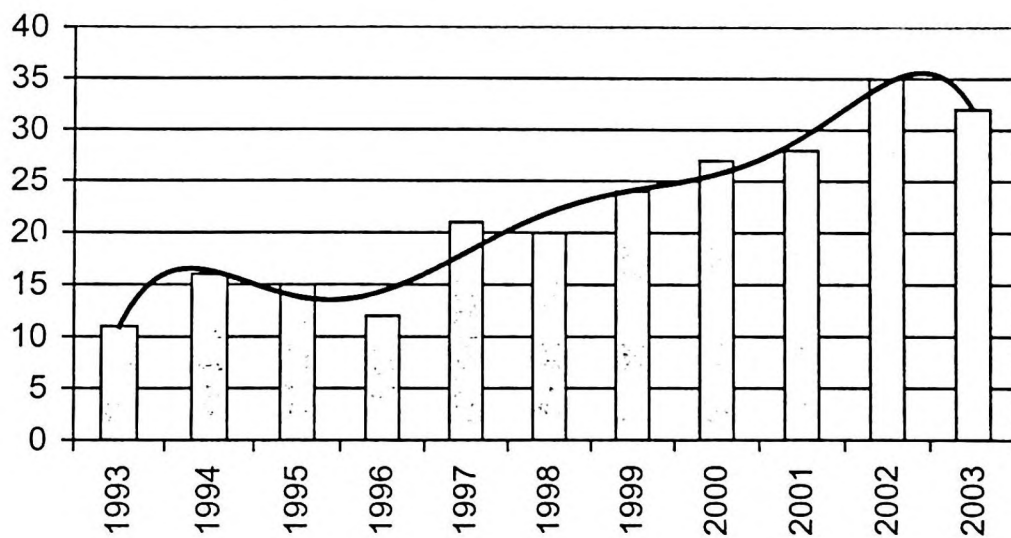
**consolidados financeiros (geral) - empréstimos e
títulos descontados em R\$ bilhões**



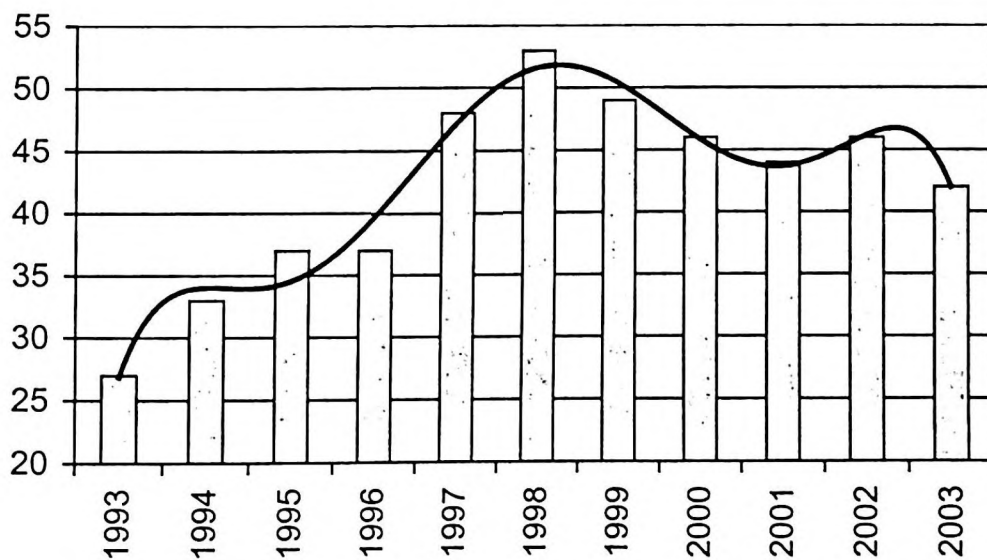
**consolidados financeiros (geral) financiamentos em
R\$ bilhões**



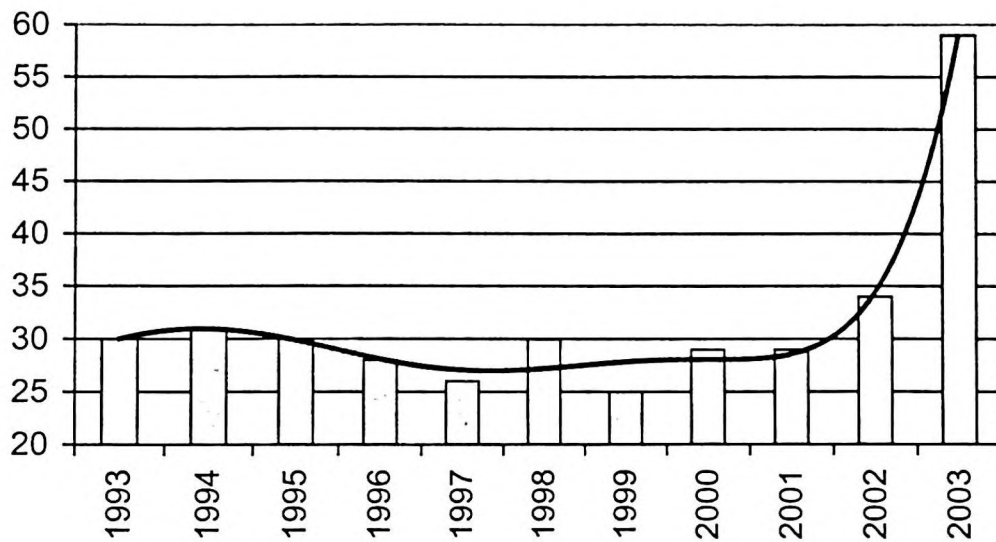
**consolidados financeiros (geral) - depósitos a vista
em R\$ bilhões**



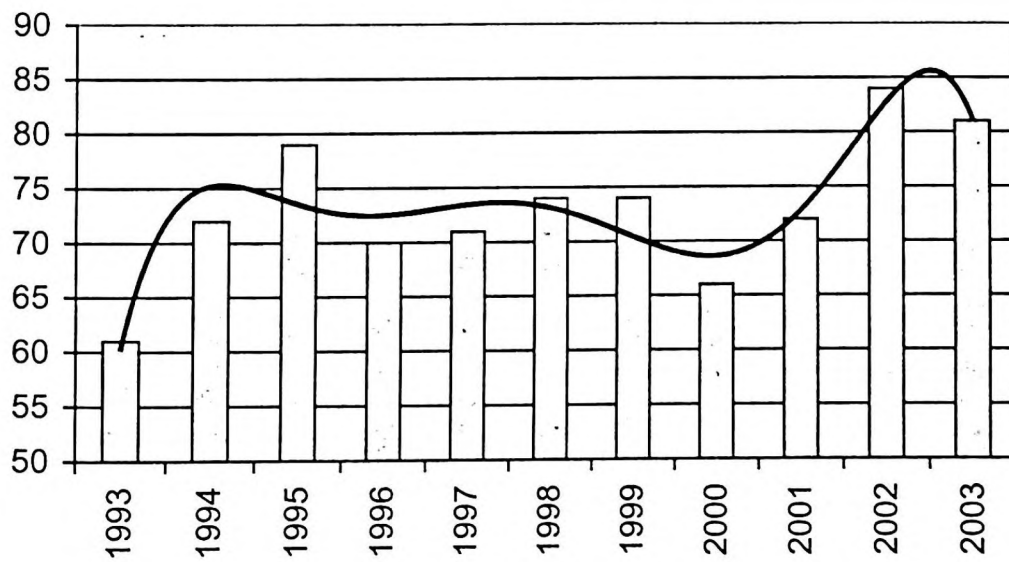
**consolidados financeiros (geral) - depósito de
poupança em R\$ bilhões**



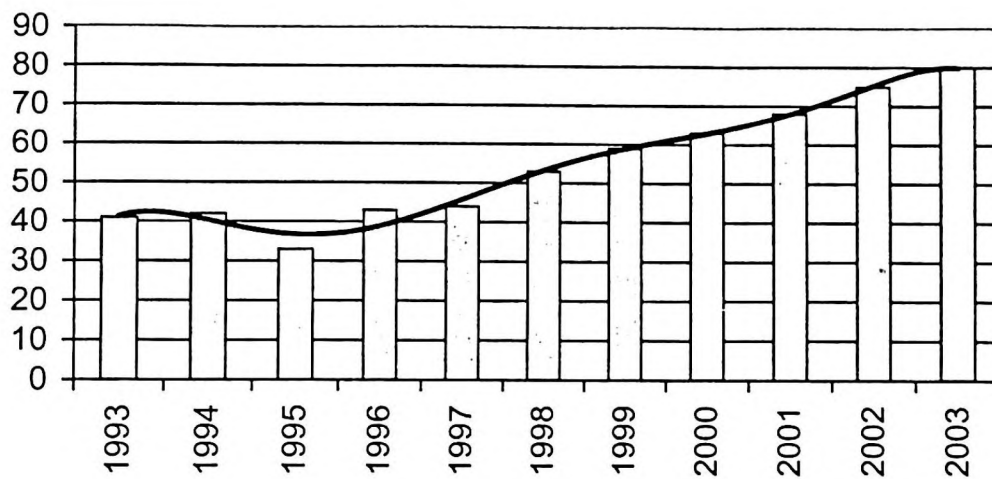
**consolidados financeiros (geral) - depósitos
interfinanceiros em R\$ bilhões**



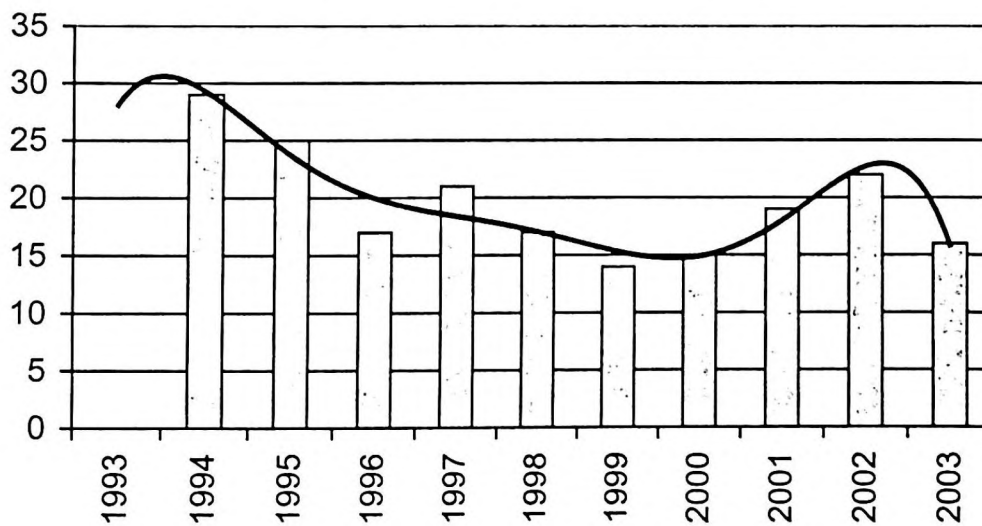
**consolidados financeiros (geral) - depósitos a prazo
em R\$ bilhões**



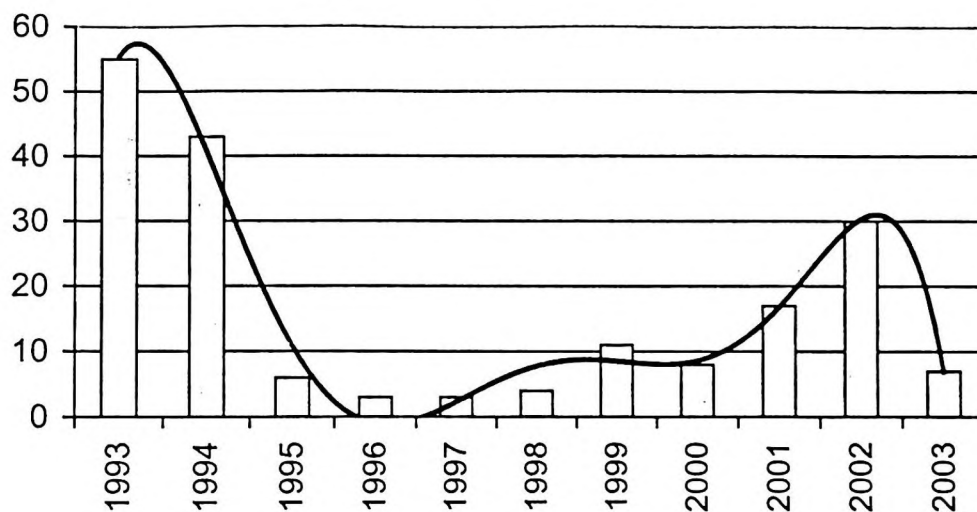
**consolidados financeiros (geral) - patrimônio líquido
em R\$ bilhões**



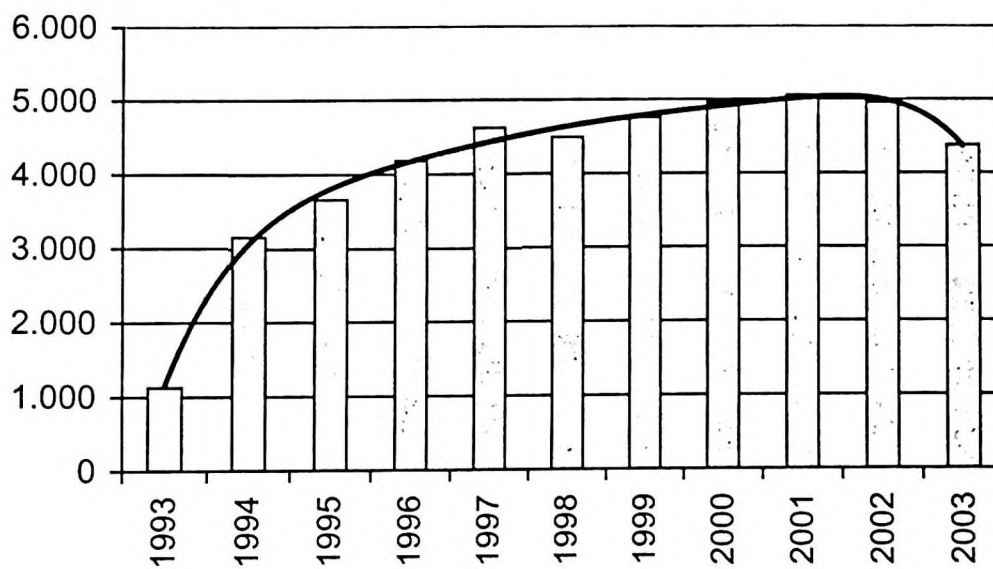
**consolidados financeiros (geral) - rendas de
operações de crédito em R\$ bilhões**



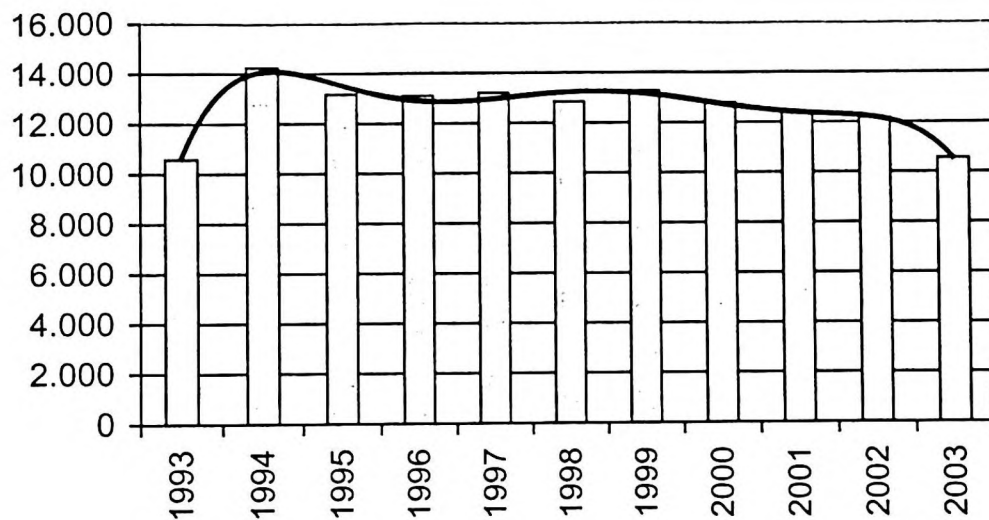
consolidados financeiros (geral) - rendas de operações de câmbio em R\$ bilhões



consolidados financeiros (geral) - rendas de prestação de serviços em R\$ milhões



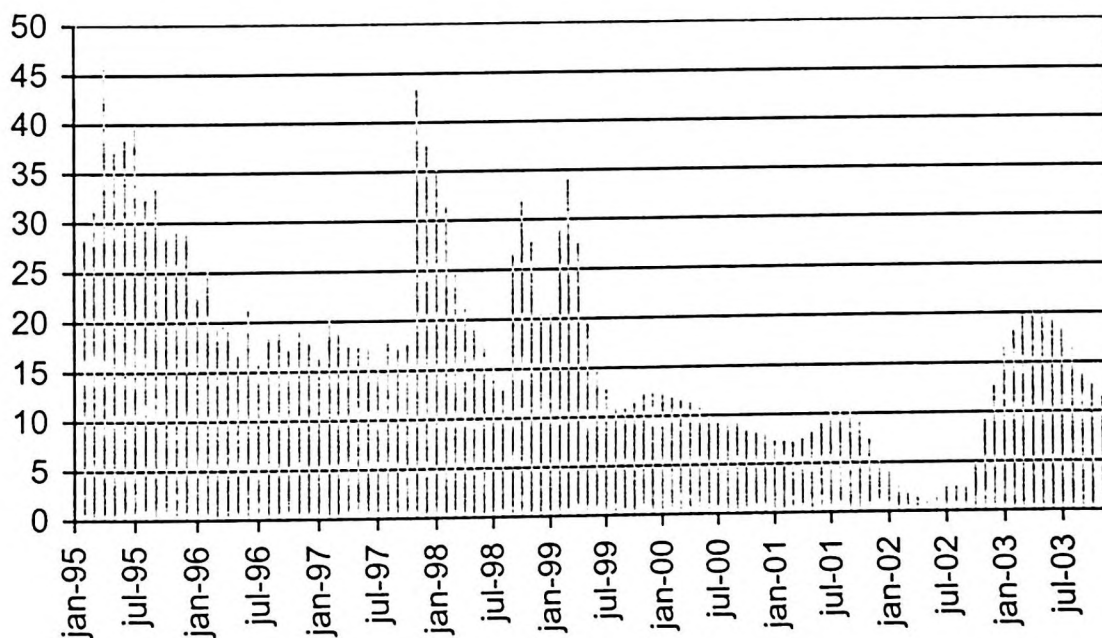
**conglomerado financeiro (geral) - despesas
administrativas em R\$ milhões**



4.3 Taxa Selic real

	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003
Jan	19,90	22,34	16,23	34,97	20,52	12,29	7,31	4,00	16,41
Fev	28,32	25,08	20,48	31,37	28,84	11,86	7,15	2,70	18,23
Mar	31,05	19,42	18,75	24,56	33,97	11,66	7,09	1,84	19,70
Abr	45,64	19,19	17,32	21,11	27,48	11,27	7,44	1,37	20,26
Mai	37,08	16,64	17,28	18,87	19,39	10,72	8,04	0,97	20,38
Jun	38,35	21,14	17,09	17,14	14,55	9,96	8,93	1,31	19,39
Jul	39,79	16,22	15,51	15,07	12,78	9,15	10,28	2,37	18,35
Ago	32,31	18,39	17,77	12,81	10,81	9,51	10,74	2,40	16,41
Set	33,32	18,86	17,15	26,39	10,77	9,49	10,31	2,39	14,39
Out	28,64	17,14	17,52	31,71	11,50	8,78	9,79	4,92	12,75
Nov	29,05	19,00	43,38	27,69	12,23	8,27	7,32	9,22	11,41
Dez	28,89	17,79	37,51	20,47	12,28	7,91	5,79	12,56	10,12

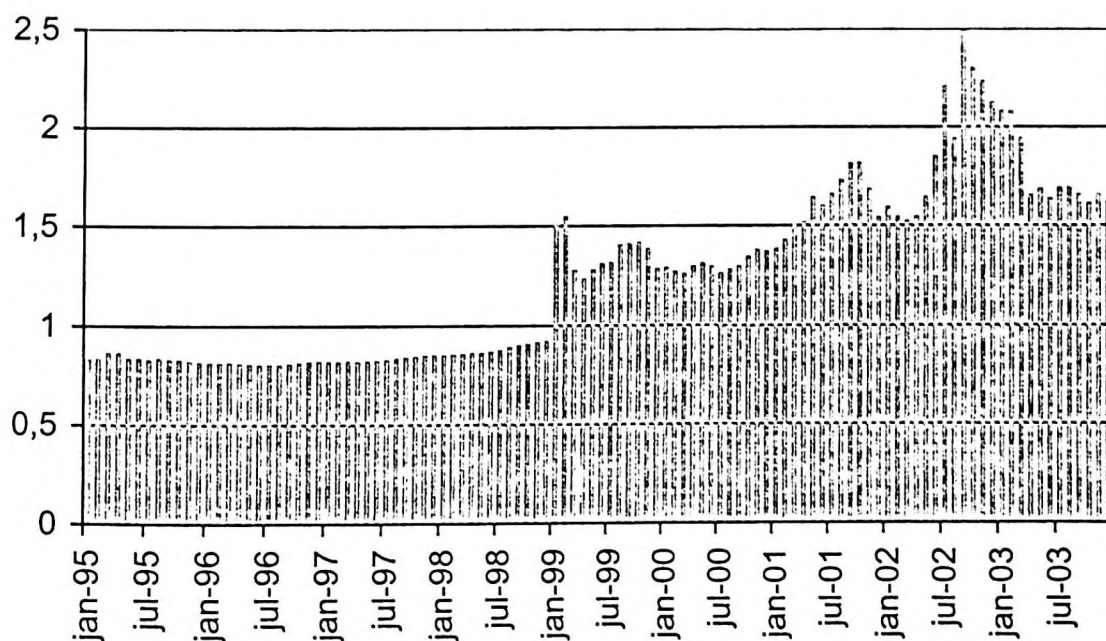
taxa Selic real anualizada (em % a.a.)



4.4 Taxa de Câmbio Real

	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003
Jan	0,830	0,813	0,819	0,853	1,503	1,291	1,383	1,594	2,083
Fev	0,834	0,811	0,820	0,854	1,549	1,270	1,431	1,545	2,083
Mar	0,866	0,814	0,823	0,857	1,279	1,259	1,508	1,524	1,944
Abr	0,865	0,810	0,820	0,861	1,235	1,296	1,520	1,545	1,655
Mai	0,837	0,807	0,823	0,863	1,280	1,312	1,644	1,648	1,686
Jun	0,835	0,804	0,824	0,868	1,311	1,298	1,600	1,853	1,637
Jul	0,829	0,802	0,828	0,876	1,317	1,263	1,662	2,211	1,690
Ago	0,836	0,804	0,836	0,891	1,405	1,281	1,734	1,942	1,692
Set	0,831	0,809	0,841	0,901	1,411	1,299	1,816	2,490	1,659
Out	0,829	0,813	0,846	0,908	1,419	1,346	1,820	2,305	1,615
Nov	0,821	0,818	0,850	0,916	1,387	1,380	1,686	2,234	1,659
Dez	0,815	0,821	0,853	0,921	1,285	1,371	1,534	2,128	1,620

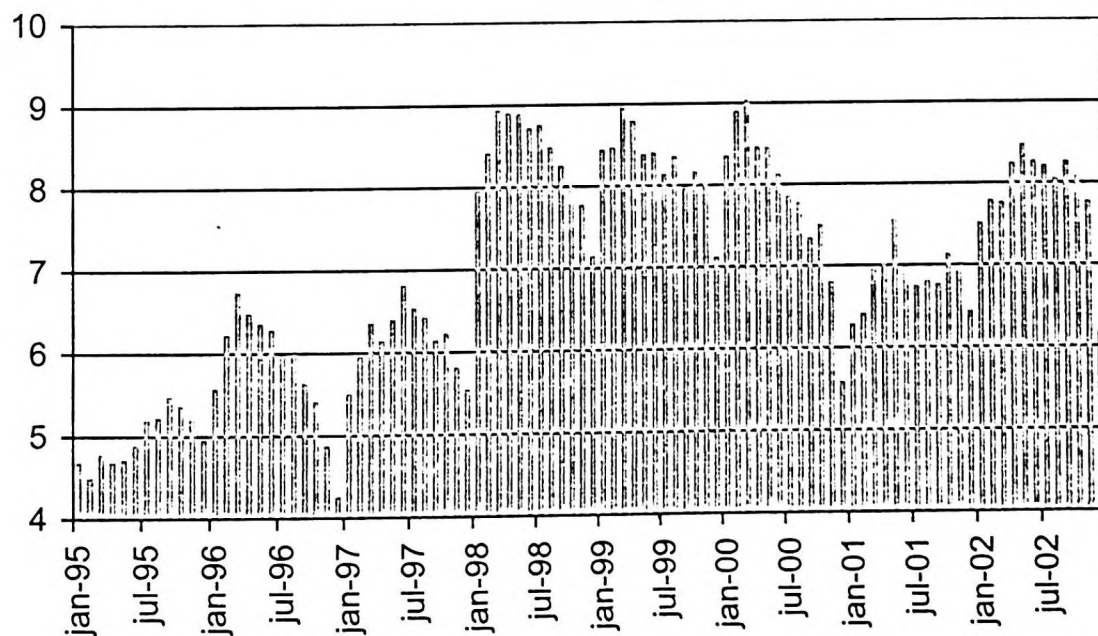
taxa de câmbio real - R\$/US\$



4.5 Taxa de desemprego aberto – metodologia antiga IBGE

	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002
Jan	4,68	5,57	5,50	7,95	8,44	8,35	6,28	7,51
Fev	4,49	6,22	5,95	8,41	8,47	8,90	6,41	7,79
Mar	4,78	6,73	6,35	8,93	8,95	9,03	6,95	7,76
Abr	4,68	6,48	6,14	8,90	8,79	8,46	7,01	8,24
Mai	4,71	6,35	6,39	8,89	8,38	8,45	7,55	8,47
Jun	4,89	6,28	6,81	8,71	8,40	8,12	6,96	8,27
Jul	5,19	5,97	6,53	8,75	8,13	7,85	6,74	8,21
Ago	5,22	5,99	6,42	8,48	8,35	7,77	6,80	8,05
Set	5,47	5,63	6,14	8,25	7,96	7,33	6,76	8,26
Out	5,36	5,41	6,22	8,03	8,16	7,50	7,13	8,07
Nov	5,20	4,87	5,81	7,77	8,01	6,80	6,99	7,77
Dez	4,95	4,25	5,54	7,14	7,11	5,58	6,43	6,17

taxa de desemprego aberto metodologia antiga IBGE



4.6 PIB trimestral

Variação do PIB do trimestre em relação ao trimestre anterior

%	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003
1.tri	0,59	0,45	-0,04	-2,01	0,56	1,37	1,02	1,65	-0,81
2.tri	-1,29	1,34	0,92	2,48	0,72	1,03	-0,50	0,69	-0,93
3.tri	-1,85	3,59	1,29	-0,30	0,35	0,32	-0,95	1,17	0,11
4.tri	0,97	-0,20	0,10	-1,84	1,79	1,07	-0,37	0,15	1,50

Números-índice (final de 1994 = 100)

	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003
1.tri	100,59	98,83	103,50	103,78	104,66	109,16	112,96	112,75	114,10
2.tri	99,29	100,16	104,46	106,36	105,42	110,28	112,40	113,53	113,04
3.tri	97,45	103,76	105,81	106,04	105,79	110,64	111,34	114,86	113,16
4.tri	98,39	103,55	105,91	104,08	107,69	111,82	110,92	115,03	114,85

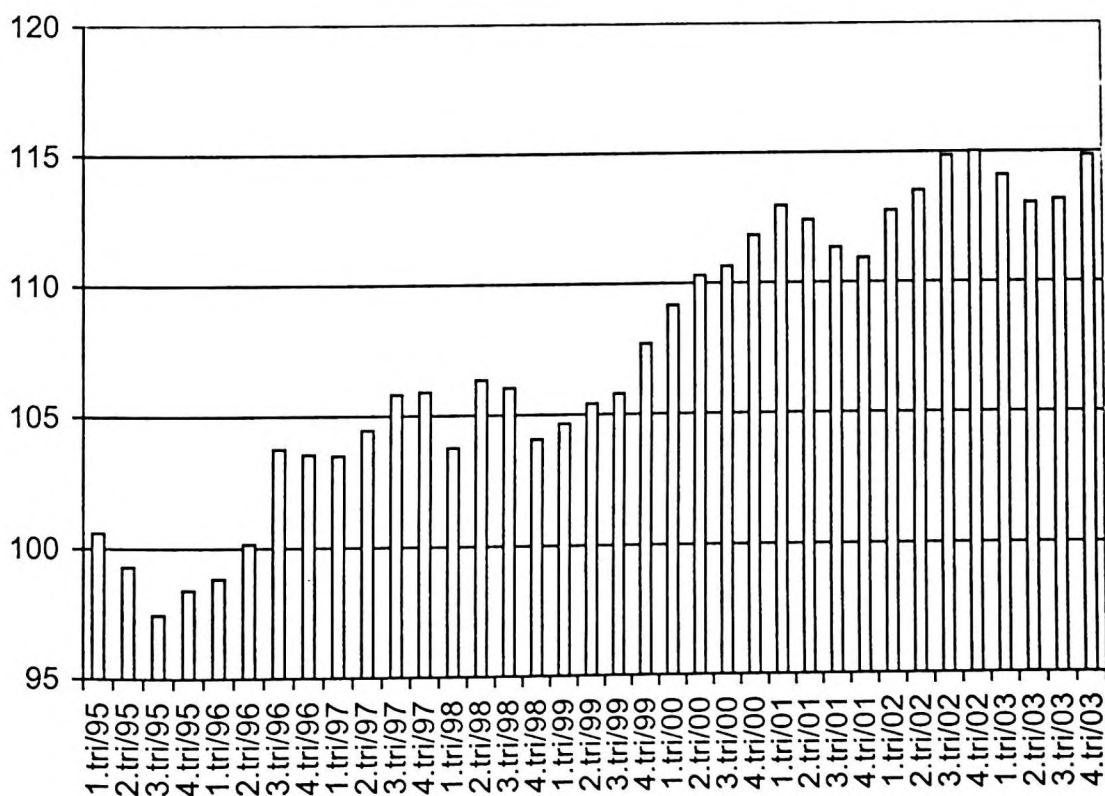
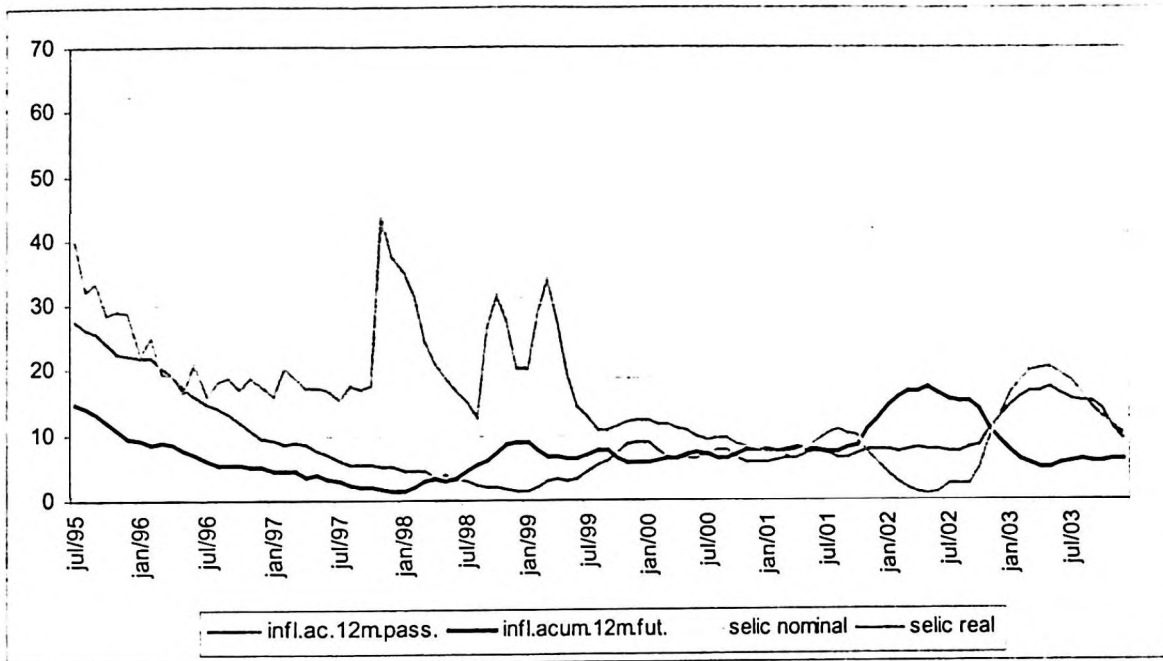


GRÁFICO 14 - INFLAÇÃO ACUMULADA 12 MESES PASSADOS, INFLAÇÃO ACUMULADA 12 MESES FUTUROS, SELIC NOMINAL, SELIC REAL



4.7 Correlações

4.7.1a. Correlação entre variação da taxa Selic Real (inflação futura) e os resultados das contas analisadas

	títulos livres	oper. Crédito	emp e títulos desc.	financia mentos	dep a vista	dep poupança	dep interfin	dep a prazo	patr líquido	rendas oper cred	rendas op camb
Jan	0,076	-0,787	-0,778	-0,643	-0,651	0,223	-0,119	-0,211	-0,508	-0,278	-0,726
Fev	-0,015	-0,857	-0,788	-0,818	-0,756	0,037	-0,177	-0,158	-0,656	-0,160	-0,762
Mar	0,029	-0,766	-0,678	-0,765	-0,619	-0,013	-0,117	-0,030	-0,563	-0,132	-0,650
Abr	-0,404	-0,505	-0,340	-0,841	-0,639	-0,398	-0,067	0,155	-0,676	0,330	-0,514
Mai	-0,397	-0,555	-0,416	-0,830	-0,655	-0,362	0,043	0,084	-0,657	0,234	-0,666
Jun	-0,585	-0,472	-0,313	-0,852	-0,734	-0,535	0,031	0,044	-0,721	0,328	-0,667
Jul	-0,600	-0,370	-0,208	-0,787	-0,632	-0,540	0,051	0,147	-0,665	0,443	-0,547
Ago	-0,644	-0,410	-0,253	-0,809	-0,723	-0,592	0,005	-0,004	-0,739	0,423	-0,650
Set	-0,448	-0,596	-0,487	-0,837	-0,775	-0,266	-0,106	-0,039	-0,763	0,322	-0,692
Out	-0,262	-0,675	-0,610	-0,767	-0,710	-0,008	-0,160	-0,032	-0,696	0,248	-0,638
Nov	-0,163	-0,751	-0,705	-0,701	-0,609	0,089	-0,304	-0,136	-0,740	0,435	-0,571
Dez	-0,261	-0,691	-0,605	-0,744	-0,599	-0,034	-0,316	-0,033	-0,766	0,561	-0,468

4.7.1b. Correlação entre variação da taxa Selic Nominal e os resultados das contas analisadas

	títulos livres	oper. Crédito	emp e títulos desc.	financia mentos	dep a vista	dep poupança	dep interfin	dep a prazo	patr líquido	rendas oper cred	rendas op camb
Jan	-0,389	-0,595	-0,443	-0,885	-0,740	-0,289	-0,123	0,150	-0,694	0,215	-0,503
Fev	-0,388	-0,598	-0,422	-0,916	-0,735	-0,360	-0,184	0,160	-0,738	0,293	-0,469
Mar	-0,317	-0,511	-0,334	-0,827	-0,596	-0,352	-0,144	0,240	-0,631	0,291	-0,360
Abr	-0,533	-0,309	-0,114	-0,778	-0,550	-0,527	-0,089	0,294	-0,633	0,522	-0,278
Mai	-0,587	-0,285	-0,090	-0,773	-0,536	-0,559	-0,012	0,317	-0,618	0,541	-0,305
Jun	-0,708	-0,218	-0,015	-0,767	-0,578	-0,671	0,007	0,278	-0,638	0,573	-0,318
Jul	-0,667	-0,158	0,033	-0,694	-0,479	-0,616	0,035	0,351	-0,566	0,614	-0,237
Ago	-0,720	-0,178	0,018	-0,728	-0,544	-0,667	0,006	0,300	-0,622	0,632	-0,279
Set	-0,553	-0,373	-0,220	-0,777	-0,627	-0,378	-0,100	0,241	-0,673	0,535	-0,362
Out	-0,366	-0,447	-0,347	-0,693	-0,567	-0,107	-0,138	0,216	-0,598	0,433	-0,338
Nov	-0,261	-0,671	-0,603	-0,725	-0,605	0,037	-0,325	-0,002	-0,762	0,596	-0,459
Dez	-0,357	-0,590	-0,488	-0,745	-0,596	-0,087	-0,353	0,081	-0,784	0,723	-0,351

4.7.1c. Correlação entre variação da taxa Selic Real (inflação passada) e os resultados das contas analisadas

	títulos livres	oper. crédito	emp e títulos desc.	financia mentos	dep a vista	dep poupança	dep interfin	dep a prazo	patr líquido	rendas oper cred	rendas op camb
Jan	0,410	-0,676	-0,672	-0,453	-0,314	0,495	-0,310	0,104	-0,305	-0,145	-0,218
Fev	0,489	-0,751	-0,739	-0,481	-0,342	0,489	-0,409	0,013	-0,351	-0,190	-0,239
Mar	0,529	-0,638	-0,620	-0,392	-0,222	0,443	-0,374	0,053	-0,253	-0,206	-0,140
Abr	0,458	-0,649	-0,613	-0,459	-0,285	0,382	-0,392	0,059	-0,321	-0,146	-0,171
Mai	0,367	-0,675	-0,622	-0,547	-0,321	0,353	-0,425	0,096	-0,433	0,068	-0,193
Jun	0,074	-0,763	-0,658	-0,795	-0,621	0,111	-0,494	0,018	-0,706	0,215	-0,369
Jul	-0,174	-0,467	-0,346	-0,680	-0,443	-0,065	-0,281	0,277	-0,594	0,522	-0,201
Ago	-0,121	-0,610	-0,526	-0,697	-0,567	0,067	-0,470	0,105	-0,717	0,556	-0,275
Set	0,083	-0,614	-0,613	-0,512	-0,489	0,360	-0,389	-0,027	-0,519	0,203	-0,317
Out	0,208	-0,552	-0,598	-0,339	-0,346	0,510	-0,312	-0,068	-0,349	0,052	-0,271
Nov	0,164	-0,715	-0,765	-0,421	-0,421	0,472	-0,370	-0,251	-0,523	0,219	-0,461
Dez	0,129	-0,712	-0,755	-0,439	-0,446	0,430	-0,386	-0,266	-0,552	0,248	-0,469

4.7.2. Correlação entre variação da taxa de Câmbio Real e os resultados das contas analisadas.

	títulos livres	oper. Crédito	emp e títulos desc.	financia mentos	dep a vista	dep poupança	dep interfin	dep a prazo	patr líquido	rendas oper cred	rendas op camb
Jan	0,189	0,657	0,585	0,712	0,844	0,072	0,736	0,500	0,907	-0,342	0,502
Fev	0,205	0,640	0,566	0,709	0,828	0,078	0,722	0,481	0,898	-0,360	0,482
Mar	0,109	0,772	0,692	0,787	0,870	0,016	0,742	0,481	0,926	-0,259	0,542
Abr	0,172	0,836	0,750	0,863	0,916	0,059	0,596	0,434	0,939	-0,213	0,675
Mai	0,189	0,845	0,753	0,885	0,919	0,080	0,546	0,424	0,937	-0,194	0,714
Jun	0,191	0,838	0,758	0,867	0,936	0,107	0,487	0,496	0,924	-0,118	0,817
Jul	0,137	0,831	0,764	0,830	0,921	0,102	0,447	0,570	0,885	-0,007	0,888
Ago	0,206	0,823	0,740	0,867	0,924	0,124	0,458	0,499	0,915	-0,112	0,825
Set	0,155	0,812	0,747	0,816	0,897	0,125	0,351	0,556	0,845	0,036	0,932
Out	0,196	0,820	0,746	0,846	0,908	0,141	0,342	0,508	0,364	-0,013	0,915
Nov	0,200	0,817	0,743	0,846	0,928	0,144	0,398	0,519	0,889	-0,048	0,892
Dez	0,186	0,817	0,745	0,839	0,937	0,141	0,434	0,526	0,896	-0,052	0,877

4.7.3. Correlação entre variação da Taxa de Desemprego Aberto e os resultados das contas analisadas.

	títulos livres	oper. Crédito	emp e títulos desc.	financia dep a mentos vista	dep poupança	dep interfin	dep a prazo	patr líquido	rendas oper cred	rendas op camb	
Jan	0,843	0,055	-0,083	0,516	0,582	0,719	0,073	-0,055	0,690	-0,703	0,298
Fev	0,825	0,037	-0,111	0,522	0,539	0,715	0,062	-0,165	0,669	-0,753	0,232
Mar	0,850	-0,029	-0,187	0,495	0,470	0,740	-0,025	-0,229	0,629	-0,814	0,154
Abr	0,821	0,060	-0,101	0,561	0,568	0,760	0,107	-0,060	0,717	-0,718	0,310
Mai	0,807	0,176	-0,007	0,684	0,670	0,779	0,192	-0,040	0,803	-0,645	0,396
Jun	0,853	0,025	-0,150	0,580	0,621	0,847	0,104	-0,020	0,721	-0,632	0,333
Jul	0,815	0,016	-0,146	0,530	0,620	0,852	0,191	0,091	0,698	-0,548	0,358
Ago	0,847	0,019	-0,141	0,538	0,623	0,839	0,133	0,081	0,713	-0,594	0,366
Set	0,754	0,125	-0,018	0,559	0,702	0,796	0,302	0,283	0,754	-0,419	0,514
Out	0,827	0,167	0,007	0,641	0,757	0,814	0,213	0,205	0,805	-0,465	0,518
Nov	0,790	0,159	0,007	0,606	0,740	0,799	0,213	0,304	0,778	-0,384	0,546
Dez	0,790	-0,063	-0,220	0,442	0,547	0,851	0,004	0,245	0,573	-0,340	0,328

4.7.4. Correlação entre variação do PIB trimestral (número índice) e os resultados das cortas analisadas.

PIB trimestral a preço de mercado	Títulos livres	oper. Crédito	emp e títulos desc.	financia mentos	dep a vista	dep poupança	dep interfin	dep a prazo	patr líquido	rendas oper cred	rendas op camb
1.tri	0,228	0,802	0,676	0,919	0,959	0,212	0,580	0,380	0,939	-0,143	0,644
2.tri	0,361	0,732	0,579	0,953	0,964	0,366	0,500	0,295	0,955	-0,240	0,644
3.tri	0,347	0,710	0,558	0,952	0,917	0,336	0,471	0,208	0,944	-0,321	0,627
4.tri	0,339	0,721	0,590	0,924	0,938	0,261	0,524	0,241	0,956	-0,344	0,614

4.7.5. Correlação entre variação da Selic real (inflação futura) e crescimento do PIB (números índices)

selic real x PIB	
selic real média 1.trim x PIB 1.trim	-0,733
selic real média 1.trim x PIB 2.trim	-0,751
selic real média 1.trim x PIB 3.trim	-0,859
selic real média 1.trim x PIB 4.trim	-0,781

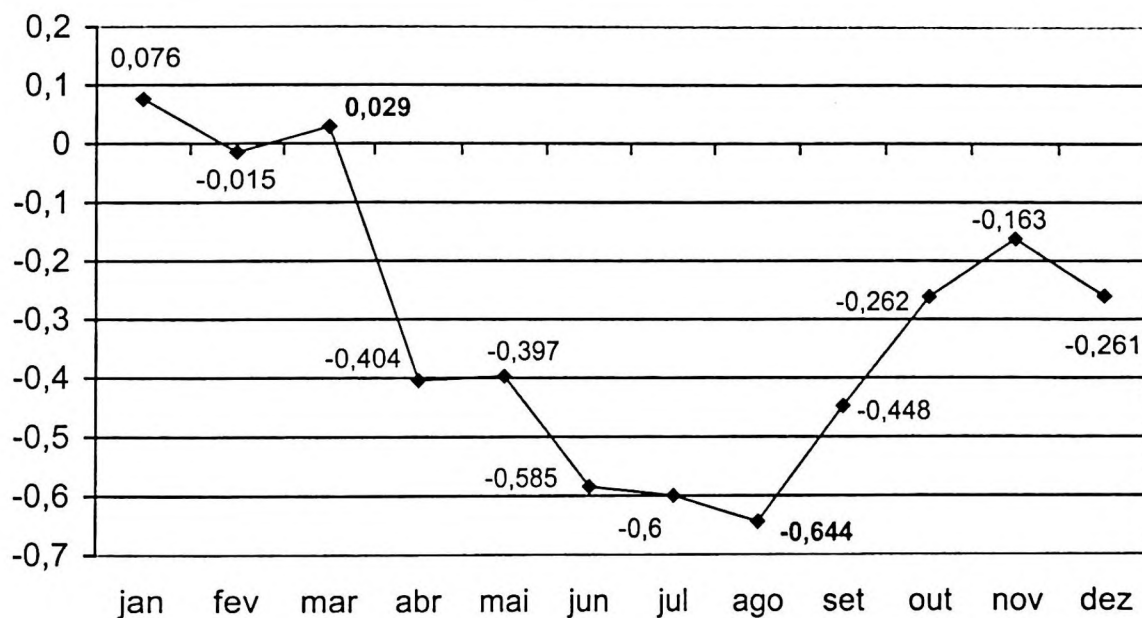
4.7.5. Correlação entre variação do Câmbio real e crescimento do PIB (números índices)

Câmbio real x PIB	
selic real média 1.trim x PIB 1.trim	0,867
selic real média 1.trim x PIB 2.trim	0,905
selic real média 1.trim x PIB 3.trim	0,842
selic real média 1.trim x PIB 4.trim	0,877

5- CONCLUSÕES

5.1 – Correlação entre variação da taxa Selic e os resultados das contas analisadas.

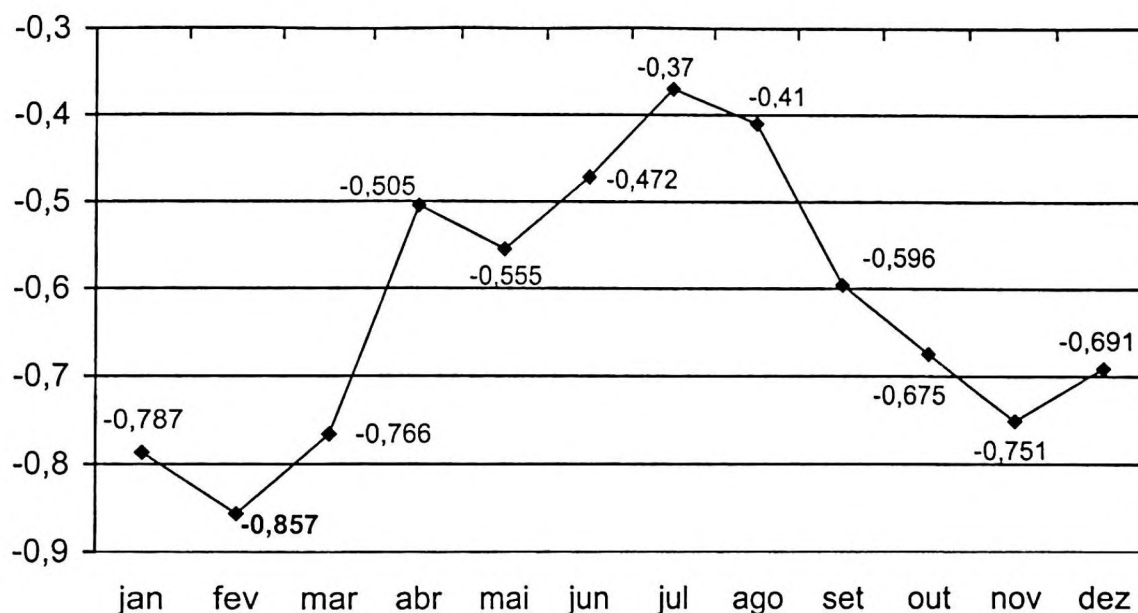
5.1.1 – Correlação entre taxa Selic Real e conta Títulos Livres (1.3.1.00.00-7)



A melhor correlação entre as variáveis ocorre com defasagem de 4 meses. A variação da taxa selic real em agosto tem uma correlação negativa de 0,644 com o volume da conta títulos livres.

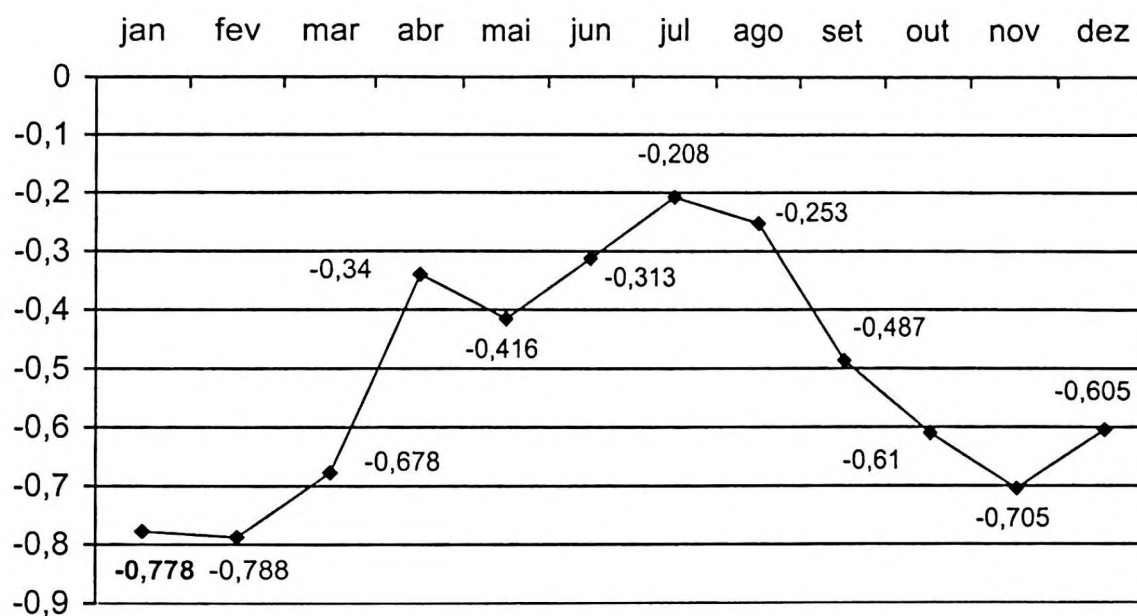
O aplicador reage ao aumento da taxa selic de maneira defasada no tempo. Se a taxa selic nominal começa uma trajetória de queda ainda é possível que o investidor continue aplicando em títulos do governo. Tem-se que levar em conta também as alternativas de investimento. O investidor está atento à diferença entre o retorno do investimento em títulos e outros investimentos.

5.1.2 – Correlação entre taxa selic real e conta operações de crédito



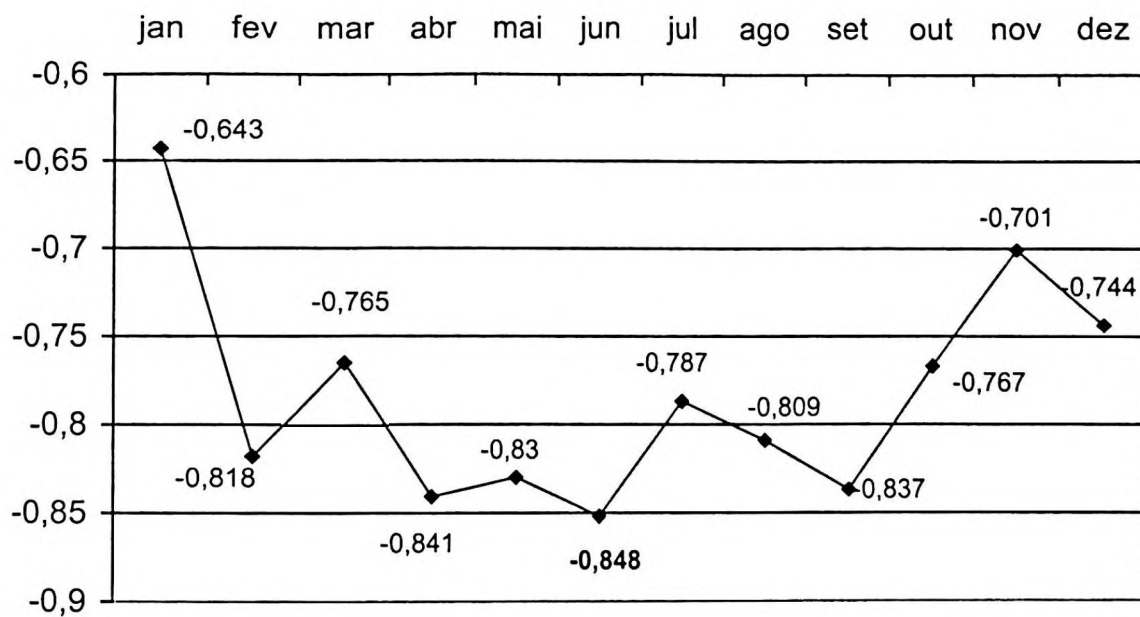
A melhor correlação entre as variáveis ocorre com defasagem de 10 meses. Porém as correlações com 3, 2 e 1 meses de defasagem também são grandes. A variação da taxa selic real em fevereiro tem uma correlação negativa de 0,857 com o volume da conta operações de crédito. A correlação negativa entre as variáveis é considerada alta, de forma que é possível afirmar que as variáveis estão correlacionadas. Este resultado confirma a teoria, que mostra que altas taxas reais de juros restringem a atividade econômica, dificultam o crédito ao consumidor e torna o tomador de recursos mais prudente.

5.1.3 – Correlação entre taxa selic real e conta empréstimos e títulos descontados



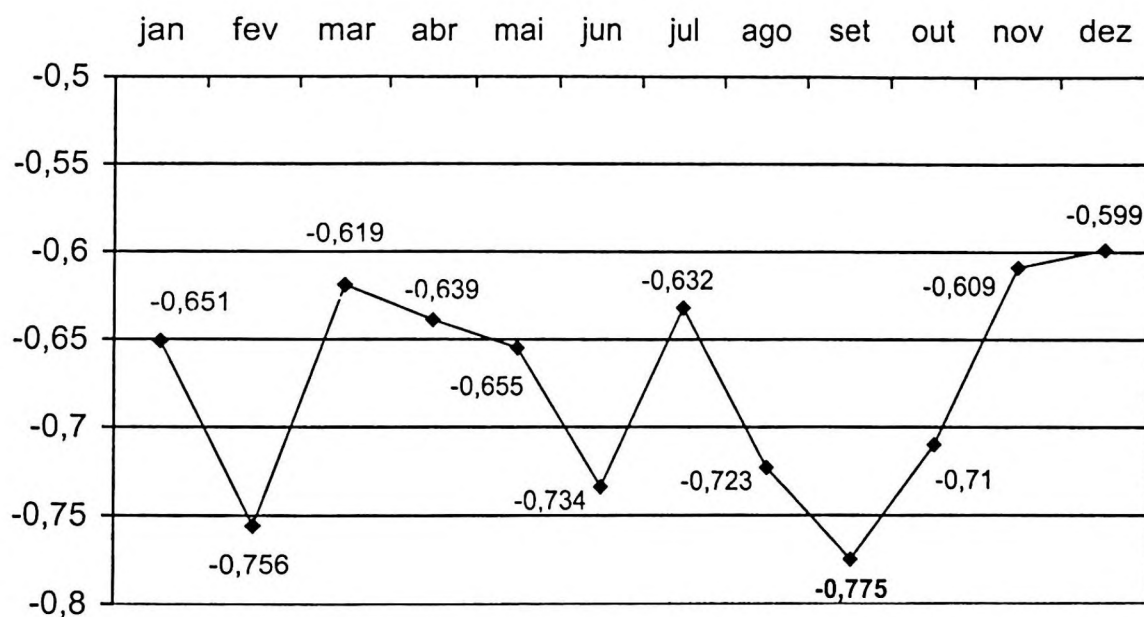
Dentre as operações de crédito, a correlação entre selic real e empréstimos e títulos descontados é menor que a média. As conclusões são as mesmas da correlação anterior.

5.1.4 – Correlação entre taxa selic real e conta financiamentos



A correlação entre selic real e a conta financiamentos é considerada alta e dá-se, de forma mais intensa com defasagem de seis meses. Como o financiamento é uma operação mais complexa e demorada, a reação do tomador de recursos ao aumento da taxa de juros é mais lenta. Os resultados também confirmam a teoria de política econômica.

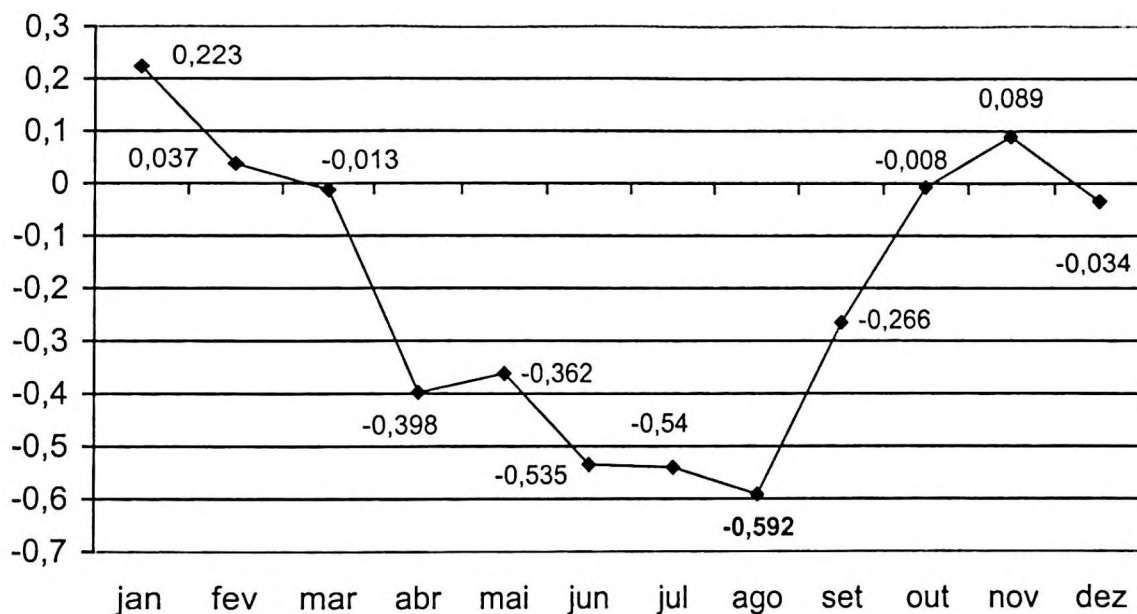
5.1.5 – Correlação entre taxa selic real e conta depósitos à vista



A correlação entre selic real e a conta depósito a vista é altamente negativa e dá-se de forma mais intensa (0,775) com defasagem de 3 meses. A retração da atividade econômica causada pelo aumento da taxa de juros explica o fenômeno.

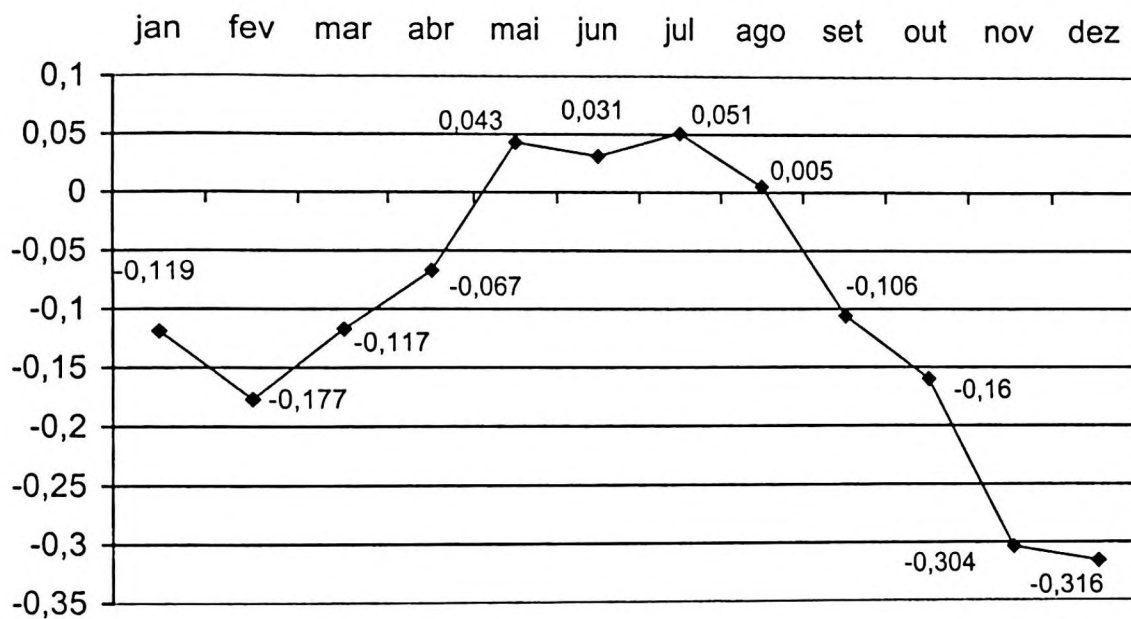
A defasagem é natural, pois a atividade econômica tem uma inércia natural à sua complexidade. Entre a percepção dos agentes e a resposta a suas ações há um hiato.

5.1.6 – Correlação entre taxa selic real e conta depósito de poupança



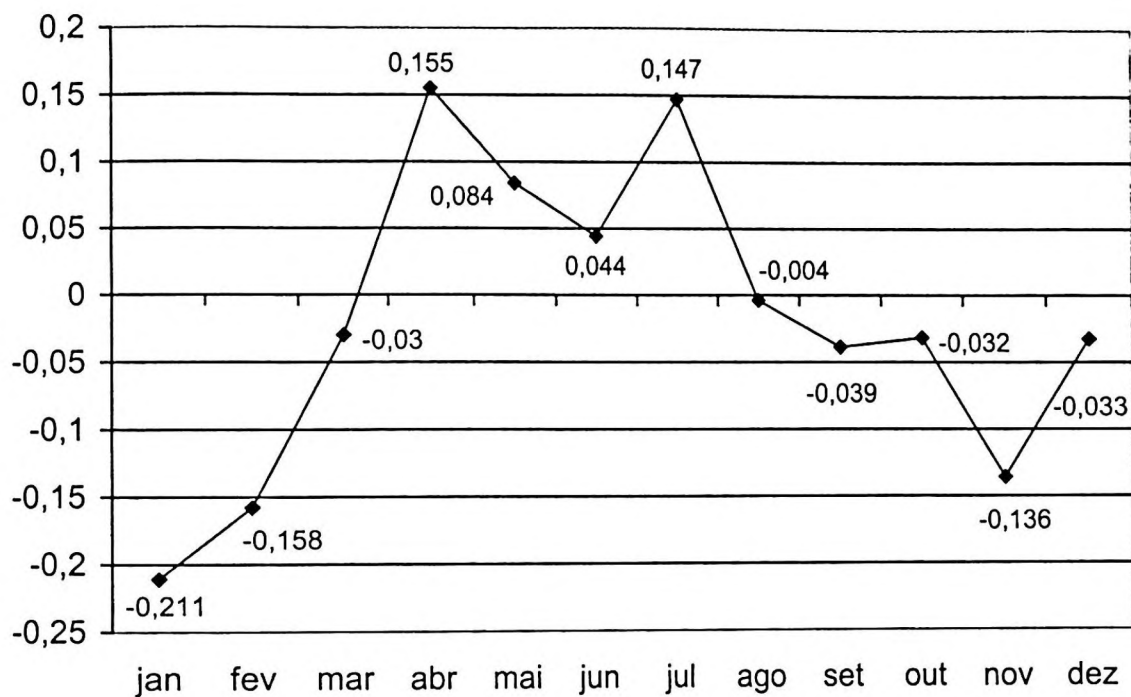
A correlação entre selic real e a conta poupança é negativa e dá-se em pequena intensidade. Os melhores resultados aparecem com 4 meses de defasagem. As razões para este comportamento são semelhantes aos da conta depósitos a vista analisado no item anterior.

5.1.7 – Correlação entre taxa selic real e conta depósitos interfinanceiros



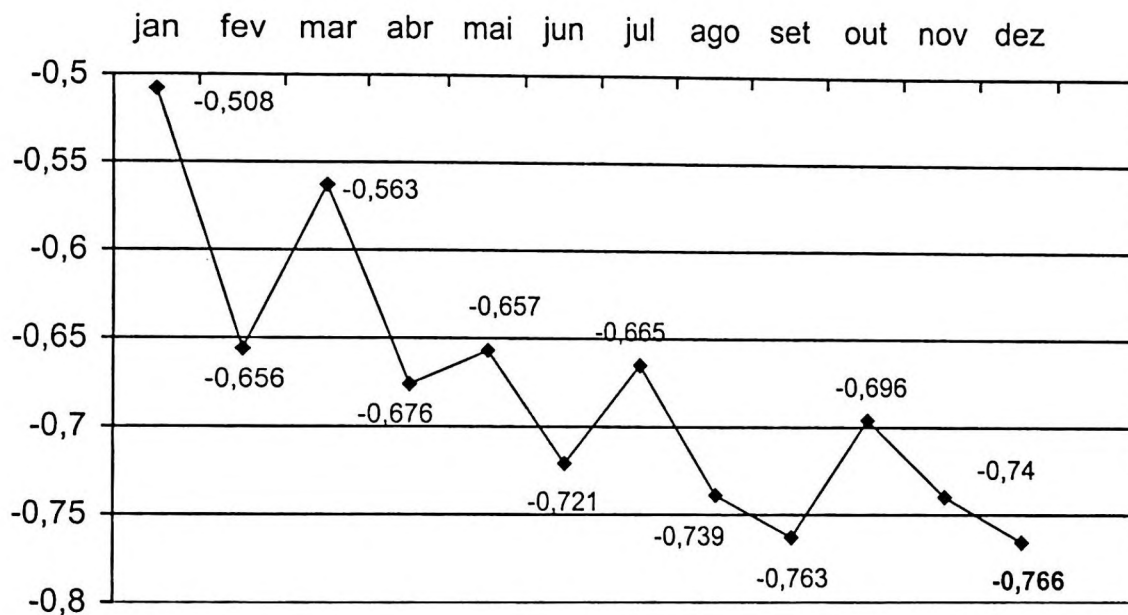
Não ocorre correlação em nível aceitável. Isto indica que a variação da taxa selic real não interfere diretamente no volume de depósitos interfinanceiros.

5.1.8 – Correlação entre taxa selic real e conta depósitos a prazo



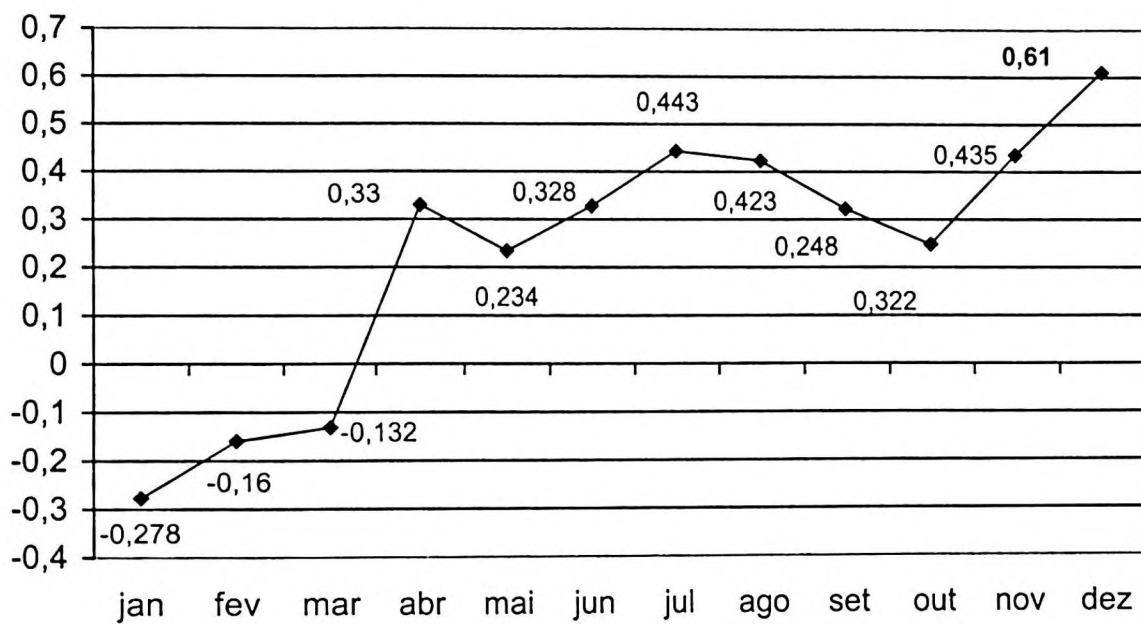
Não ocorre uma relação entre taxa selic real e volume de depósitos a prazo. A relação é maior quando se compara taxa selic nominal com depósitos a vista. Isto indica que o investidor médio não se atém à expectativa de inflação futura, como deveria fazê-lo.

5.1.9 – Correlação entre taxa selic real e conta patrimônio líquido



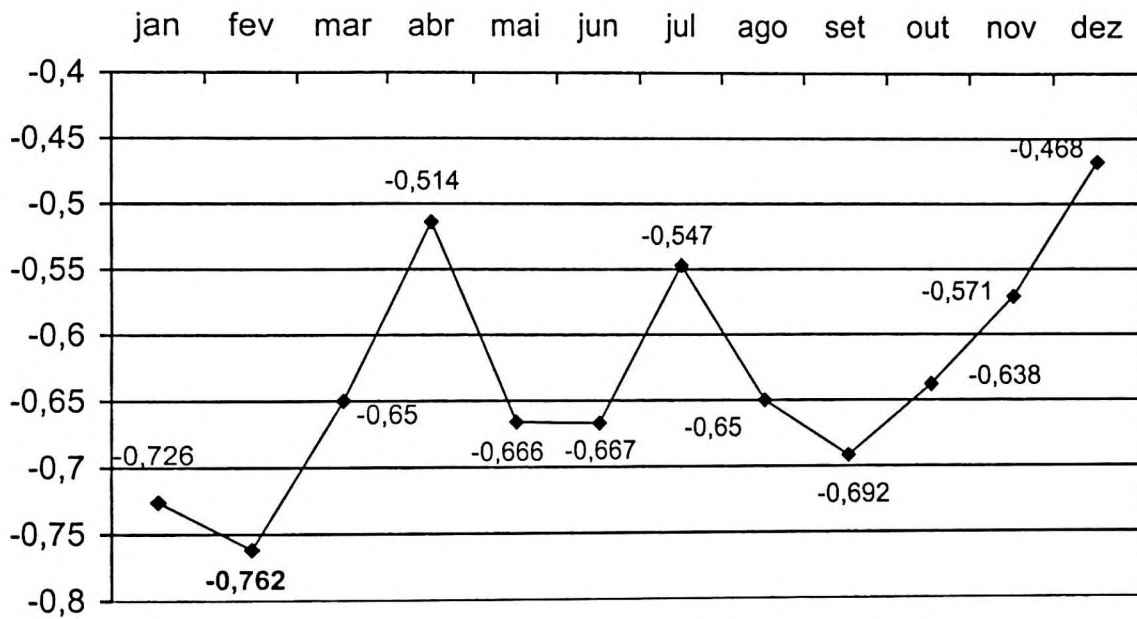
Ao contrário do esperado, a correlação entre selic real e patrimônio líquido é altamente negativa e dá-se em maior intensidade sem defasagem no tempo. Se ocorrer um período, aonde o aumento da inflação vier numa velocidade maior do que o aumento da taxa selic, a taxa selic real recuará. Isto ocorreu nos anos 2000, 2001 e 2002. Sendo assim, calculando a taxa selic real levando-se em conta a inflação futura, é possível haver uma correlação negativa entre a taxa selic real e o volume da conta patrimônio líquido dos conglomerados financeiros.

5.1.10 – Correlação entre taxa selic real e conta rendas de operações de crédito



As rendas de operações de crédito crescem conforme aumenta a taxa selic real, no entanto isto se dá de forma branda, como mostra o valor da correlação entre essas variáveis.

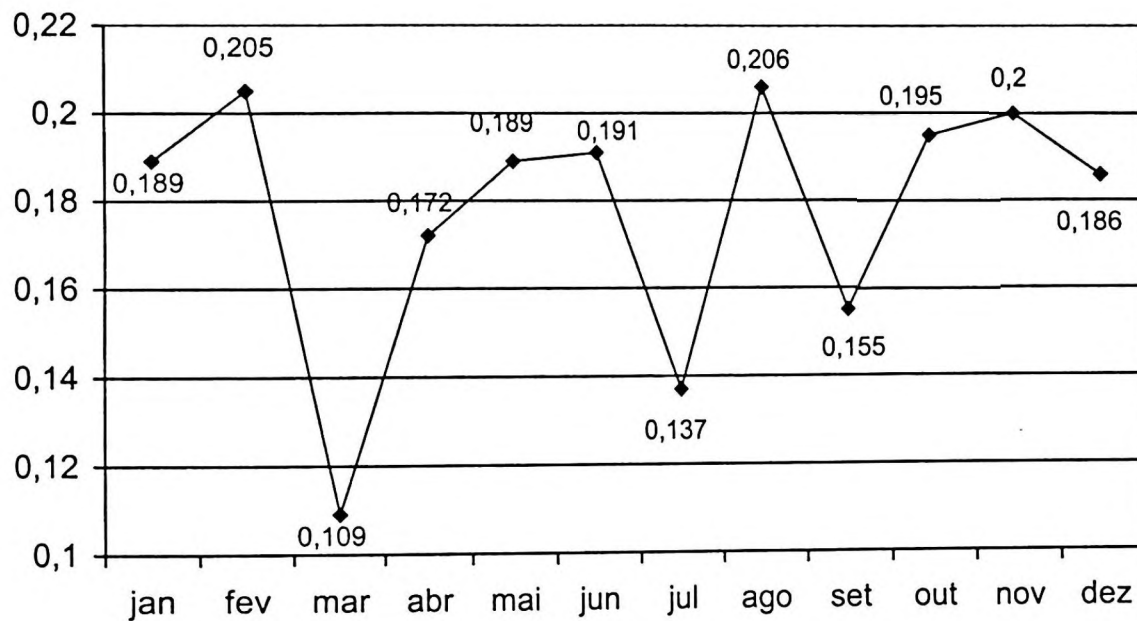
5.1.11 – Correlação entre taxa selic real e conta operações de câmbio



Quando a taxa selic real sobe, os investidores migram das aplicações em câmbio para aplicações em títulos do governo. Há, porém, uma inércia na tomada de decisão.

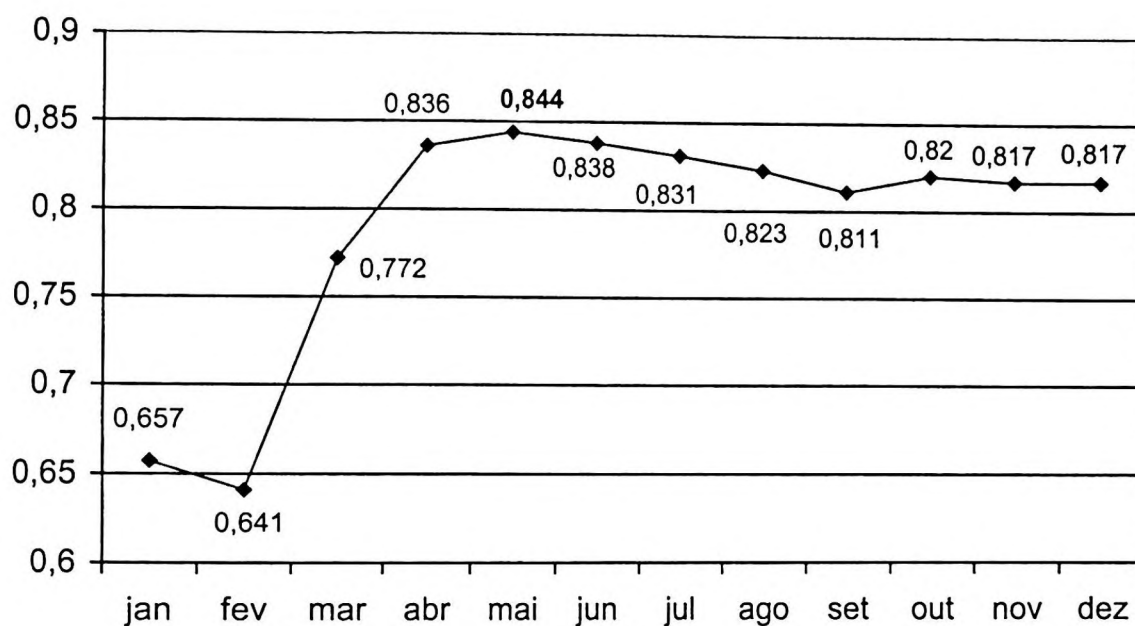
5.2 – Correlação entre variação da taxa de câmbio real e os resultados das contas analisadas.

5.2.1 – Correlação entre taxa de câmbio real e conta títulos livres



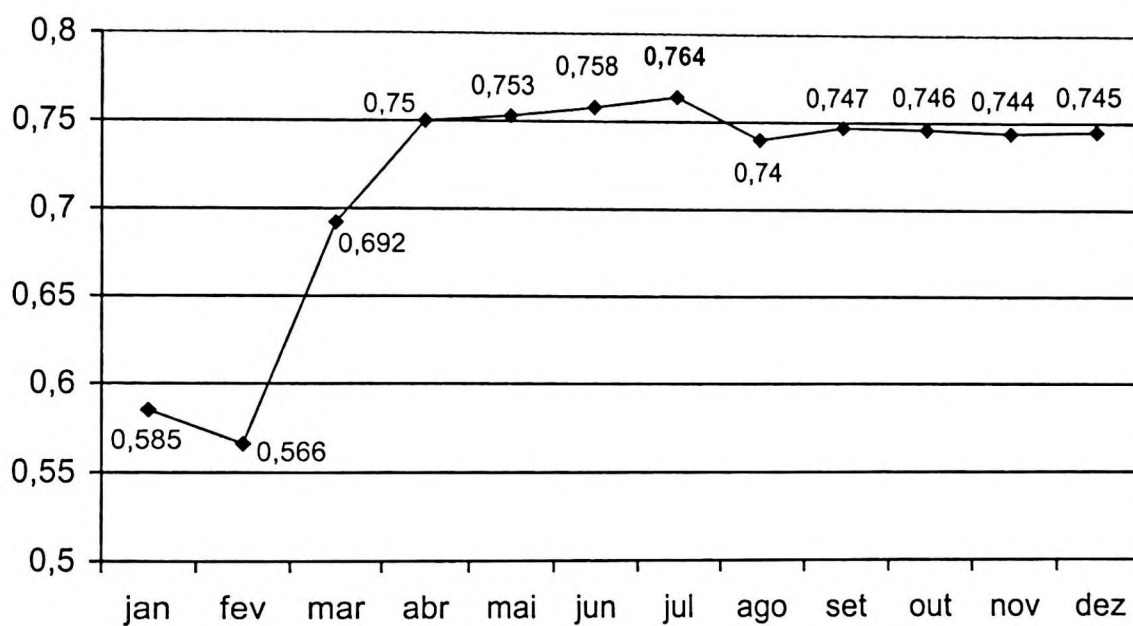
Não ocorre indício de correlação entre as variáveis.

5.2.2 – Correlação entre taxa de câmbio real e conta operações de crédito



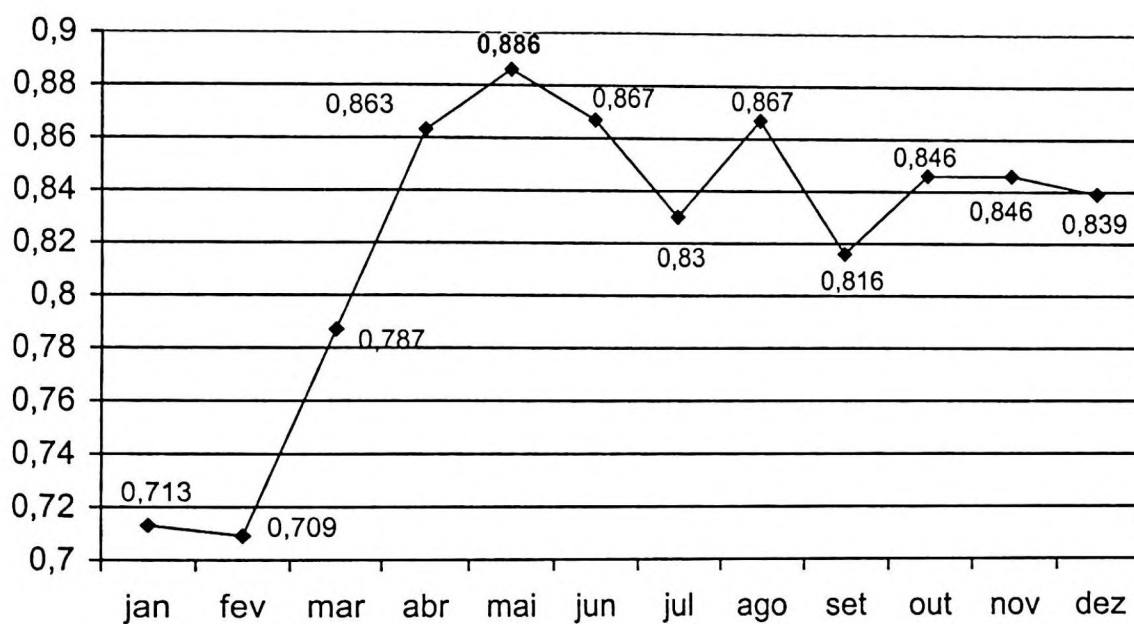
É alta a correlação entre taxa de câmbio real e o volume da conta operações de crédito. Algumas empresas têm dívidas em dólares, e com o aumento da taxa de câmbio surge a necessidade de se recorrer a empréstimos para honrar os compromissos. As empresas exportadoras, e aquelas que produzem bens, cujos preços são cotados internacionalmente, têm um aumento de faturamento quando o câmbio sobe. Com isso, a sua demanda por empréstimos para investimento cresce. Com o aumento da taxa de câmbio, o governo tende a aumentar a taxa selic para evitar subida da inflação. Isto restringe a atividade econômica e eleva a demanda por empréstimo de curto prazo, como capital de giro para as empresas.

5.2.3 – Correlação entre taxa de câmbio real e conta empréstimo e títulos descontados



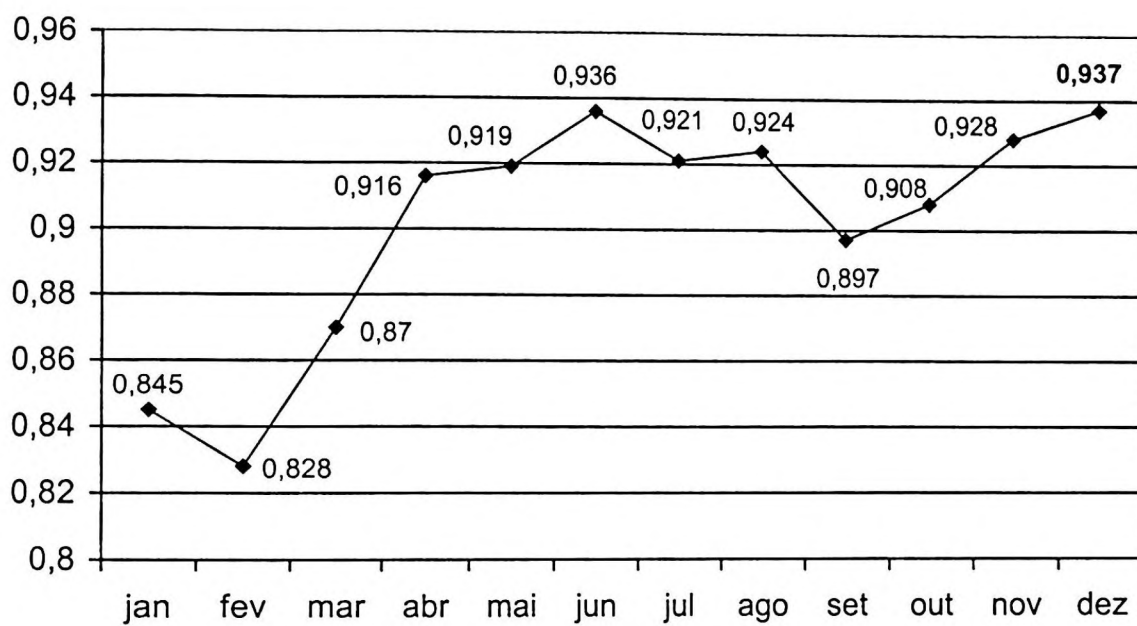
Como explicado no item anterior, o aumento do câmbio gera aumento da taxa de juros, que restringe a atividade econômica, diminui a disponibilidade de recursos das empresas, que então, são obrigadas a recorrer a empréstimos para capital de giro e desconto de duplicatas.

5.2.4 – Correlação entre taxa de câmbio real e conta financiamentos



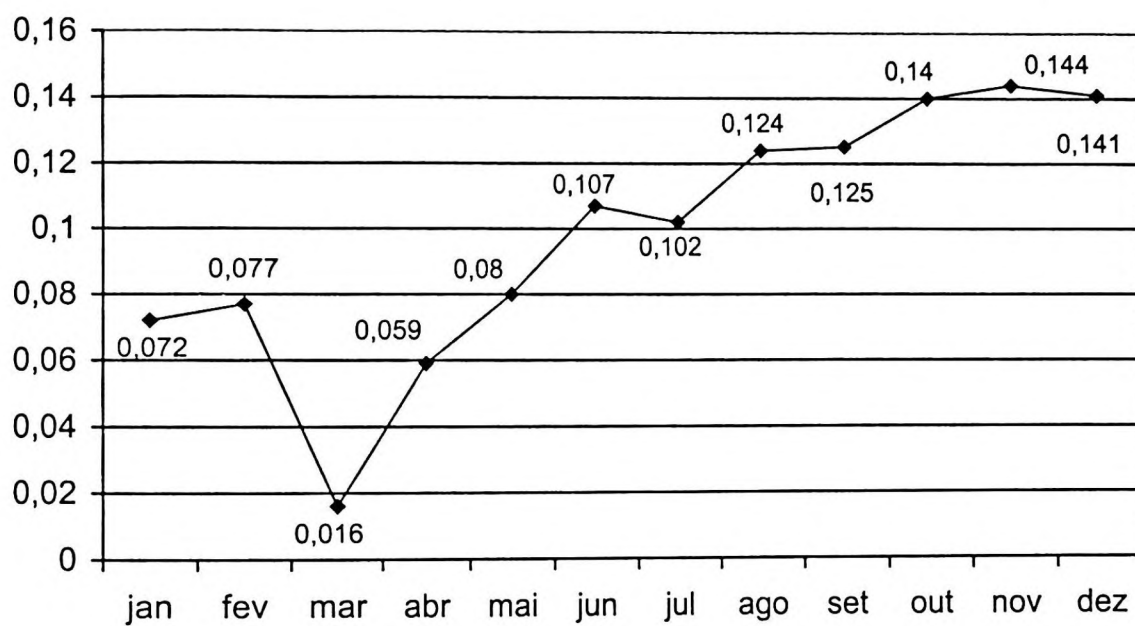
O aumento da taxa de câmbio gera oportunidades de crescimento para as empresas exportadoras que recorrem a financiamentos para sua expansão.

5.2.5 – Correlação entre taxa de câmbio real e conta depósitos à vista



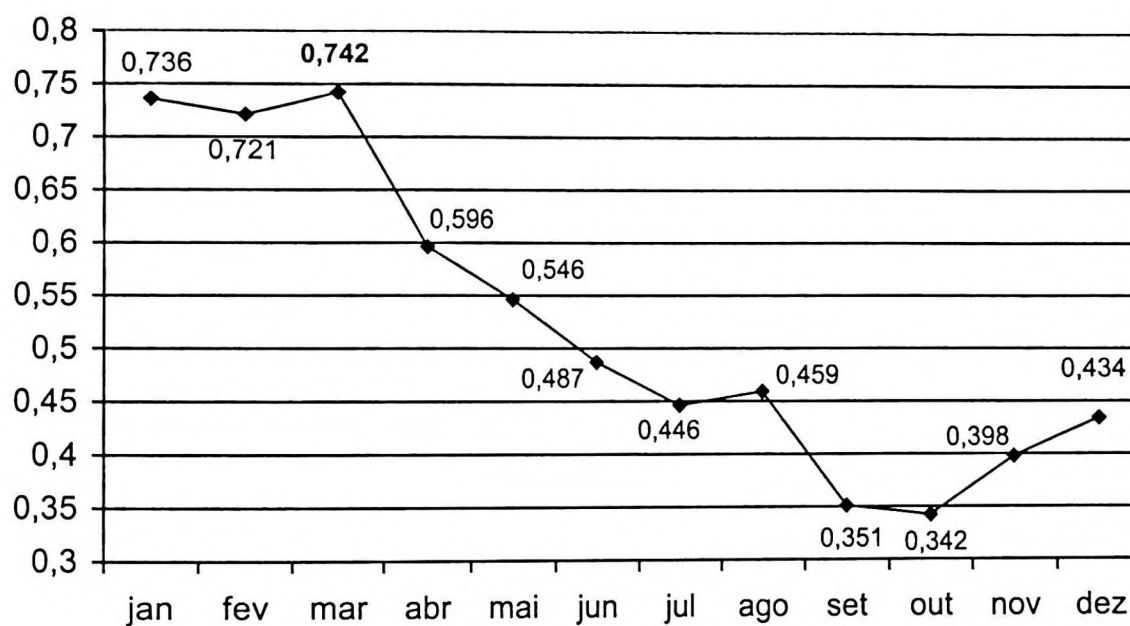
Embora o grau de correlação seja alto, não podemos, pela teoria, indicar algum grau de causalidades entre as variáveis.

5.2.6 – Correlação entre taxa de câmbio real e conta depósito de poupança



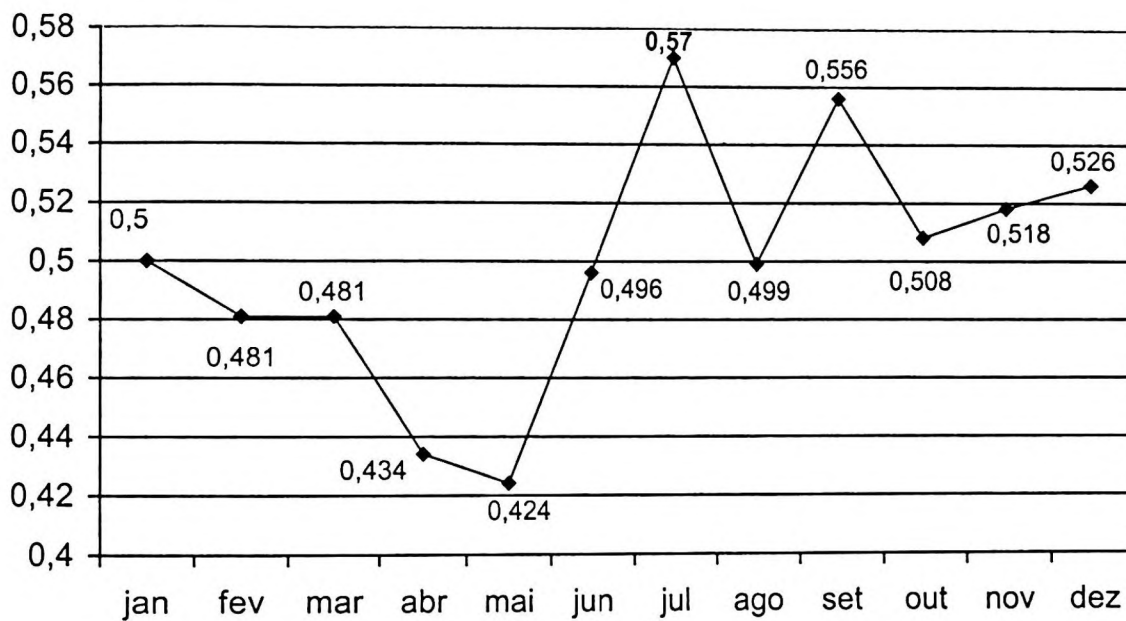
Não se estabelece correlação entre as variáveis.

5.2.7 – Correlação entre taxa de câmbio real e conta depósito interfinanceiro



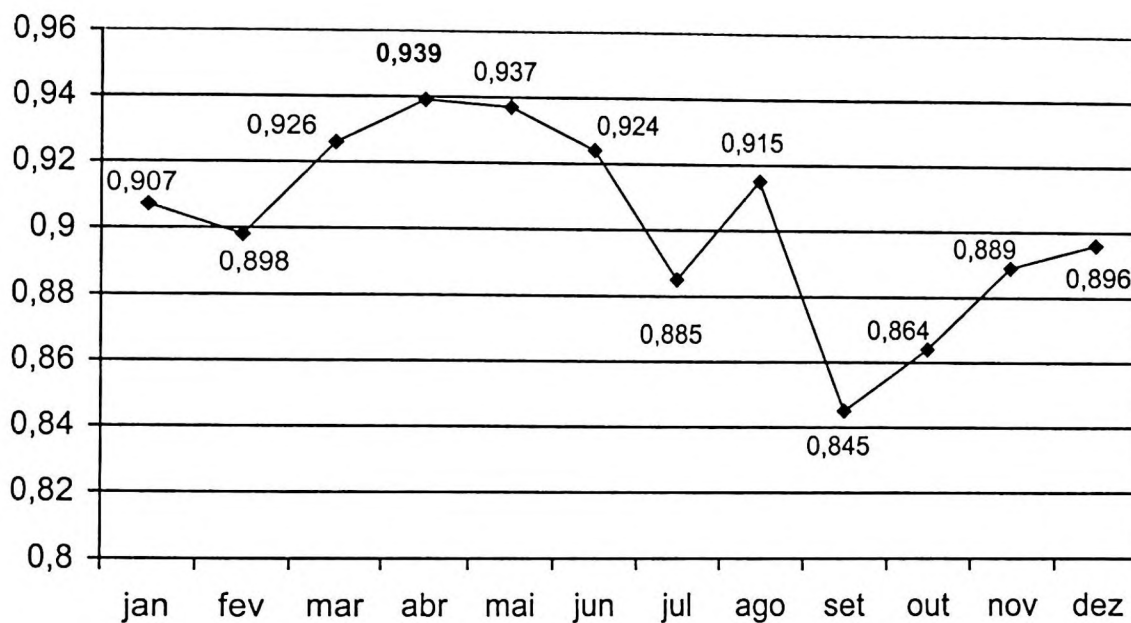
Dependendo do *funding* e da exposição cambial da carteira da instituição financeira, quando o câmbio sobe, pode surgir a necessidade de se recorrer à empréstimo interfinanceiro. A correlação que se estabelece com defasagens maiores que 9 meses. Isto se explica, pois, os bancos só recorrem a empréstimos interfinanceiros depois de esgotadas suas fontes internas de financiamento.

5.2.8 – Correlação entre taxa de câmbio real e conta depósitos a prazo



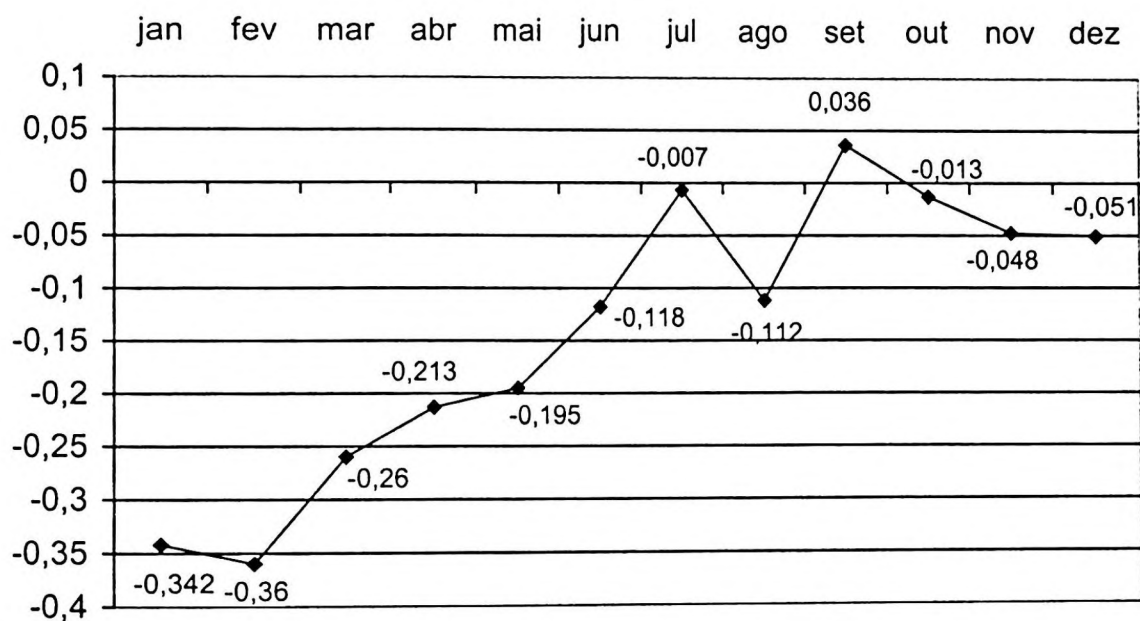
Não ocorre indício de correlação entre as variáveis

5.2.9 – Correlação entre taxa de câmbio real e conta patrimônio líquido



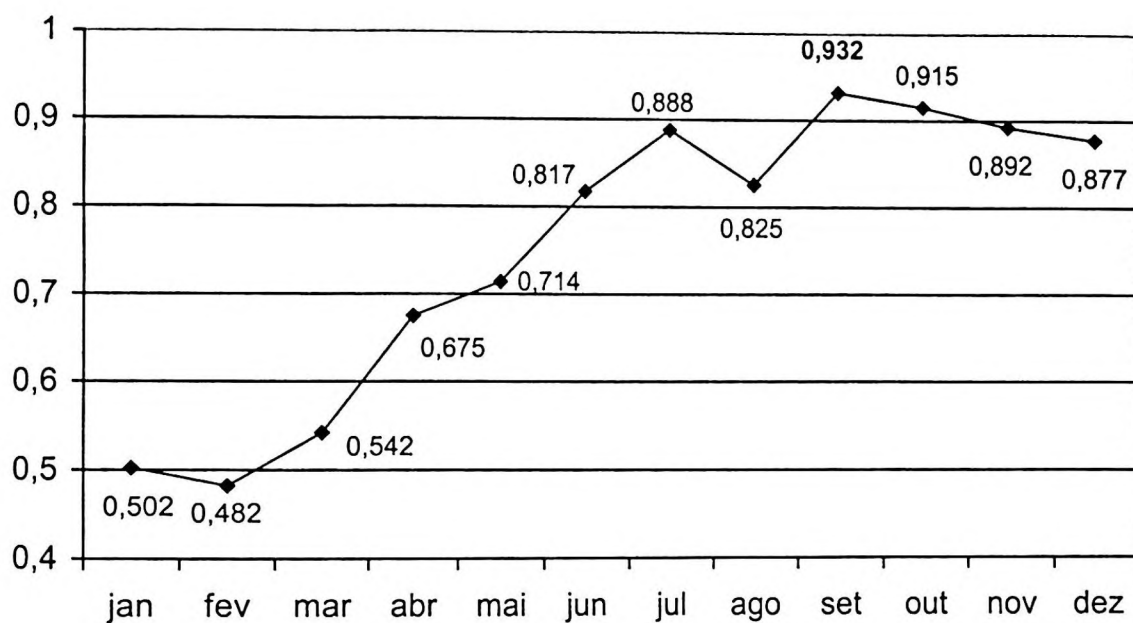
As instituições financeiras desenvolveram a capacidade de auferir lucros num ambiente de aumento de taxa de câmbio. Estes lucros são posteriormente incorporados ao patrimônio líquido. A melhor correlação dá-se com defasagem de 8 meses, semelhante ao período transcorrido até a realização do lucro.

5.2.10 – Correlação entre taxa de câmbio real e conta rendas de operações de crédito



Não ocorre indício de correlação entre as variáveis.

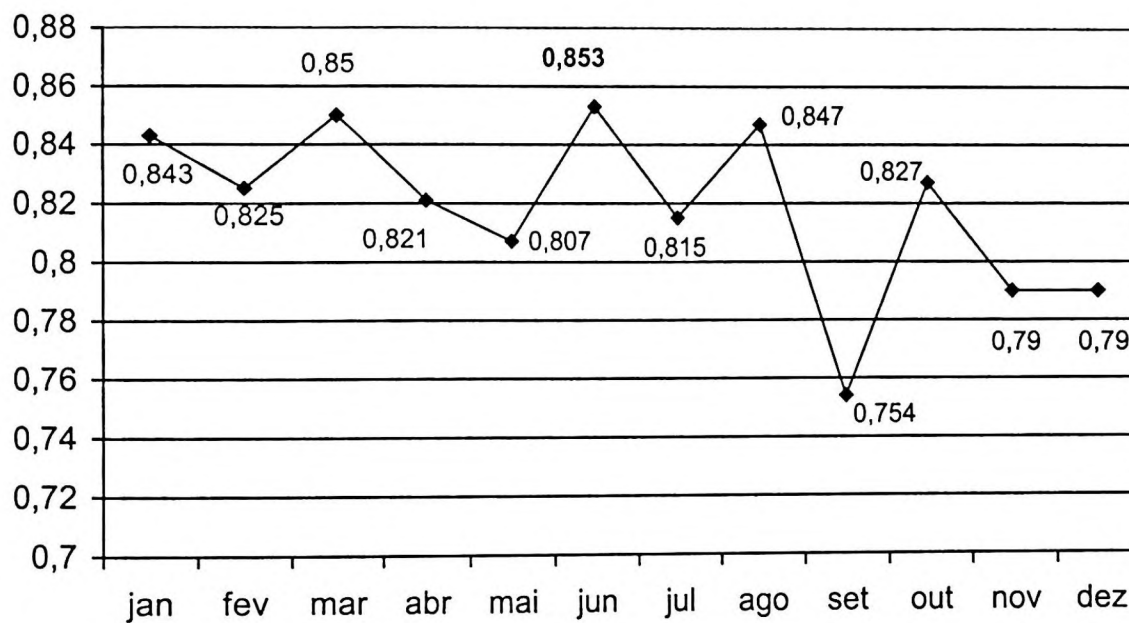
5.2.11 – Correlação entre taxa de câmbio real e conta rendas de operações de câmbio



A correlação é alta, pois, as instituições financeiras, quando do aumento da taxa de câmbio, obtêm crescentes receitas vinculadas a operações de câmbio.

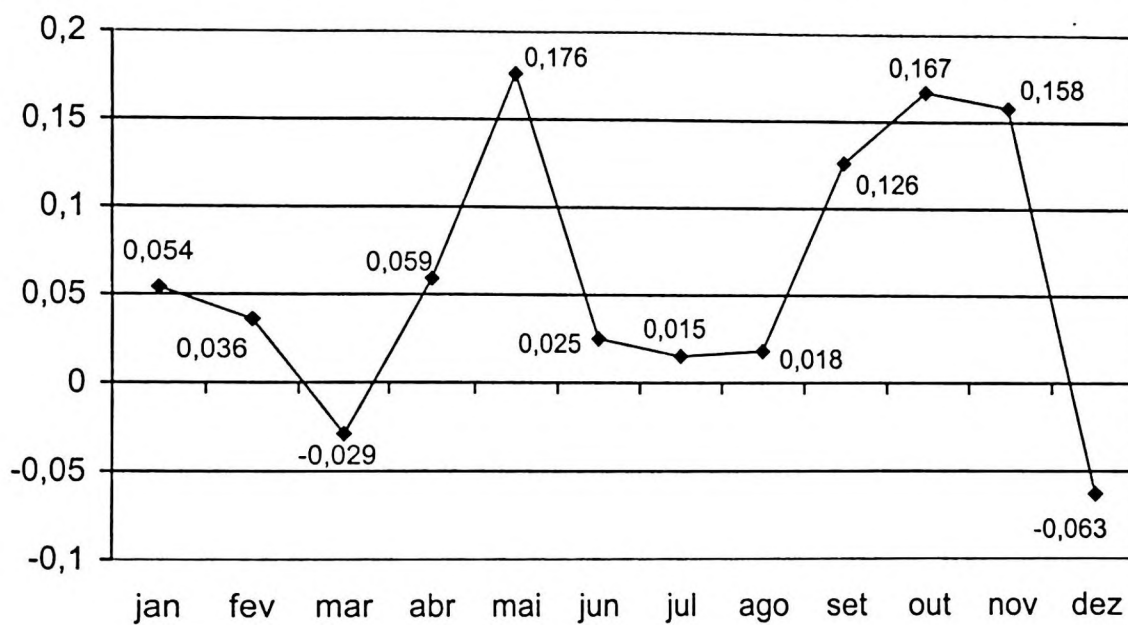
5.3 - Correlação entre variação da taxa de desemprego aberto e os resultados das contas analisadas.

5.3.1 – Correlação entre taxa de desemprego aberto e conta títulos livres



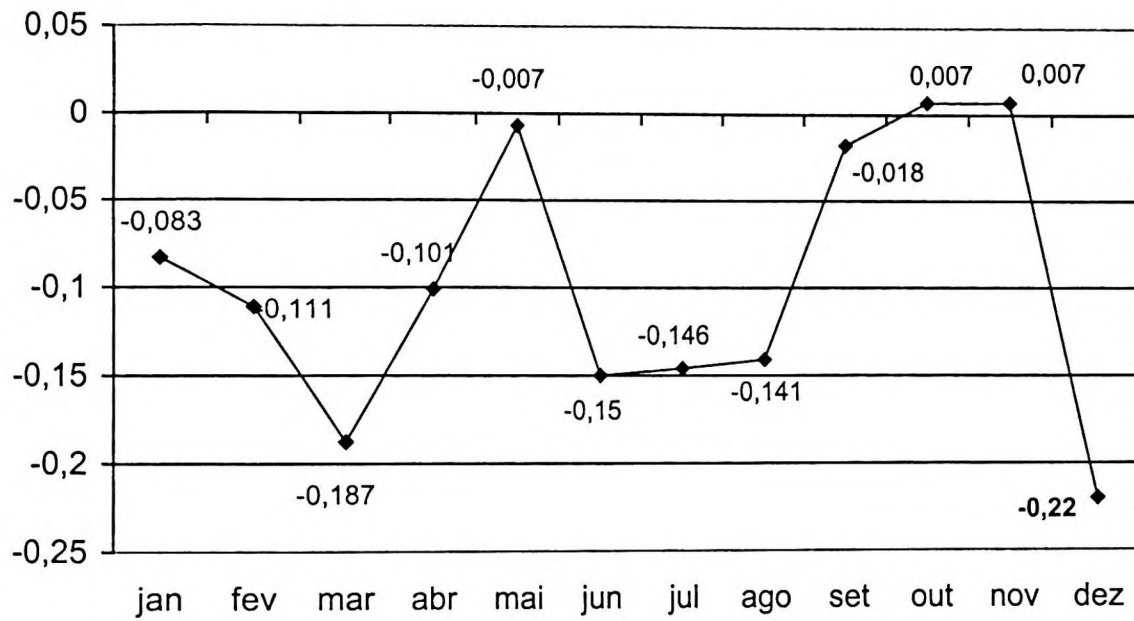
O aumento das taxas nominal de juros induz à restrição da atividade econômica produtiva, que leva ao aumento do desemprego.

5.3.2 – Correlação entre taxa de desemprego aberto e conta operações de crédito



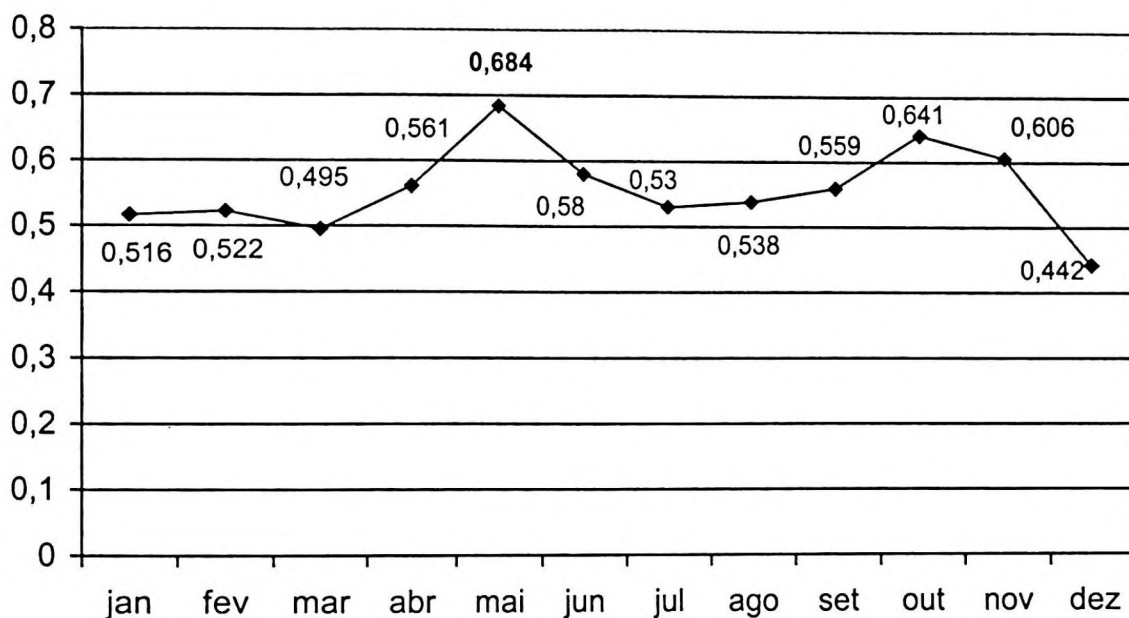
Não ocorre indício de correlação entre as variáveis.

5.3.3 – Correlação entre taxa de desemprego aberto e conta empréstimos e títulos descontados



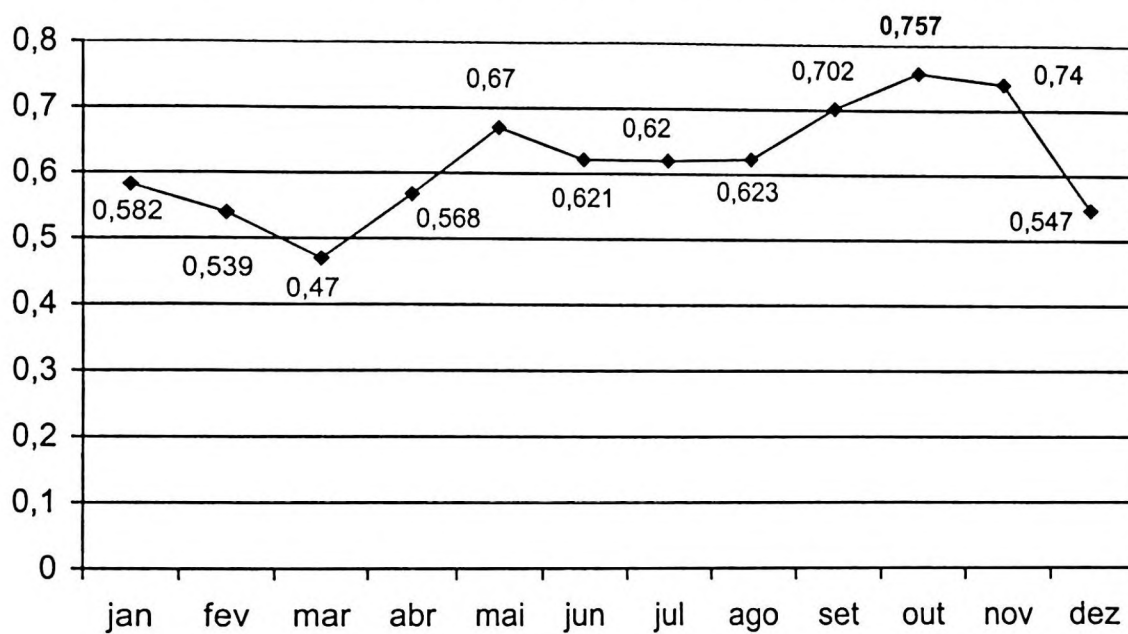
Não ocorre indício de correlação entre as variáveis.

5.3.4 – Correlação entre taxa de desemprego aberto e conta financiamentos



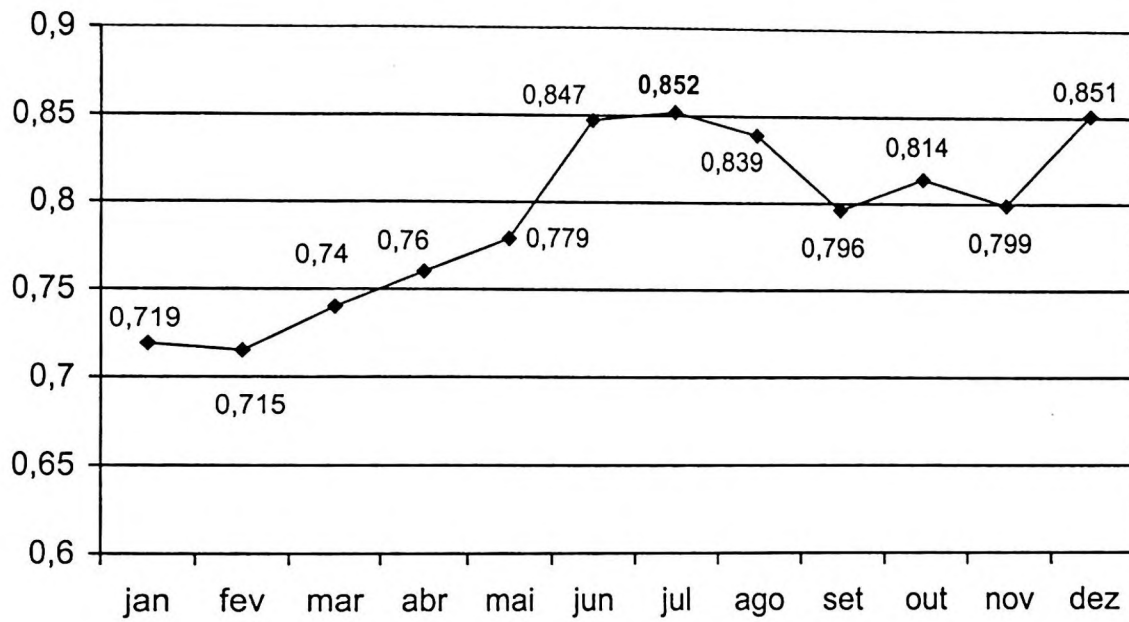
O maior índice de correlação, dá-se com defasagem de 7 meses. É possível que o aumento do desemprego leve a um crescimento da conta financiamentos, devido à incorporação de custos do inadimplemento.

5.3.5 – Correlação entre taxa de desemprego aberto e conta depósito a vista



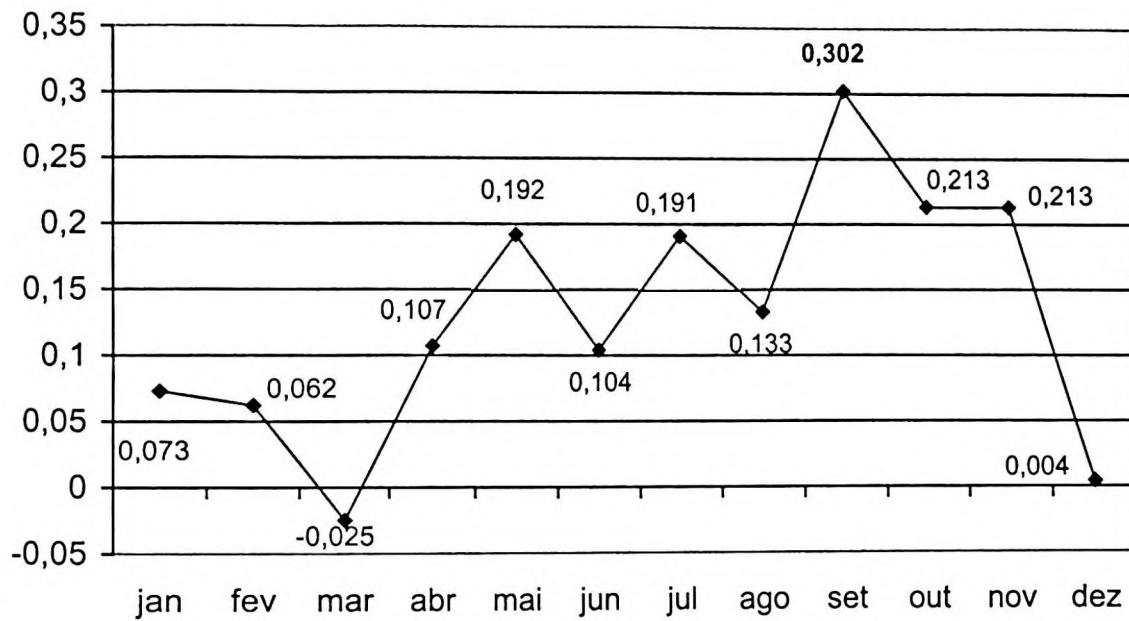
Num primeiro momento, é possível que o aumento do desemprego formal leve a um aumento do volume de depósitos a vista devido aos recursos rescisórios.

5.3.6 – Correlação entre taxa de desemprego aberto e conta depósito de poupança



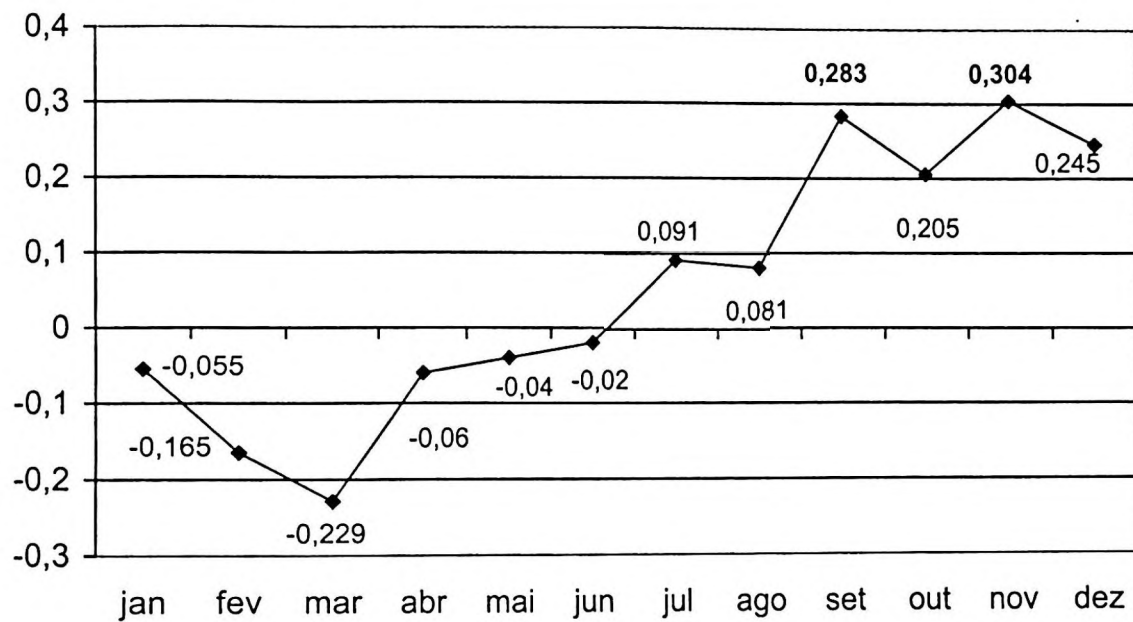
Conclusão idêntica ao item anterior.

5.3.7 – Correlação entre taxa de desemprego aberto e conta depósitos interfinanceiros



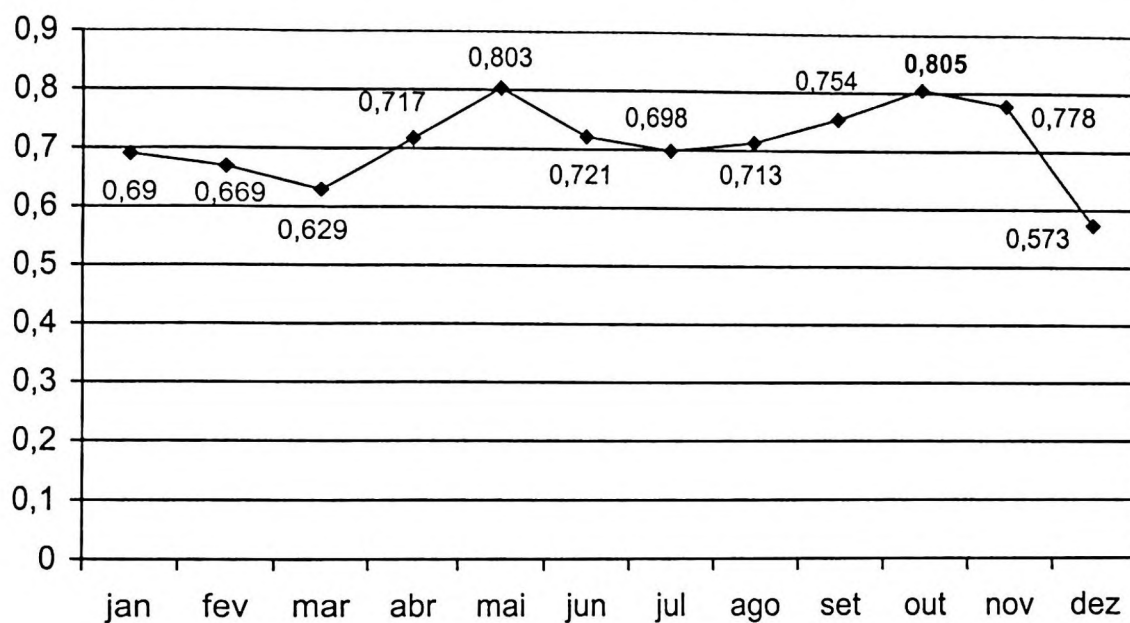
Não ocorre indício de correlação entre as variáveis.

5.3.8 – Correlação entre taxa de desemprego aberto e conta depósitos a prazo



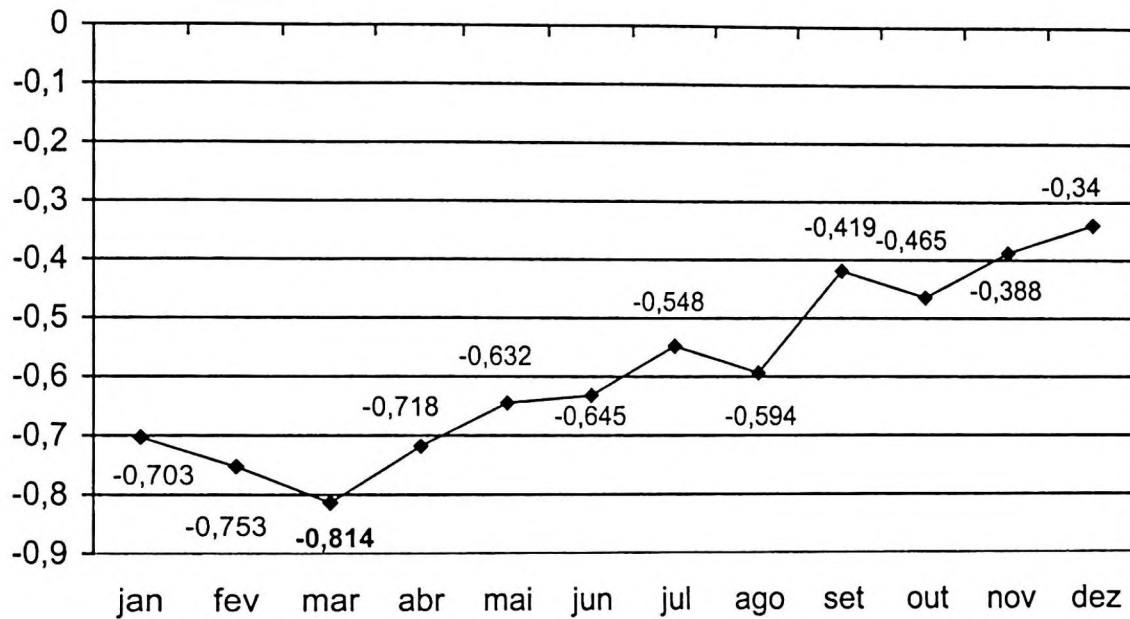
Não ocorre indício de correlação entre as variáveis.

5.3.9 – Correlação entre taxa de desemprego aberto e conta patrimônio líquido



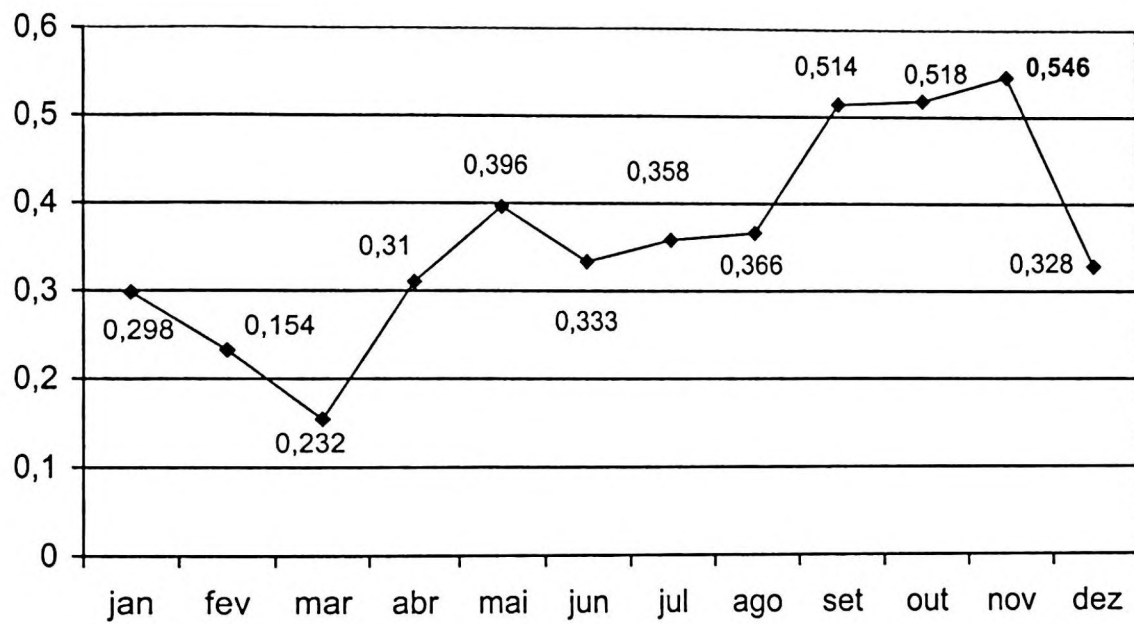
As Instituições Financeiras no Brasil não dependem do aumento do volume de renda do trabalho para o crescimento de seus lucros e de seu patrimônio. Receitas advindas de financiamento da dívida interna do governo e receitas de câmbio têm grandes contribuições no rendimento da atividade bancária.

5.3.10 – Correlação entre taxa de desemprego aberto e conta rendas de operações de crédito



Ocorre uma correlação negativa consistente entre a taxa de desemprego e as rendas com operações de crédito, e isto se dá com defasagem de 9 meses, período compatível com o esgotamento dos recursos disponíveis do desempregado que tem dificuldade de encontrar outro emprego.

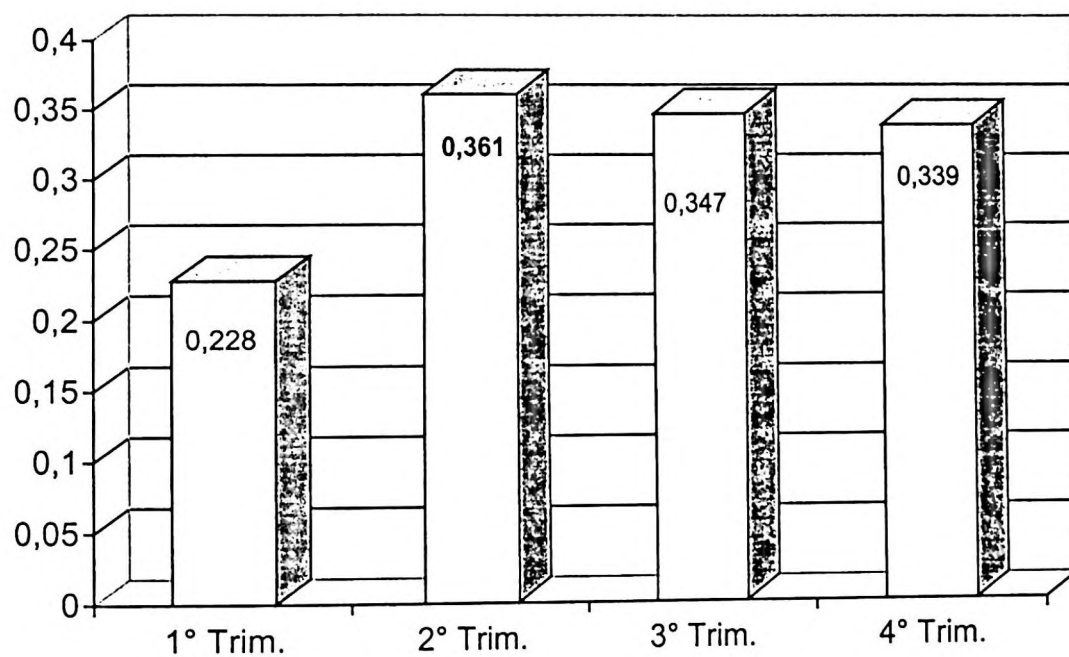
5.3.11 – Correlação entre taxa de desemprego aberto e conta rendas de operações de câmbio



Não ocorre indício de correlação entre as variáveis.

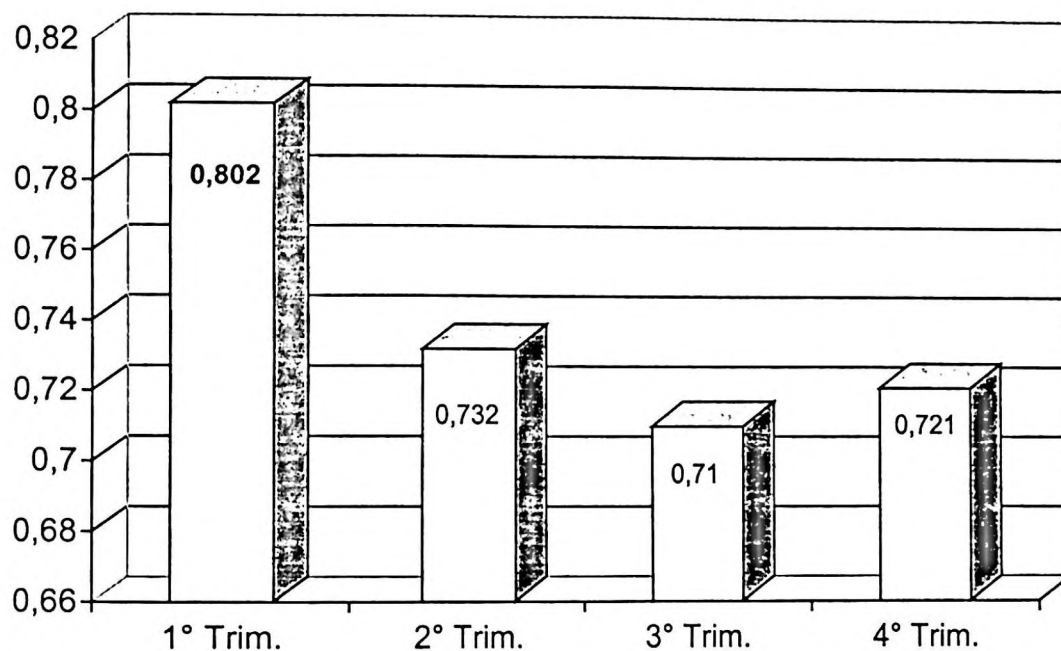
5.4 – Correlação entre variação do PIB trimestral e os resultados das contas analisadas.

5.4.1 – Correlação entre PIB trimestral e conta títulos livres



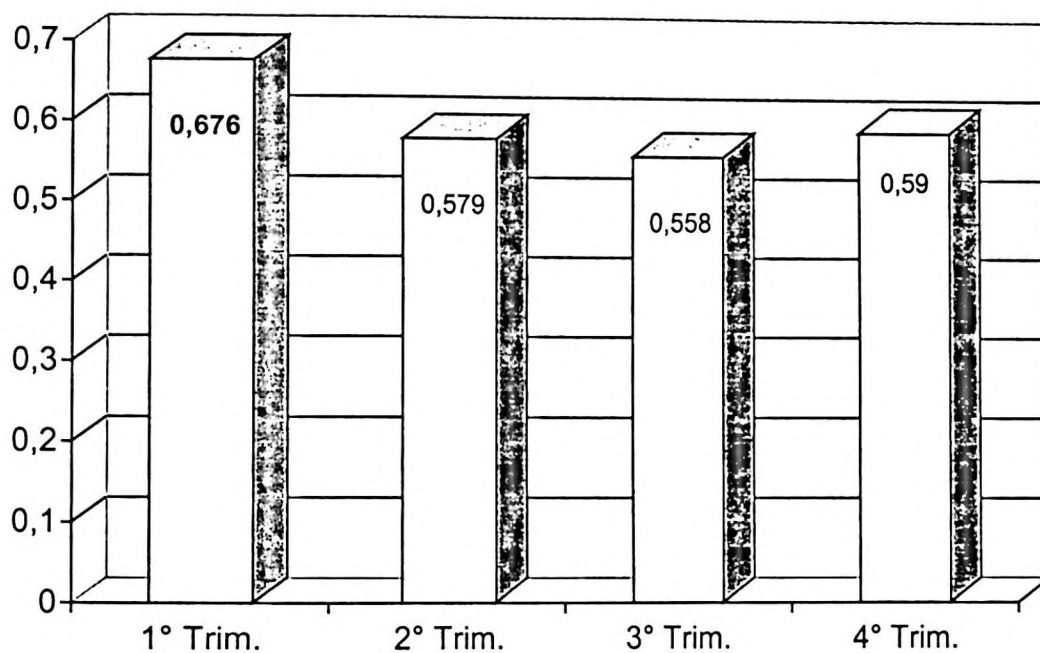
Não foi constatada a ocorrência de correlação entre as variáveis.

5.4.2 – Correlação entre PIB trimestral e conta operações de crédito



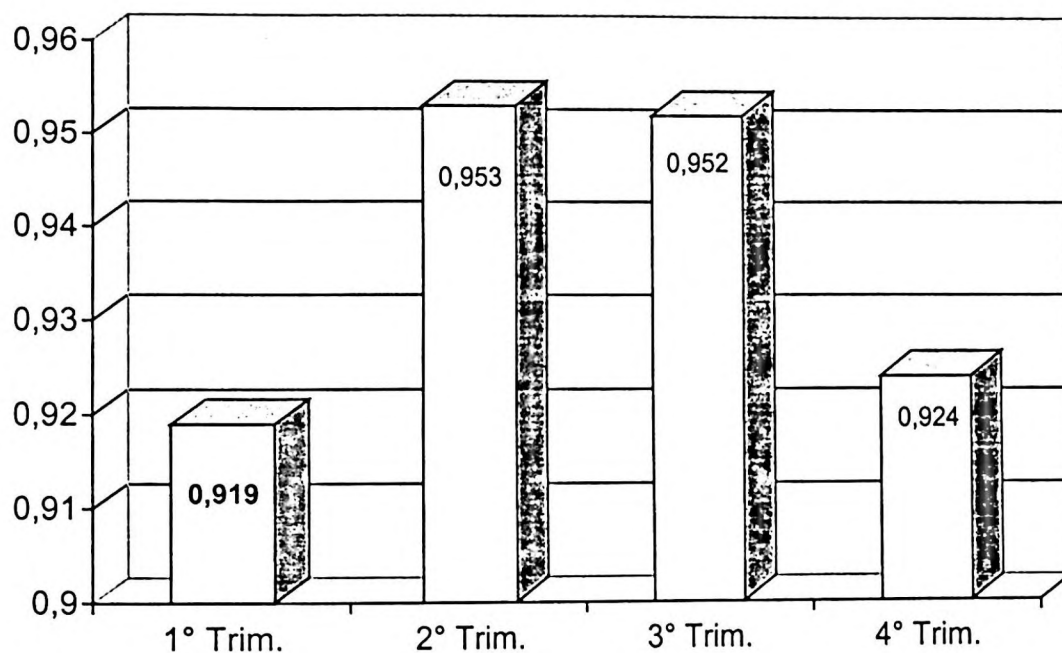
Foi constatada a ocorrência de alta correlação entre o crescimento do PIB e o volume da conta operações de crédito. Isto confirma a teoria, que afirma que as operações de crédito sobem quando aumenta a atividade econômica. A defasagem de 3 trimestre também é consistente com a teoria.

5.4.3 – Correlação entre PIB trimestral e conta empréstimos e títulos descontados



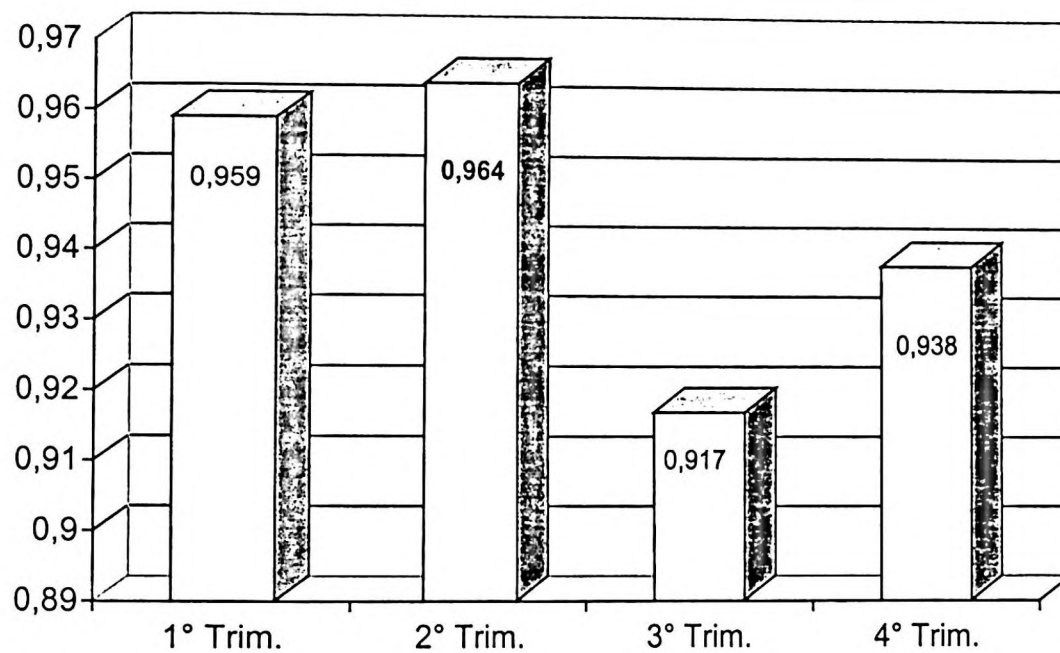
Ocorre um nível de correlação médio (próximo a 0,7) entre as variáveis. As contas de empréstimos também crescem com o aumento da atividade econômica.

5.4.4 – Correlação entre PIB trimestral e conta financiamentos



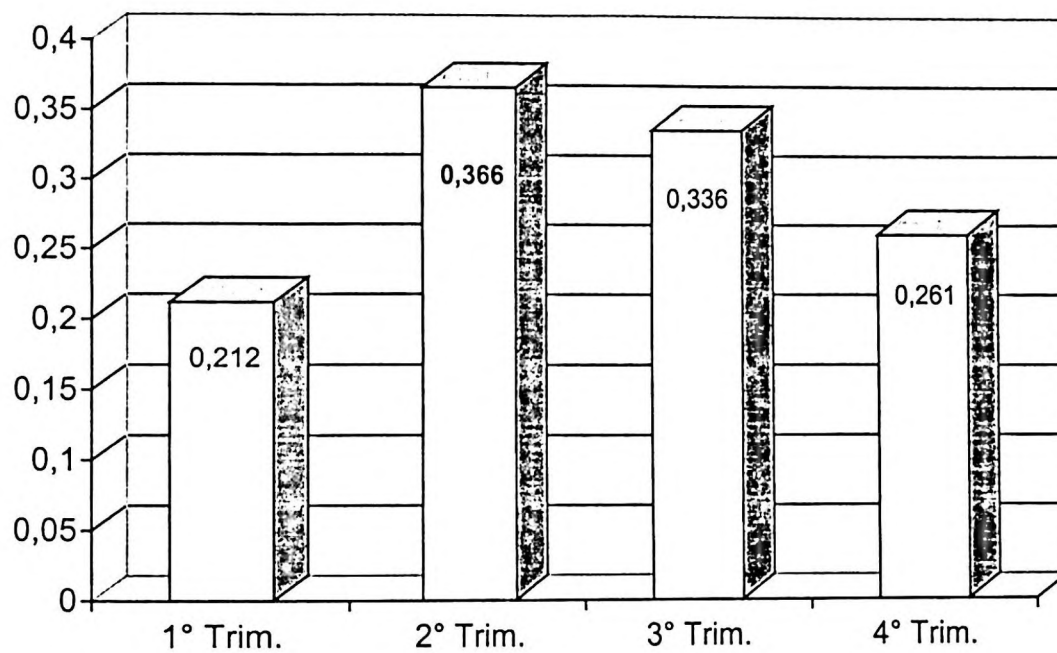
É alta a correlação entre as variáveis, pois quando a atividade econômica aumenta, a conta financiamentos também cresce. A melhor correlação dá-se com a defasagem de 3 trimestre.

5.4.5 – Correlação entre PIB trimestral e conta depósitos à vista



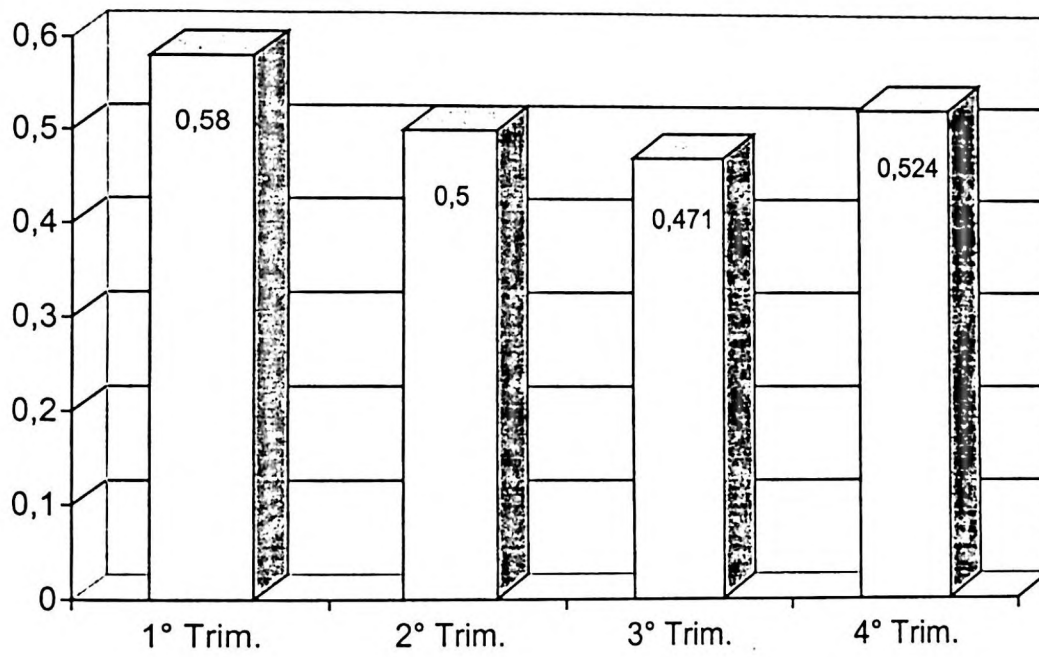
É alta a correlação entre o crescimento do PIB e o volume da conta depósitos a vista. Isto confirma a teoria que afirma que a atividade econômica impulsa o volume de dinheiro em circulação na economia.

5.4.6 – Correlação entre PIB trimestral e conta depósitos de poupança



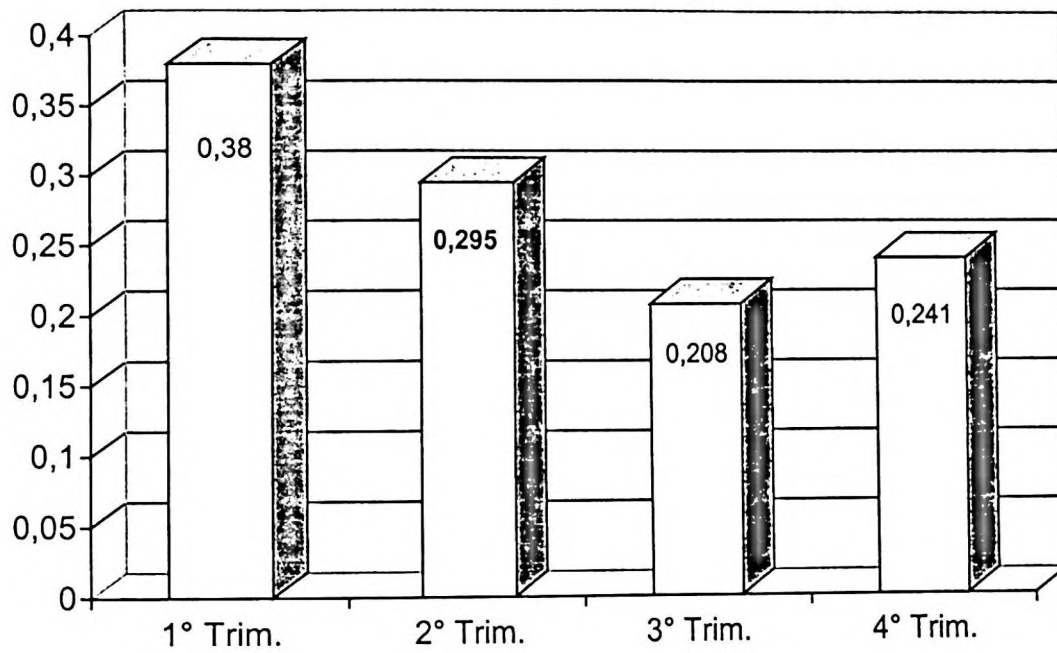
Não ocorre indício de correlação entre as variáveis.

5.4.7 – Correlação entre PIB trimestral e conta depósitos interfinanceiros



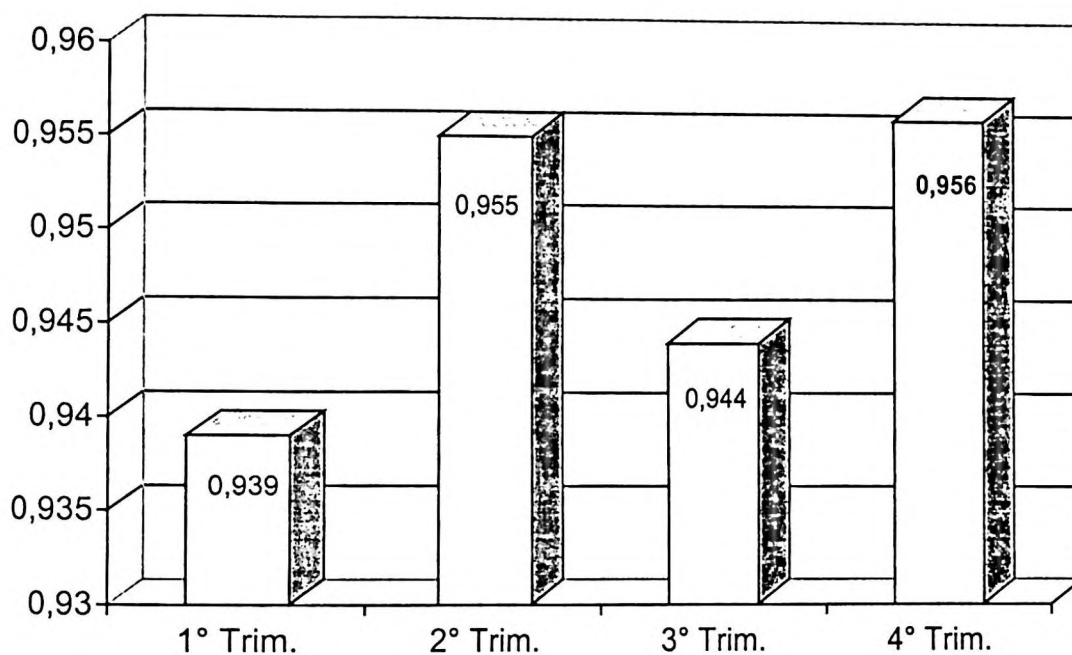
Não ocorre indício de correlação entre as variáveis.

5.4.8 – Correlação entre PIB trimestral e conta depósitos a prazo



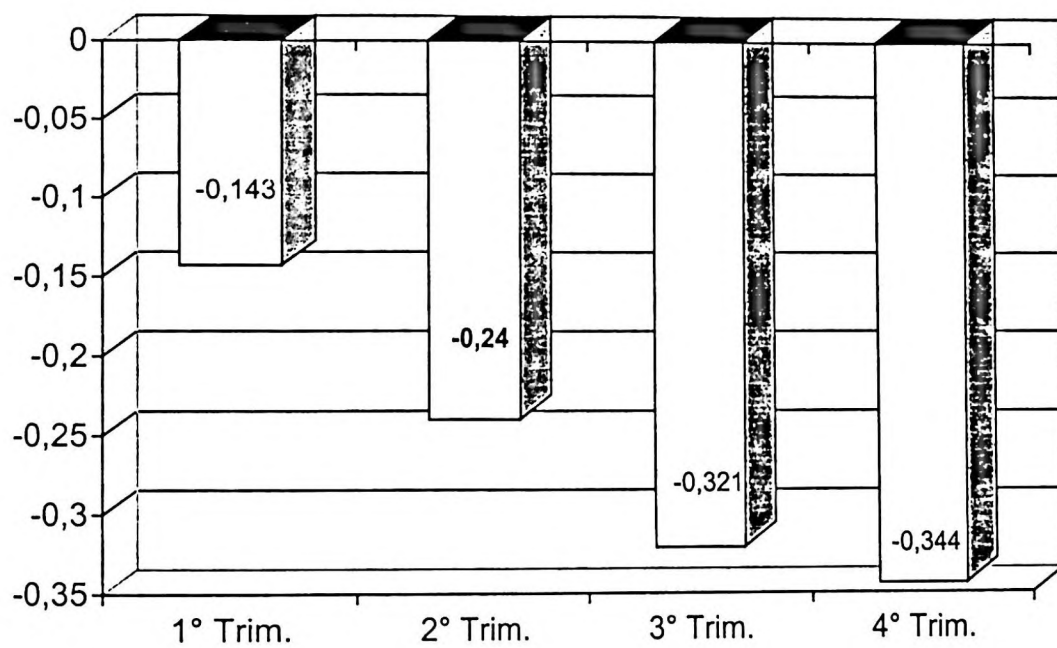
Não ocorre indício de correlação entre as variáveis.

5.4.9 – Correlação entre PIB trimestral e conta patrimônio líquido



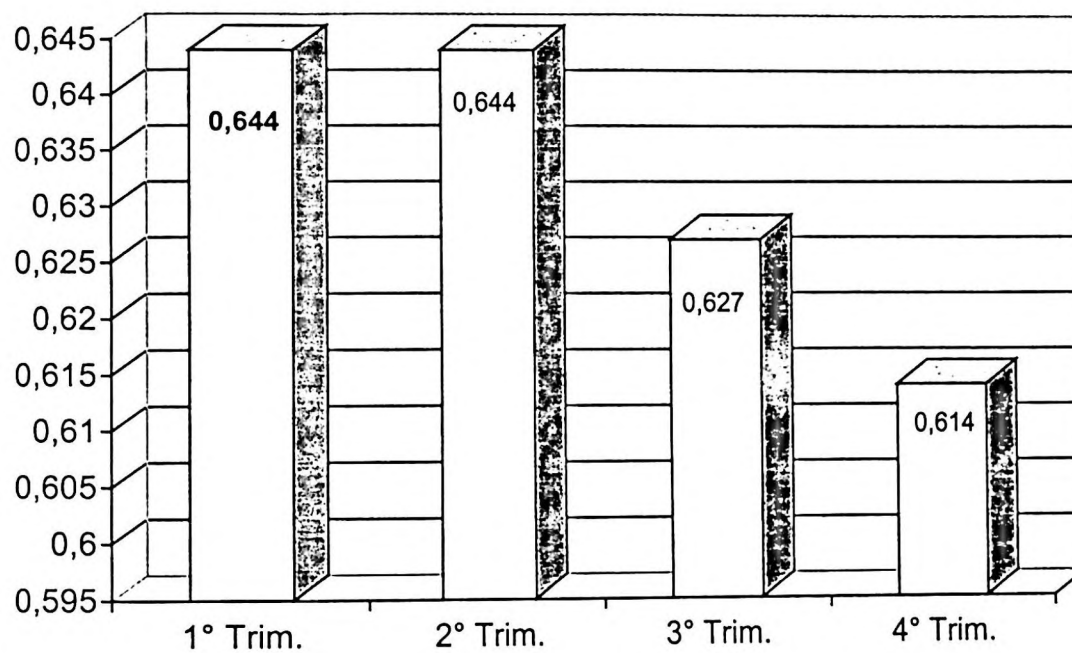
A correlação entre crescimento do PIB e a conta patrimônio líquido dos conglomerados financeiros é bastante alta. Isto mostra o alto grau de bancarização da economia brasileira. Com o aumento da atividade econômica os bancos auferem maiores lucros que são repassados ao patrimônio.

5.4.10 – Correlação entre PIB trimestral e conta rendas de operações de créditos



Não ocorre indício de correlação entre as variáveis.

5.4.11 – Correlação entre PIB trimestral e conta rendas de operações de câmbio



Ocorre uma correlação de nível médio (entre 0,6 e 0,7) entre as variáveis.

4.5. Correlação entre variação da Selic real (inflação futura) e crescimento do PIB (números índices)

selic real x PIB	
selic real média 1.trim x PIB 1.trim	-0,733
selic real média 1.trim x PIB 2.trim	-0,751
selic real média 1.trim x PIB 3.trim	-0,859
selic real média 1.trim x PIB 4.trim	-0,781

Os resultados acima confirmam a teoria econômica, que afirma que o aumento da taxa básica de juros da economia restringe a atividade econômica.

4.6. Correlação entre variação do Câmbio real e crescimento do PIB (números índices)

Câmbio real x PIB	
selic real média 1.trim x PIB 1.trim	0,867
selic real média 1.trim x PIB 2.trim	0,905
selic real média 1.trim x PIB 3.trim	0,842
selic real média 1.trim x PIB 4.trim	0,877

Os resultados acima confirmam a opinião de vários economistas que afirma que a correta alocação da taxa de câmbio é fundamental para o crescimento econômico do país.

6 – REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRUCIO, F. L. & COSTA, V. M. F. **Reforma do Estado e o Contexto Federativo Brasileiro**. Pesquisas, ano 1998 número 12. Publicações Centro de Estudos Konrad Adenauer Stiftung.
- ANDER-EGG, E. **Introducción a las técnicas de investigación social para trabajadores sociales**, 7.ed. Buenos Aires, 1978.
- ANDREZZO, A. F. & LIMA, I. S. **Mercado Financeiro – Aspectos Históricos e Conceituais**. São Paulo, Editora Thomson, 2002.
- ASSAF, A. N. **Mercado Financeiro**. São Paulo, Editora Atlas, 2001.
- BACHA, E. L. **O Plano Real: Uma Avaliação**. No livro, O Brasil pós-Real: A Política Econômica em Debate. Instituto de Economia da Universidade de Campinas, Campinas, 1997.
- BADER, M. **Rendas de Prestação de Serviços Bancários: Um Estudo Exploratório**. Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, 1991 (dissertação de mestrado).
- BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Evolução do Sistema Financeiro Nacional 1989 a 2000**. Disponível em <<http://www.bcb.gov.br>>.
- Relatório de Atividades do Departamento de Fiscalização**. Disponível em <<http://www.bcb.gov.br>>
- BANCO MUNDIAL. **Brasil: Justo, Competitivo e Sustentável. Contribuições para Debate – Visão Geral**. Brasília, dezembro de 2002.
- BASTOS, N. T. **Avaliação de Desempenho de Bancos Brasileiros Baseados em Criação de Valor Econômico**. Revista de Administração, São Paulo v.34, n.3, julho-setembro de 1999.

BATISTA JR., P. N. **Vulnerabilidade Externa da Economia Brasileira**. Revista Estudos Avançados do Instituto de Estudos Avançados da USP, volume 16, número 46, maio/agosto de 2002.

BARROS, J. R. M. de; ALMEIDA JR., M. F. – **Análise do Ajuste do Sistema Financeiro no Brasil**. Revista Política Comparada, Brasília, v.1, n.2, maio/agosto de 1997

BLANCHARD, O. **Macroeconomia: Teoria e Política Econômica**. Editora Campus, Rio de Janeiro, 2001.

BECK, T. **Impediments to the Development and Efficiency of Financial Intermediation in Brazil**. World Bank, 2000 (Policy Research Working Paper)

BICKMAN, L.; ROG, D. J. and HENDRICK, T. E. **Handbook of applied research methods**. Thousand Oaks: Sage Publications, 1997

CARDOSO, E. **Driblando o Destino**. Jornal Valor Econômico edição 05/11/2003.

CARNEIRO de MATOS, O. **Desenvolvimento do Sistema Financeiro e Crescimento Econômico no Brasil: Evidências de Causalidade**. Trabalhos para Discussão n ° 49, Banco Central do Brasil, setembro de 2002.

CARVALHO, C. E. ; SUDART, R. e ALVES JR., A. J. - **Desnacionalização do Setor Bancário e Financiamento das Empresas: A Experiência Brasileira Recente**. Brasília: IPEA-Texto para Discussão nº 882, maio de 2002.

CARVALHO, C. E. ; OLIVEIRA, G. C. **Fragilização de Grandes Bancos no Início do Plano Real**. Revista Nova Economia, janeiro-junho de 2002.

CARVALHO, C. E. **Bancos e Inflação no Brasil: Da Crise dos Anos 1980 ao Plano Real**. São Paulo, 2001.

CORAZZA, G. **Crise e Reestruturação Bancária no Brasil**. Projeto de Pesquisa "Banco Central e Sistema Financeiro: Crise e Supervisão Bancária no Brasil. Porto Alegre, 2001".

DORNBUSCH, R. e FISCHER S. **Macroeconomia**. Makron e McGraw-Hill Editoras Ltda. São Paulo, 1991.

GIL, C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. Editora Atlas, São Paulo, 1988.

- **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. Editora Atlas, São Paulo, 1994.

HALFELD, M. **O Impacto da Variação das Taxas de Juros na Rentabilidade dos Bancos no Brasil**. Faculdade de Economia, Administração e Ciências Contábeis da Universidade de São Paulo, (tese de doutorado), 1996.

HOBSBAWN, E. J. **Era dos Extremos**. Editora Companhia das Letras, São Paulo, 1995.

IMMERVOLL et Alli. **Simulating Brazil's Tax-Benefit System using Brahms, The Brazilian Household Micro-Simulation Model**

KURZ, R. **O Colapso da Modernização. Da Derrocada do Socialismo de Caserna à Crise da Economia Mundial**. Editora Paz e Terra. São Paulo, 1992.

LAKATOS, E. M. & MARCONI, M. A. **Fundamentos da Metodologia Científica**. São Paulo, Editora Atlas, 1985.

LAPPONI, J. C. **Estatística Usando Excel**. Lapponi Treinamento e Editora, São Paulo, 2000.

MANKIW, N. G. **Macroeconomics**. 5. ed. New York, Worth Publishers, 2003.

MARTINS, G. A. **Estatística Geral e Aplicada**. São Paulo, Atlas, 2001.

MATIAS, A. B. & MARTELANC, R. Teste Empírico da Existência de Relação entre Alavancagem e Rentabilidade nos Bancos do Brasil.

MINELLA, A. Monetary Policy and Inflation in Brazil (1975-2000). Working Paper Series n ° 33, Banco Central do Brasil, novembro de 2001.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO. Microfinanças: Desenvolvimento e Inclusão – 2003

MINISTÉRIO DA FAZENDA. Política Econômica e Reformas Estruturais. Brasília, abril de 2003.

NAKANE, M. I. & TAKEDA, T. Impactos da Política Monetária nos Balanços Bancários – Uma Análise VAR. Economia Bancária e Crédito – Avaliação de três anos do Projeto Juros e Spread Bancário – dezembro de 2002. Disponível em <<http://www.bcb.gov.br>> em março de 2003.

NETTO, A. D. O Plano Real e a Armadilha do Crescimento Econômico. No livro, O Brasil Pós-Real: A Política Econômica em Debate. Instituto de Economia da Universidade de Campinas, Campinas, 1997.

NIYAMA, J. K. & OLIVEIRA GOMES, A. L. Contabilidade de Instituições Financeiras. São Paulo, Editora Atlas S.A., 2000.

PUGA, F. P. Sistema Financeiro Brasileiro: Reestruturação Recente, Comparações Internacionais e Vulnerabilidade à Crise Cambial. Rio de Janeiro: BNDES-Texto para Discussão n° 68, março de 1999.

- Uma Estimção dos Efeitos dos Compulsórios sobre o spread bancário, o PIB e a Inflação. Boletim Conjuntural, n° 42. Rio de Janeiro. Ipea, julho, 1998.

RODRIK, D. Has Globalization Gone Too Far? Institute for International Economics, Washington DC, 1997.

SAYAD, J. **Observações Sobre o Plano Real**. No livro, O Brasil pós-Real: A Política Econômica em Debate. Instituto de Economia da Universidade de Campinas, Campinas, 1997.

SINGER, P. **O Plano Real: Continuidade e Ruptura**. No livro, O Brasil pós-Real: A Política Econômica em Debate. Instituto de Economia da Universidade de Campinas, Campinas, 1997.

SIEBER, J. E. **Planning ethically responsible research**. In: Bickman, L. e Rog, D. J. **Handbook of Applied Social Research Methods**. Thousand Oaks: Sage Publications, 1997

STIGLITZ, J. **Globalization and Its Discontents**. W. W. Norton & Company, Inc. New York, 2002.

- **Os Exuberantes Anos 90. Uma Nova Interpretação da Década mais Próspera da História**. Editora Schwartz, Companhia das Letras, São Paulo, 2003.

THE ECONOMIST. **Survey: Flying on one engine**. September 20, 2003.

GLOSSÁRIO

Acordo de Bretton Woods:

Nome pelo qual ficou conhecida a Conferência Monetária e Financeira das Nações Unidas, realizada em julho de 1944 em Bretton Woods (New Hampshire, Estados Unidos), com representante de 44 países, para planejar a estabilização da economia mundial. Os acordos assinados em Bretton Woods tiveram validade para o conjunto das nações capitalistas lideradas pelos Estados Unidos, resultando na criação do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento.

Balança de Transações Correntes:

Resultado da soma do saldo da Balança Comercial, Balança de Serviços e Transferências Unilaterais. O saldo dessa conta revela se o país está exportando ou importando poupança.

Balança de Capitais:

Englobam os recursos que entraram ou saíram do país sob a forma de investimentos diretos, empréstimos ou financiamentos contratados por diversos setores da economia, amortizações, repatriações de investimentos, etc...

Balanco de Pagamentos:

Registro de todas as transações internacionais efetuadas por um país com o exterior.

Risco-País:

Valor médio diário em pontos percentuais da exigência do mercado internacional para adquirir títulos da dívida pública brasileira em relação à mesma exigência para adquirir títulos da dívida americana. Isto é: diferença entre os juros exigidos do C-Bond em relação ao T-Bond. O número é

expresso multiplicado por 100. Assim, 500 Pontos equivale a 5 pontos percentuais.

Floating:

Receitas auferidas pelas Instituições Financeiras pela aplicação dos recursos não remunerados. Envolve depósito a vista, recebimentos judiciais e cobranças. Quanto maior a taxa de inflação, maior esta receita.

Fundig:

Origem dos recursos captados.

Títulos Cambiais:

Títulos cuja remuneração é indexada à taxa de câmbio.

ANEXOS

1 – FUNDAMENTOS DE CONTABILIDADE BANCÁRIA

1.1 - O Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF).

O Conselho Monetário Nacional delegou ao Banco Central do Brasil a competência para regulamentar as normas gerais de contabilidade a serem observadas pelas instituições financeiras atuantes no Brasil. Estas normas, porém devem obedecer aos princípios fundamentais de contabilidade dispostos na Lei das Sociedades por Ações (Lei das SA) que indicam:

- adotar métodos e critérios uniformes no tempo, sendo que as modificações relevantes e a quantificação de seus efeitos sobre as demonstrações financeiras devem ser evidenciadas em notas explicativas;
- registrar as receitas e despesas no período em que elas ocorrem e não na data do efetivo ingresso ou desembolso, em respeito ao regime de competência;
- proceder à apropriação mensal das rendas, até mesmo dos ganhos, lucros, despesas, perdas, mora, receitas e prejuízos, independentemente da apuração de resultado a cada seis meses;
- apurar os resultados semestralmente, considerando todas as provisões e receitas, observando os períodos de 1º de janeiro a 30 de junho e de 1º de julho a 31 de dezembro, para fins de publicação;
- proceder às devidas conciliações dos títulos contábeis com os respectivos controles analíticos e mantê-las atualizadas, devendo a respectiva documentação ser arquivada por, pelo menos, cinco anos.

O Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF) foi criado por meio da Circular 1.273, de 29 de dezembro de 1987, com o objetivo de unificar os diversos planos contábeis existentes à época e uniformizar os procedimentos de registro e elaboração de demonstrações financeiras, o que veio a facilitar o acompanhamento, análise, avaliação do desempenho e controle das Instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional.

O COSIF está dividido em três capítulos:

- No capítulo 1, Normas Básicas, estão consolidados os princípios, critérios e procedimentos contábeis que devem ser utilizados por todas as instituições integrantes do sistema financeiro.
- No capítulo 2, Elenco de Contas, são apresentadas as contas integrantes do plano contábil e respectivas funções.
- No capítulo 3, Documentos, são apresentados os modelos de documentos de natureza contábil que devem ser elaborados por todas as Instituições integrantes do sistema financeiro.

Quanto à Escrituração:

A escrituração deve ser completa, mantendo-se em registros permanentes todos os atos e fatos administrativos que modifiquem ou venham a modificar, imediatamente ou não, a composição patrimonial (Circular 1.273). O simples registro contábil não constitui elemento suficientemente comprobatório, devendo a escrituração ser fundamentada em comprovantes hábeis para a perfeita validade dos atos e fatos administrativos. No caso de lançamentos via processamento de dados, tais como: saques em caixa-eletrônico, operações "on line" e lançamentos fita a fita, a comprovação faz-se mediante listagens extraídas dos registros em arquivos magnéticos.

A forma de classificação contábil de quaisquer bens, direitos e obrigações não altera, de forma alguma, as suas características para efeitos fiscais e tributários, que se regem por regulamentação própria.

O fornecimento de informações inexatas, a falta ou atraso de conciliações contábeis e a escrituração mantida em atraso por período superior a quinze dias, subseqüentes ao encerramento de cada mês, ou processados em desacordo com as normas consubstanciadas no Cosif, colocam a instituição, seus administradores, gerentes, membros do conselho de administração ou conselho fiscal, sujeitos a penalidades cabíveis, nos termos da lei.

O profissional habilitado, responsável pela contabilidade, deve conduzir a escrituração dentro dos padrões exigidos, com observância dos princípios fundamentais de contabilidade, atentando, inclusive, à ética profissional e ao sigilo bancário, cabendo ao Banco Central providenciar comunicação ao órgão competente, sempre que forem comprovadas irregularidades, para que sejam aplicadas as medidas cabíveis.

Eventuais consultas quanto à interpretação de normas e procedimentos previstos no Cosif, assim como a adequação a situações específicas, devem ser dirigidas ao Banco Central em seu Departamento de Normas do Sistema Financeiro, com trânsito, para instrução, pela Gerência Regional sob cuja jurisdição encontra-se a sede da Instituição, obrigatoriamente firmadas pelo diretor e pelo profissional habilitado responsáveis pela contabilidade.

Eventuais consultas sobre a interpretação de norma regulamentares vigentes ou até mesmo sugestões para o reexame de determinado assunto não exime a instituição interessada do seu cumprimento.

Quanto ao Elenco de Contas:

Cada Instituição tem elenco de contas próprio, entre aquelas constantes do Cosif, sendo permitida, a cada instituição, a utilização, apenas, dos títulos contábeis ali previstos, com o atributo próprio da instituição. A codificação das contas observa a seguinte estrutura:

1º dígito – Grupos

Ativo:

- . Circulante
- . Permanente
- . Compensação

Passivo:

- . Circulante e Exigível a Longo Prazo
- . Resultados de Exercícios Futuros
- . Patrimônio Líquido

- . Contas de Resultados Credoras
- . Contas de Resultados Devedoras
- . Compensação

2º dígito – Subgrupos

3º dígito – Desdobramentos dos Subgrupos

4º e 5º dígitos – Títulos Contábeis

6º e 7º dígitos – Subtítulos Contábeis

8º dígito – Dígito Verificador de Controle

Quanto à Classificação das Contas:

As contas são classificadas em:

Ativo: As contas dispõem-se em ordem decrescente de grau de liquidez, nos seguintes grupos:

a) Circulante:

I – Disponibilidades;

II - Direitos Realizáveis no curso dos doze meses seguintes ao balanço;

III - Aplicações de recursos no pagamento antecipado de despesas de que decorra obrigação a ser cumprida por terceiros no curso dos doze meses seguintes ao balanço;

b) Realizável a Longo Prazo:

I – Direitos Realizáveis após o término dos doze meses subseqüentes ao balanço

II- Operações Realizadas com sociedades coligadas ou controladas, diretores, acionistas ou participantes no lucro da instituição que, se autorizadas, não constituam negócios usuais na exploração do objeto social;

III- Aplicações de recursos no pagamento antecipado de despesas de que decorra obrigação a ser cumprida por terceiros após o término dos doze meses seguintes ao balanço;

c) Permanente:

I - Investimentos:

. Participações permanentes em outras sociedades, inclusive subsidiárias no exterior;

. Capital destacado para dependências no exterior;

- . Investimentos por incentivos fiscais;
- . Títulos Patrimoniais;
- . Ações e cotas;
- . Outros investimentos de caráter permanente.

II - Imobilizado:

- . Direitos que tenham por objeto, bens destinados à manutenção das atividades da instituição e à exploração do objeto social ou exercido com essa finalidade;

III - Diferido:

- . Aplicações de recursos em despesas que contribuam para formação do resultado de mais de um exercício, tais como gastos de constituição, expansão, fundo de comércio, instalação e adaptação de dependências;
- . Juros pagos ou creditados aos acionistas durante o período anterior ao início das operações sociais.

Passivo: As contas classificam-se nos seguintes subgrupos:

a) Circulante:

- Obrigações, inclusive financiamentos para aquisição de direitos do Ativo Permanente, quando se vencerem no curso de doze meses seguintes ao balanço:

b) Exigível à Longo Prazo:

- Obrigações, inclusive financiamentos para aquisição de direitos do Ativo Permanente, quando se vencerem após o término dos doze meses subsequentes ao balanço.

c) Resultados de Exercícios Futuros:

Representam recebimentos antecipados de receitas antes do cumprimento da obrigação que lhes deu origem, diminuídas dos custos e despesas a elas correspondentes, quando conhecidos, a serem apropriadas em períodos seguintes e que de modo algum sejam restituíveis.

d) Patrimônio Líquido – dividem-se em:

- I- Capital Social
- II- Reservas de Capital

- III- Reservas de Avaliação
- IV- Reservas de Lucros
- V- Lucros ou Prejuízos Acumulados

No Circulante e no Longo Prazo, a classificação das contas obedece às seguintes normas:

- I- Nos balancetes de março, junho, setembro e dezembro a classificação observa segregação de direitos realizáveis e obrigações exigíveis até três seguintes ao balancete dos realizáveis ou exigíveis após o término desse prazo.
- II- O levantamento dos valores realizáveis ou exigíveis até três meses e após este prazo, pode ser realizado extracontabilmente ao final de cada trimestre civil. Os relatórios e demais comprovantes utilizados no levantamento constituem documentos de contabilidade, devendo permanecer arquivados, juntamente com o movimento do dia devidamente autenticados, para posteriores averiguações;
- III- Quando houver pagamentos e recebimentos parcelados, a classificação se faz de acordo com o vencimento de cada uma das parcelas;
- IV- As operações de prazo indeterminado, para efeito de segregação nos balancetes nos quais é exigida, classificam-se, as ativas no realizável após três meses e as passivas no exigível até três meses, ressalvados, contudo, os fundos ou programas especiais alimentados com recursos de governos ou entidades públicas e executados na forma de disposições legais ou regulamentares que, devido a suas características de longo prazo, devem ser classificados no exigível após três meses;
- V- Na classificação, levam-se em conta o principal, rendas e encargos do período, variações monetária e cambial, rendas e despesas a apropriar;
- VI- Observada a ordem das contas, os valores correspondentes ao realizável ou exigível até três meses e após três meses inscrevem-se nas colunas verticais auxiliares dos modelos de balancete e balanço geral;
- VII- Para fins de publicação, além das demais disposições, os valores realizáveis e exigíveis até um ano e após um ano devem ser segregados, respectivamente, em Circulante e Longo Prazo, na forma da lei;
- VIII- Para fins de publicação, os títulos e valores mobiliários classificados na categoria títulos para negociação devem ser apresentados no ativo circulante, independentemente do prazo de vencimento.

Contas Retificadoras: Figuram de forma subtrativa, após o grupo, subgrupo, desdobramento ou conta a que se refiram.

Contas de Compensação: Utilizam-se Contas de Compensação para registro de quaisquer atos administrativos que possam transformar-se em direito, ganho, obrigação, risco ou ônus efetivos, decorrentes de acontecimentos futuros, previstos ou fortuitos.

Desdobramentos: Para efeito de evidenciar a fonte de recurso, o direcionamento do crédito e a natureza das operações, o Ativo e o Passivo são desdobrados nos seguintes níveis:

- a) 1º grau – grupo;
- b) 2º grau - subgrupo;
- c) 3º grau – desdobramentos do subgrupo;
- d) 4º grau – título;
- e) 5º grau – subtítulo.

Subtítulos de Uso Interno – A Instituição pode adotar desdobramentos de uso interno ou desdobrar os de uso oficial, por exigência do Banco Central ou em função de suas necessidades de controle interno e gerencial, devendo, em qualquer hipótese, ser passíveis de conversão ao sistema padronizado.

1.2 – Demonstrações Financeiras Obrigatórias para Instituições Financeiras

1.2.1 – Balancete Geral e Patrimonial

A elaboração e remessa dos balancetes mensais é obrigatória a partir da publicação da autorização para funcionamento da instituição financeira. O nível de detalhamento das contas nos balancetes é diferenciado, conforme a seguinte regra:

- a) O documento que é remetido ao Banco Central apresenta nível 5, ou até título contábil e subtítulo contábil;
- b) O documento que é publicado na imprensa apresenta nível 3, ou até o desdobramento de subgrupo.

1.2.2 –Balanço Geral e Patrimonial

Baseado nos balancetes mensais, nos meses de junho e dezembro devem ser elaborados pelas instituições financeiras e demais entidades autorizadas a funcionar pelo Banco Central os Balanços Gerais, que admitem divergência, além do encerramento formal das contas de receitas e despesas, apenas no que se relaciona a lançamento correspondente a:

- Distribuição de dividendos;
- Constituição de reservas de lucros;
- Compensação de prejuízos com absorção de reservas.

O Cosif utiliza a denominação Balanço Geral para o fim de remessa ao Banco Central e Balanço Patrimonial para o fim de publicação.

1.2.3. – Demonstração de Resultado do semestre e do exercício

Aponta o resultado das intermediações financeiras, o resultado não operacional e o resultado líquido. Devem ser elaboradas a cada semestre 30/6 e 31/12 para a finalidade de publicação

1.2.4. – Demonstrações das mutações do patrimônio líquido (DMPL)

Também devem ser elaborados semestralmente nas datas 30/6 e 31/12 para publicação

1.2.5. – Demonstração de Origens e Aplicações de Recursos (DOAR)

1.2.6. – Estatísticas Econômico-financeiras

Apresenta o direcionamento das operações de crédito e de arrendamento mercantil (em situação normal, em atraso e em liquidação) nos diversos segmentos

da atividade econômica. A elaboração é mensal e as informações, extraídas do balancete, não são de publicação obrigatória, mas devem ser remetidas ao Banco Central.

1.2.7. – Dados Estatísticos Complementares

Trata-se de um conjunto de informações quantitativas anualmente elaboradas que se assemelha ao Balanço Social, já que elas são relacionadas à quantidade de empregados, salários, impostos, bens adquiridos, entre outros.

1.2.8. – Estatísticas Bancárias

Demonstração analítica mensal das operações ativas e passivas de cada dependência de um banco, objetivando refletir os saldos das contas dos balancetes individualizados por dependência.

1.2.9. – Demonstrações consolidadas

As instituições financeiras e demais entidade autorizadas a funcionar pelo Banco Central, na maior parte sociedades anônimas, sujeitam-se às regras de consolidação de demonstrações financeiras estabelecidas pela Lei 6.404/76.

Entretanto, para fins exclusivos de remessa ao Banco Central, sem a obrigatoriedade de publicação, tais instituições sujeitam-se às regras de consolidação operacional, quando integrantes de um mesmo conglomerado financeiro.

As demonstrações do consolidado financeiro devem ser elaboradas, incluindo dependências, participações societárias em instituições financeiras, subsidiárias e controladas, no país e no exterior.

O objetivo da consolidação operacional é de refletir a posição do conglomerado, como se constituísse uma única entidade econômica. Para tanto, as

transações de qualquer natureza realizadas entre as instituições componentes do conglomerado devem ser consideradas como se tivessem sido efetuadas entre departamentos integrantes dessa unidade econômica.

As demonstrações financeiras objeto de consolidação operacional são :

- a) Balancete e Balanço Geral
- b) Demonstração de Resultado
- c) Demonstração de Origem e Aplicações de Recursos.

1.3 - Operações Autorizadas para os Bancos Comerciais:

Ativas e Passivas:

Operações Ativas	Operações Passivas
Desconto de títulos	Depósitos a vista
Abertura de Crédito em Conta Corrente	Depósitos a prazo
Empréstimos para Capital de Giro	Repasses e financiamentos
Repasses e Financiamentos	Emissão de certificados de depósitos interfinanceiros
Aplicações em Títulos e Valores Mobiliários	
Depósitos Interfinanceiros	
Créditos Rurais	

Especiais:

- . Operações de Câmbio
- . Custódia de Títulos e Valores
- . Prestação de Fianças e outras garantias
- . Operações de Mercado Aberto
- . Compra e Venda de Ouro
- . Administração de Fundos de Investimentos

Acessórias:

- . Ordem de Pagamento e Transferência de Fundos
- . Cheque de Viagem
- . Cobrança
- . Serviços de Correspondentes
- . Recebimento e Pagamentos de Interesses de Terceiros

- . Saneamento do Meio Circulante
- . Intermediação na aquisição de títulos federais em leilões
- . Serviços ligados ao câmbio e ao comércio internacional

Prestação de Serviços:

- . Recebimentos de tributos, FGTS, INSS, PIS, prêmios de seguro e contas de água, energia elétrica, gás, telefone, etc....
- . Pagamentos de FGTS, INSS, PIS e segurados em geral
- . Prestação de serviços a outras instituições financeiras e a empresas de atividades complementares ou subsidiárias, cartão de crédito, administração de bens e processamento de dados.
- . Prestação de outros serviços, quando vinculados à arrecadação e ao pagamento de interesse público.

1.4- As Operações de Crédito

Segundo Niyama & Oliveira Gomes, as operações de Crédito representam a principal aplicação de recursos captados pelas instituições financeiras, sendo, portanto, a fonte de receitas mais significativas. O Banco Central define quais são as modalidades de operações de crédito que cada instituição está autorizada a realizar e quais as nomenclaturas contábeis a serem utilizadas, de acordo com a destinação dos recursos e a atividade predominante do tomador de crédito.

As operações de crédito são vedadas à diretores e membros dos conselhos da instituição financeira, seus cônjuges e parentes até 3º grau; sócios ou acionistas que detenham mais de 10% do capital social; pessoas jurídicas nas quais a instituição ou os membros de sua diretoria ou dos conselhos participe com mais de 10% do capital social; empresas cuja diretoria seja total ou parcialmente a mesma da instituição financeira.

As operações de crédito são contabilmente classificadas em:

- Empréstimos que são operações realizadas sem destinação específica ou vínculo à comprovação da aplicação de recursos (capital de giro, pessoal, adiantamento a depositantes).

- Títulos descontados que são as operações de desconto de títulos (duplicatas que tenham por lastro transações mercantis e notas promissórias).
- Financiamentos com destinação específica, vinculada à comprovação da aplicação de recursos (financiamentos imobiliários, rurais, máquinas e equipamentos, etc...)